

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº Especial

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE MARÇO DE 2001

ANO XXVII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## *Representação Partidária*

*PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
SESSÃO ESPECIAL DE AUDIÊNCIA  
DO SENHOR INGO HÜBERT,  
SECRETÁRIO DE ESTADO  
DA FAZENDA,  
REALIZADA EM  
27 DE MARÇO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO,**

informando que, conforme requerimento de convocação aprovado por esta Casa, no dia 14 de março do corrente, e atendendo o que determinam os artigos 98 e 99 do Regimento Interno, a presente sessão será transformada em Comissão Geral para audiência do Excelentíssimo senhor Ingo Henrique Hübert, secretário de Estado da Fazenda, acompanhado de Assessores, para prestar as informações sobre o processo de privatização da Copel, facultando às Bancadas da Situação e da Oposição indicarem um nome, cada uma, para que aqui compareçam, em data diversas, para abordar o mesmo tema.

**Requerimento:**

REQUERIMENTO Nº 587

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, prorrogação da atual Sessão Extraordinária, em conformidade com o artigo 86 do Regimento Interno desta Casa de Leis, para as conclusões do objeto específico da convocação do senhor Ingo Henrique Hübert, presidente da Companhia Paranaense de Energia, por mais uma hora.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 27.03.2001.

(a) NEREU MOURA

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Luciana Rafagnin, Tony Garcia, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Algaci Tulio, Luiz Carlos Zuk, Eli Ghellere, Waldyr Pugliesi, José Maria Ferreira, Edson Strapasson, Moysés Leônidas, Ricardo Chab, Augustinho Zucchi, Ademir Bier, Sérgio Spada, Irineu Colombo, Marcos Isfer, Fernando Ribas Carli e 1 ilegível.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Para melhor ordenamento da presente sessão, esta Presidência irá adotar as seguintes disposições regimentais:

I - O senhor secretário poderá usar da palavra pelo prazo de 30 (trinta minutos) prorrogáveis por mais 15 (quinze) minutos, podendo ser aparteado durante a prorrogação;

II - O senhor secretário somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre assunto objeto de sua convocação;

III - encerrada a exposição do senhor secretário, poderão ser formuladas interpelações pelos senhores deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de 05 (cinco) minutos, exceto o autor do requerimento, que terá o prazo de 10 (dez) minutos;

IV - Para responder a cada interpelação, o senhor secretário terá o mesmo tempo que o interpelante;

V - Serão permitidas as réplica e a tréplica, pelo prazo de 03 (três) minutos, improrrogáveis;

VI - É lícito aos líderes, após o término dos debates, usar da palavra por 05 (cinco) minutos, sem apartes;

VII - Em qualquer hipótese, a presença do secretário de Estado no Plenário não poderá ultrapassar o horário normal da Sessão Ordinária da Assembléia.

Feitas essas considerações passamos a palavra por 30 minutos, prorrogado por mais 15 minutos, ao secretário Ingo Henrique Hübert.

## O SR. INGO HENRIQUE HÜBERT

Senhor presidente desta Assembléia Legislativa do Paraná, esta Casa maior de leis do nosso Estado, deputado Hermas Brandão. Senhores membros da Mesa, senhores nobres deputados, minhas senhoras e meus senhores, secretários de Estado presentes, autoridades.

Compareço a esta Casa de Leis para lhes falar sobre a necessária desestatização da Companhia Paranaense de Energia - Copel, símbolo da nossa determinação, da nossa gente, da excelência da nossa engenharia.

(Lê):

“Ao atender requerimento da presidência desta Casa, cumpro, simultaneamente, a determinação dada pelo governador Jaime Lerner de conferir a mais absoluta transparência ao imperioso processo de desestatização da empresa.

Em obediência a esta diretriz, nos últimos meses lançamo-nos a um intenso programa de esclarecimento sobre o tema, procurando ampliar o entendimento e a discussão sobre ele a todos os segmentos da sociedade paranaense. É preciso demonstrar que não desestatizar a Copel agora, é condená-la ao sucateamento e ao fracasso. Não temos pressa em conseguir o consenso da maioria dos paranaenses.

A verdade espera. E elucidada com serenidade, sempre aparece. A verdade sempre triunfa.

Desde o início do ano, estive reunido com os dirigentes de mais de quarenta entidades, de associações empresariais a associações de classe. Mantive encontros com formadores de opinião dos mais variados segmentos, jornalistas, advogados e engenheiros, com a Bancada dos deputados federais em Brasília e com deputados desta Casa. Sempre no intuito de bem informar, esclarecer com clareza, num diálogo sincero e de mão dupla.

A ampla informação da sociedade paranaense presta-se a uma função que é das mais nobres da vida pública: separar o mito da realidade.

Mito, ensina-nos o mestre Aurélio Buarque de Hollanda, é a “imagem simplificada de pessoa ou de acontecimento, não raro ilusória, elaborada ou aceita pelos grupos humanos, e que representa significativo papel em seu comportamento”.

Nos últimos meses, e com mais intensidade nos últimos dias, vemos que o pensamento mitológico em torno da Copel, e da sua desestatização vem dominando os meios de comunicação. Sem que haja um conhecimento mais aprofundado sobre o tema, as pessoas têm sido conclamadas não só a opinar contrariamente, mas também, a se unirem contra a desestatização.

As liberdades de opinião e de associação estão entre as cláusulas pétreas de nossa Constituição Federal. Configuram os valores mais caros de uma sociedade verdadeiramente democrática.

No entanto, para que emitam opiniões e associem-se em torno de um ideal comum, é preciso que as pessoas conheçam bem aquilo que falam e defendam. A realidade tem nos mostrado que este conhecimento acerca da Copel

e da sua necessária desestatização nem sempre está presente.

Afinal, é preciso fazer valer Sêneca, quando nos ensina: “Para a verdade não basta uma única opinião”. Assim procurei demonstrar que a própria oposição à desestatização nos ajuda a esclarecer o Paraná sobre a indiscutível e urgente convivência pública de a realizarmos antes da completa desregulamentação do setor elétrico brasileiro.

## O QUE É A COPEL

Vamos começar nossa separação entre o mito e a realidade, a falsidade das versões e a verdade dos fatos, falando da Copel, enquanto empresa modelo.

A Copel atende, hoje, a um mercado e 2,8 milhões de consumidores, dos quais 2,2 milhões residenciais. A potência instalada de nossas 18 usinas soma 4.545 Megawatts, o que equivale a 8% da capacidade nacional de geração de energia elétrica.

A Copel, que atende a um mercado equivalente a 6% do País, leva eletricidade a 98% dos habitantes das zonas urbanas do nosso Estado, atendendo, ainda, a 285 mil moradores da zona rural. Distribui sua energia por 158,4 mil quilômetros de linhas, chegando a 393 municípios do Paraná. Tem sido uma das principais alavancas do imenso processo de transformação econômica que varre o Estado.

O resultado da competente administração da empresa, para a qual confluem a capacidade dos seus funcionários e a seriedade do governo Jaime Lerner no trato da coisa pública, foi o lucro recorde de R\$ 430,4 milhões apresentado ano passado, o que significou um aumento real de 35,8% sobre 1999. No mesmo período, o patrimônio líquido da companhia subiu a R\$6,5 bilhões, uma evolução de 1,8 real.

Esta, senhores deputados, é a realidade da Copel. Realidade econômica e financeira, consubstanciada em números irrefutáveis.

## DESESTATIZAÇÃO E MITO

O mito, no entanto, afirma que, com a desestatização, tudo isso acabará. Como se os futuros controladores da empresa, após o leilão colocassem a Copel numa embalagem, embaixo do braço e fossem embora: - deixando um grande vazio no Paraná.

Todos sabemos que hidrelétricas não voam. Todos sabemos também que empresas privatizadas permanecem nos seus locais de origem, gerando emprego e renda e ainda pagando impostos.

O mito afirma que manter a Copel sob o domínio estatal a preservará no futuro. O mito afirma que desestatizá-la é ir contra os interesses do povo deste Estado.

A realidade, porém, é mais complexa do que reza a cartilha do simplismo. As leis do setor de energia, votadas e aprovadas pelos Congresso Nacional e sancionadas pelo Poder Executivo da União, estabeleceram uma nova conjuntura neste segmento. refiro-me ao Plano Nacional

de Energia - PNE - votado e aprovado pelo Congresso Nacional, em 1995, Lei Federal 8.987, sancionada pelo presidente da República.

De acordo com este Plano, que é Lei Federal:

Daqui a três anos, estará quebrado o monopólio e inaugurada a era da concorrência no setor de energia elétrica. Isso quer dizer que, como num supermercado, os consumidores terão toda a liberdade para escolher de quem vão comprar eletricidade.

E certamente, os hipermercados, hotéis, grandes consumidores empresariais que representam fatia mais gorda do nosso lucro - os 16% dos nossos consumidores responsáveis por 40% do nosso lucro atual - vão acabar deixando de comprar energia da Copel para comprá-la mais barata das empresas privadas.

Não há paranismo ou patriotismo que revogue a lei de oferta e da procura.

A realidade nos ensina que a concorrência só é salutar quando os concorrentes partem de uma mesma linha. Quando lhes são dadas as mesmas condições de competição. Quando as regras do jogo são iguais para todos.

Caso a Copel seja mantida sob controle estatal, ela entrará na disputa por mercados em desvantagem. Senhores deputados, é fácil entender porque:

Como empresa estatal, que trabalha com dinheiro público, a Copel é obrigada a respeitar a legislação que regulamenta as compras do setor público. A Lei nº 8.666/93, estabelece procedimentos e prazos que têm de ser obedecidos pelo administrador, sob pena de este arcar com severas punições.

Temos que, em função desta lei - salutar, pois é com seriedade e rigor que o dinheiro do povo deve ser administrado - a aquisição de quaisquer bens e serviços por parte da Copel, de material de expediente a turbinas, pode levar meses. É preciso abrir uma licitação, aguardar o envio das propostas e analisá-las.

Aos fornecedores inabilitados ou desclassificados cabem recursos, que também demandam análise. Somente ao fim de um demorado processo burocrático é que podemos fechar o negócio. E pelo menor preço oferecido, o que nem sempre significa o menor preço possível.

A realidade encontrada pelos nossos concorrentes privados é diametralmente oposta. Em questão de poucos dias eles negociam preços e prazos, fecham a compra e recebem o equipamento. Podem se dar o luxo de fazer aquisições no sistema "just-in-time" - compra em cima da hora - que reduz seus estoques a zero, enquanto nós, face à demora no processamento das compras, somos obrigados a manter estoques elevados.

Cálculos de engenharia de grande precisão asseguram que as reposições de peças serão em torno de 17% a 20% mais barata para as empresas privadas do que para a Copel estatizada.

Mas, estes não são os únicos elementos de desvantagem para empresas estatais que competem com empresas privadas.

A realidade é um pouco mais difícil para nós.

Desde 1998, a Resolução do Conselho Monetário Nacional vedou às empresas públicas o acesso ao mercado de capitais. Isso significa que não podemos recorrer a linhas de financiamento, seja de instituições financeiras oficiais ou privadas.

Está claro, portanto, senhores deputados, que as condições de concorrência no setor elétrico são diferentes, com ampla vantagem para as empresas privadas. As dificuldades que advirão por causa deste descompasso ainda não se fazem sentir porque a Copel atua em regime de monopólio. Regime este que, lembro mais uma vez, deixará de existir a partir de 2003.

Amortizados os investimentos que as empresas privadas concorrentes da Copel farão em novas usinas, linhas de transmissão e distribuição, estas mesmas empresas privadas terão reduzidos seus custos, o que lhes permitirá baratear a tarifa para o consumidor. Uma realidade corriqueira em países que desestatizaram suas empresas de energia antes de nós.

Na Inglaterra, que acabou com o monopólio no setor em 1990, o preço ficou 30% mais barato, assim como na Alemanha; na Austrália, que desestatizou o setor em 1994, a queda foi de 32%; na Argentina, que quebrou o monopólio estatal em 1995, as tarifas ficaram 45% mais baratas.

A Copel não terá a mesma oportunidade de oferecer tarifas mais baratas. Em função da Lei 8.666 e do fechamento do acesso ao mercado de capitais, os custos da empresa chegarão a um nível a partir do qual, não poderão mais baixar, inviabilizando a prática de tarifa e preços compatíveis com as oferecidas pelos concorrentes privados. Competindo num cenário destes, rapidamente a Copel perderá sua condição atual de excelência".

É conveniente mencionar, senhores deputados, que se pegarmos, hoje, o lucro da Copel e o classificarmos, teremos que 16% dos nossos consumidores respondem por cerca de 40% do lucro líquido, o que significa que estes 16% são, principalmente supermercados, hotéis, lojas, indústrias, estes estabelecimentos se tornarão o alvo predileto de empresas que tenham condições de competitividade melhores.

Quero, aqui, derrubar mais uma falsa versão: a de que o governo quer desestatizar a Copel para cobrir rombos de caixa. Felizmente, a verdade dos fatos, a realidade financeira do Paraná, é diferente daquela pintada em cores sombrias pelos nossos detratores.

Enfrentamos dificuldades, sim, como de resto todo o setor público do País, da União aos principais Estados e a maioria dos municípios.

Atravessamos um momento de ajuste fiscal, que gera descontentamento, mas é bom para o País. Nada, contudo que não possa ser resolvido pela via do diálogo e do entendimento.

Uma das grandes questões pendentes neste ajuste fiscal é o sabidamente, déficit previdenciário, que envolve, hoje, cerca de 80 mil funcionários inativos e

custa aos cofres do Estado cerca de 90 milhões de reais por mês.

Uma das grandes finalidades é resolver este déficit previdenciário. A solução deste déficit não apenas criará condições de total equilíbrio, e de total condição de governabilidade e administrabilidade do Estado, mas servirá também a todos os governos futuros, que se seguirão a este e que terão o benefício deste déficit previdenciário resolvido e que terão, conseqüentemente, o fluxo de caixa resultante de sua solução.

Como os senhores bem sabem, a própria lei que autorizou a desestatização da Copel, em 1988 nº 12.355, prevê que a maior parte do crédito desta desestatização seja dirigida para este déficit, este fundo previdenciário.

Os reflexos da nova realidade do Paraná já se fazem sentir nas finanças do Estado. Quando se fala em contas públicas o déficit do Paraná caiu de 98 para 99 e hoje já se tem os reflexos do crescimento da economia. A nossa arrecadação de ICMS está aumentando. A expansão foi de 18,4%, passando de 2,1 bilhões para 2,5 bilhões apenas nos anos de 98 e 99, tudo isto fruto da grande mudança de perfil econômico da industrialização que está se observando no Estado do Paraná.

Ainda não temos os números finais de 2000, mas informações preliminares indicam que serão igualmente auspiciosos. E como conseqüência os municípios também estão recebendo mais recursos. Os repasses de ICMS ao conjunto, as 399 prefeituras do Estado cresceram 25,2% no ano passado em relação a 99, passando de 865 milhões para um bilhão e oitenta e cinco milhões.

Senhores deputados, todos os dados da realidade apontam para uma recuperação das contas do Estado e a situação que se pode presenciar é de melhoria, mas ainda não é uma situação ideal. A lei de responsabilidade fiscal em vigor desde maio do ano passado implantou uma nova maneira de administrar os recursos públicos no Brasil. Acabou-se a era da ganância impensada. Os recursos públicos têm, mais do que nunca, que serem alocados com extremo critério e rigor. A realidade dos fatos é reforçada pela própria Lei nº 12.355 que como reza o seu artigo 7º estipula justamente que 70% dos recursos obtidos com alienação do controle acionário da Copel devam ser investidos no seu fundo previdenciário. Os 30% restantes de acordo com a lei serão destinados a investimentos nas áreas de educação, saúde, segurança, agricultura, transporte e programas de geração de empregos.

Aqui faço-lhes uma pergunta - quem, senhores deputados, em sã consciência pode ser contrário ao justo pagamento de aposentadorias e aos investimentos mencionados nos setores sociais do Estado?

É preciso resolver problema herdado que colocou como estatutários 50 mil celetistas que jamais haviam contribuído para a Previdência do Estado do Paraná. Por isto esta engenharia saneadora da Previdência com os recursos da desestatização contribuirá para resolver este problema que vem se arrastando pendente já há muitos anos. A engenharia saneadora da Previdência vai liberar

90 milhões de reais por mês para novos investimentos públicos estaduais. Além do mais quem em sã consciência pode ser contrário a políticas públicas eficientes de saúde, segurança e educação. Quem pode se colocar contra investimentos nessas áreas? O governo estadual tem tempo, para, aos poucos, com a serenidade dos que estão ao lado da verdade, ir demonstrando sua sinceridade de bons propósitos.

Como já disse, a verdade espera. A construção de mitos não para por aqui. Acusam o atual governo de ser o grande beneficiário dos recursos arrecadados com a desestatização da Copel. ora, o leilão acontecerá ao final deste ano, em 2002 teremos eleições - o atual governo não terá tempo para usufruir destes recursos. Estamos empenhados numa equação muito mais de futuro e de esperança. A realidade é de que a desestatização da Copel vai gerar um ativo potencial resultado da venda do controle acionário da empresa que não existirá caso ela seja mantida nas mãos do Estado. A realidade é que este capital vai assegurar o pagamento das aposentadorias, pensões e investimentos na área social para os próximos governos.

Desestatizando a Copel, o governo Jaime Lerner atingirá dois objetivos que estão entre os mais nobres que um governador paranaense poderá desejar. De um lado, criará condições para que a companhia continue atuante, forte, competitiva, próspera e, inclusive, auxiliadora do processo de industrialização do Estado, enfrentando a concorrência privada. De outro, deixará um legado financeiro auspicioso, para os que o sucederem.

Ao término deste meu pronunciamento, quero fazer dois pedidos, apelos, às suas consciências: não permitam que o mito impere. Não permitam que interesses outros, que não o bem-estar da nossa gente e da Copel, prevaleçam. O egoísmo político momentâneo não pode turvar os amplos horizontes do futuro.

É com boa vontade que venho a esta Casa de Leis, para explicar a desestatização da empresa. E com a mesma boa vontade, espero que tenham acolhido as minhas palavras.

Se eu tivesse que resumir o meu raciocínio em poucas palavras, concluiria: a Copel foi construída pelo povo do Paraná. Continuará, depois da desestatização no Paraná, administrada e contando com trabalhadores paranaenses, prestando bons serviços ao povo do Paraná e a outros Estados, ainda em outras bases territoriais, às quais a Copel hoje não tem alcance, inclusive territórios externos ao País, por exemplo o Mercosul, através de atuação em bases territoriais diversificadas e diferentes.

Continuará sendo a área de excelência nacional. Será vigiada e regulada, fiscalizada e controlada por uma entidade nova, que até agora não existia e que será a agência estadual de energia elétrica, que estará sendo criada ainda ao longo deste ano.

No momento da extinção do monopólio de energia do Estado do Paraná, o Estado deixa de ser empresário e passa a ser fiscalizador e regulador da

política pública de produção de energia. Isso se faz com absoluta transparência, dentro dos critérios mais cuidadosos de engenharia empresarial possíveis neste mundo para que a Terra e a gente do Paraná conheçam numa nova história de sucesso, o penhor de grande esperança, de substanciosos avanços sociais e de um brilhante futuro.

Com muita humildade, paranaense e engenheiro que sou, formado na Universidade Federal do Paraná, devotado a conseguir os melhores resultados no serviço ao nosso povo, coloco-me agora à sua disposição para esclarecer questões que me possam propor.

Muito obrigado.

**(Aplausos)**

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, Questão de Ordem?

**(Assentimento)**

Senhor presidente, esta Assembléia, na sessão de ontem, aprovou um requerimento encaminhado ao senhor governador Jaime Lerner, que haveria que se decidir uma situação que o doutor Ingo, pessoa que tenho o maior respeito, técnico, não poderia estar nas duas funções, de presidente da Copel e de secretário da Fazenda.

Pergunto a Vossa Excelência, presidente, esse documento foi tirado e votado, por maioria, ontem, nesta Casa. Portanto, esta Casa politicamente, não reconhece o doutor Ingo como presidente da Copel. Que tratamento daremos hoje, quando presta nesta Casa esclarecimentos?

O SR. DURVAL AMARAL

Pela Ordem, senhor presidente?

**(Assentimento)**

Não obstante a sugestão do deputado Algaci, se porventura ele já está investido no cargo de governador do Estado do Paraná, para poder determinar questões que são exclusivamente afetas ao governador do Estado do Paraná. Portanto, é totalmente descabida a Questão de Ordem e até desrespeitosa, neste momento.

O SR. ALGACI TULIO **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, não é desrespeitosa, é uma decisão tomada pela maioria dos deputados, desta Casa.

Portanto, foi uma decisão política e está Casa é uma casa política, ela tomou uma decisão ontem.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Quero esclarecer aos senhores deputados que a sessão de hoje, é uma Sessão Especial e que o senhor secretário Ingo Hübert poderá só ser aparteado ou interpellado sobre assunto vigente à sua convocação, artigo 98, § 3º do nosso Regimento Interno.

Solicito ao 1º secretário a leitura do requerimento da convocação do Excelentíssimo senhor secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Valdir Rossoni)**

**(Lê):**

**“REQUERIMENTO Nº 437**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com fundamento no artigo 54, inciso 34 da Constituição Estadual e no artigo 97, inciso I do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o douto Plenário, seja convocado a comparecer a esta Casa de Leis, o doutor Ingo Hübert, presidente da Copel e secretário de Estado da Fazenda, para prestar esclarecimento quanto ao processo de privatização da Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, facultando-se às bancadas da Situação e da Oposição indicar, um nome cada uma, para que aqui compareçam, em datas diversas, para abordar o mesmo tema.

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(aa) NEREU MOURA, LUIZ CARLOS ZUK, AUGUSTINHO ZUCCHI, DUÍLIO GENARI, CAÍTO QUINTANA, RICARDO CHAB, IRINEU COLOMBO, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, CEZAR SILVESTRI, CARLOS SIMÕES, WALDYR PUGLIESI, ELI GHELLERE, FERNANDO RIBAS CARLI, EDSON STRAPASSON, ÂNGELO VANHONI, LU-CIANA RAFAGNIN e CUSTÓDIO DA SILVA.”

O SR. BERALDIN **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, visto que o 1º secretário acaba de fazer a leitura eu indago de Vossa Excelência: a Copel comprou 45% das ações da Sercontel e não repassou ao município e sim ao Banco FonteCindam.

É possível este deputado fazer um requerimento no sentido de que o presidente nos esclareça sobre a negociação Copel e Sercomtel?

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Volto a informar ao nobre deputado, pelo Regimento da nossa Casa de Leis o secretário não terá obrigação de responder qualquer pergunta que não seja o motivo da sua convocação, ou seja, sobre o processo da privatização da Copel.

O SR. NEREU MOURA **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, a ordem de inscrição feita na Mesa, Vossa Excelência vai obedecer a inscrição ou vai permitir a intercalação de oradores da esquerda ou da direita?

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

O Regimento determina que seja pela ordem de inscrição.

Está inscrito, para falar em primeiro lugar o deputado Waldyr Pugliesi.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, é preciso dirimir uma dúvida para a condução dos trabalhos. O deputado Beraldin, numa Questão de Ordem, na realidade fez uma consulta a Vossa Excelência.

Eu entendo que qualquer ato relativo da administração da empresa Copel esteja diretamente relacionado com o processo de desestatização ou não da empresa.

Por isso, se o deputado Beraldin, ou qualquer deputado quiser fazer alguma pergunta sobre uma transação financeira, que a Copel fez nesses últimos anos, e das quais nós não estejamos esclarecidos, é cabível neste momento porque estamos tratando da empresa Copel, e a Copel é que está sendo privatizada.

Não é das fórmulas teóricas, mitos ou não mitos que nós estamos discutindo; é a empresa Copel ela é dos paranaenses, foi o nosso esforço de setenta anos que a construiu e se foi mal ou bem administrada, compete agora ao doutor Ingo Hübert responder essas perguntas.

Por isso, o deputado Beraldin, no meu entendimento, tem todo o direito de fazer qualquer pergunta relativa a qualquer transação da Copel, desde colocar um fio de luz na periferia de Curitiba, ou numa cidade do interior para Clik Rural, ou uma transação financeira com títulos, ou com compra de ações.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Esta presidência vai exclusivamente se basear no Regimento Interno da Casa e não permitirá que se mude o objeto da convocação.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (Questão de Ordem)**

Senhor presidente estamos tratando de privatização da Copel. A Copel comprou parte da Sercomtel. No instante que for fazer a privatização da Copel, empresa, está se privatizando a parte dela na Sercomtel. Acho que é completamente pertinente, senão, o que vamos discutir aqui?

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Vossa Excelência dentro do seu pronunciamento, na ordem da sua inscrição, de colocar e o presidente da Copel estará respondendo ou não de acordo com a sua interpretação.

**O SR. CAÍTO QUINTANA**

O presidente da Copel está aqui convidado ou convocado?

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Convocado.

**O SR. CAÍTO QUINTANA**

Se ele está convocado por esta Casa, o Regimento diz que é crime de responsabilidade, inclusive, não responder ou responder falsamente.

**O SR. DURVAL AMARAL (Questão de Ordem)**

Quero fazer um apelo a todos os deputados desta Casa porque quer me parecer que a privatização da Copel é de fundamental importância, inclusive a razão da convocação do senhor secretário.

E os deputados, numa manobra de protelar o início da discussão estão levantando a todo momento questões de ordem, sem declinar o artigo do Regimento Interno que está sendo violado.

O Regimento Interno é muito claro ao anunciar que o parlamentar, quando levantar uma Questão de Ordem, deve anunciar qual o artigo do Regimento Interno que está sendo violado.

Quero dizer, senhor presidente, que o artigo 98 do Regimento Interno, com seus parágrafos e incisos, são muitos claros com relação sobre qual deva ser o procedimento de secretário de Estado convocado nesta Casa.

Ou os deputados da Oposição querem realmente discutir e aprofundar a discussão, ou querem ficar discutindo aqui Questões de Ordem que não procedem, em hipótese alguma.

**O SR. BERALDIN (Questão de Ordem)**

Senhor presidente, a Questão de Ordem que faço agora, falou muito bem o ex-secretário do governador Requião, está aqui claro, o Plenário está se manifestando e aplaudindo todos aqueles que defendem a privatização da Copel. Com certeza são cargos comissionados do governo do Estado que estão aqui, até porque ganharam 100% de aumento.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito às galerias que não se manifestem como estão se manifestando.

A Casa está aberta para todos os paranaenses mas a Casa merece respeito.

**O SR. RICARDO CHAB (Questão de Ordem)**

Senhor presidente, sou deputado já no segundo mandato e tenho acompanhado vários debates aqui nesta Casa, e o Plenário não pode se manifestar. Só quero completar que, hoje de manhã, o povo, parece que foi impedido de entrar.

Então não se justifica o que estamos presenciando nesta Casa, porque hoje pela manhã os estudantes aqui estiveram e foram impedidos de entrar. Foi a informação que eu tive.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

O senhor está mal informado; não chegou à Presidência nenhum pedido.

**O SR. RICARDO CHAB**

Então eu gostaria, senhor presidente, que os cargos comissionados que aqui estão, se comportassem.

**O SR. TONY GARCIA (Questão de Ordem)**

Queria fazer um apelo ao líder do Governo, Durval Amaral, onde ele invoca o Regimento Interno para que esta discussão sobre a venda e privatização da Copel se processe. Acho que, neste momento, meu amigo, deputado Durval Amaral, o processo de privatização da Copel é muito mais importante do que o Regimento Interno; transcende o que o Regimento Interno diz ou não. Hoje nós temos a convocação do secretário e presidente da Copel e as dúvidas devem ser, todas, dirimidas, neste Plenário, para que todo povo do Paraná consiga esclarecer neste momento as suas dúvidas, se é a favor ou contra a venda da Copel.

Obrigado.

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Questão de Ordem)**

Entendo que o deputado Durval Amaral está equivocado quando diz que não cabem as Questões de Ordem que estão sendo feitas neste momento. O regimento Interno nos faculta pedir Questões de Ordem para esclarecer sobre assuntos que nós tenhamos dúvidas.

É muito importante, senhor presidente, que nós possamos, sim, indagar ao doutor Ingo acerca das alienações de ações que a Copel fez, acerca de precatórios que possa ter adquirido, porque tudo isso envolvido na vida, no patrimônio da empresa, e tudo isto certamente vai ser considerado, as ações alienadas ao BNDES, as ações alienadas ao Banestado/Itaú para garantir os títulos podres comprados pelo governo, tudo isso pode ter influência no processo de privatização, por isso tem que ser discutido hoje.

Faço um apelo a Vossa Excelência que nestes aspectos das alienações feitas de venda de ações, nas compras de ações que a Copel na montagem, na constituição de empresas da qual a Copel faça parte, Compagaz, Dominó, que nós possamos ter esses esclarecimentos à população do Paraná, porque este conjunto todo de operações irão sim, influenciar no processo de privatização que é o objeto da nossa discussão.

Portanto, as Questões de Ordem colocadas pelos deputados Caíto, Vanhoni, Beraldin, Algaci Tulio, Tony, têm procedência, porque temos que discutir aqui hoje a Copel por inteiro, porque é por inteiro que a Copel está sendo discutida na sua privatização.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, o requerimento encaminhado à Mesa, quando do entendimento entre as Lideranças do governo e da Oposição, está muito claro, de que viria para esta Casa alguém ligado ao governo para explicar ao povo do Paraná como está o processo de privatização da Copel.

Por outro lado, a Oposição traria aqui um outro expert no assunto para encaminhar contrariamente ao processo de privatização da Copel no Paraná.

Portanto, solicito, senhor presidente, que Vossa Excelência cumpra o Regimento Interno e determine que

os oradores que estão inscritos para falar sobre o assunto, possam formular as perguntas e que Vossa Excelência determine de imediato o encaminhamento.

E as questões de Ordem que possam ser encaminhadas no curso das discussões, elas serão levantadas aqui, em Plenário. Apenas isso.

**O SR. NEREU NOURA (Questão de Ordem)**

O artigo 104 do Regimento Interno diz que todas as dúvidas sobre a interpretação desse Regimento na sua prática constituir-se-ão em Questão de Ordem, todas as dúvidas, todas as Questões de Ordem claramente formuladas serão resolvidas definitivamente pelo presidente da Casa.

Não é o deputado Ademar Traiano que vai resolver as Questões de Ordem nesta Casa.

Senhor presidente, não terminei minha Questão de Ordem.

Quero dizer a Vossa Excelência que o presidente desta Casa se chama Hermas Brandão, não é o deputado Ademar Traiano, por isso ele se comporte como deputado, nós estamos aqui para ouvir o presidente da Copel, para esclarecer as dúvidas e achamos que o presidente da Copel não tenha nada a esconder, todos os assuntos que ele administrou à frente da Copel que sejam claros aqui, não há porque esconder absolutamente nada.

Achamos que podemos partir imediatamente para os questionamentos.

**O SR. SÉRGIO SPADA (Pela Ordem)**

Presidente da Copel, Ingo, secretário das Finanças, as suas colocações feitas nessa explanação inicial. Confesso que fiquei triste e até certo ponto indignado com expressões usadas pelo presidente da Copel, falando que mentira tem pressa, falando em mito.

Para concluir a Questão de Ordem, incluindo, inclusive tratando os que acham que o Estado está numa situação financeira difícil, como é o caso do deputado Valdir Rossoni.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Queremos informar aos Excelentíssimos senhores deputados conforme já anunciamos, vamos obedecer religiosamente à ordem de inscrição e vamos obedecer também religiosamente o horário. Cada parlamentar terá 5 minutos, para fazer o seu questionamento.

O primeiro orador inscrito, deputado Waldyr Pugliesi.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor presidente e senhores deputados, presidente da Copel.

Doutor Ingo Henrique Hübert, com esse pano de fundo que se estabeleceu no início dessa sessão, estou um pouco mais tranquilo porque não vejo presente aqui na Assembléia o procurador geral do do Estado, porque senão já teríamos cenas de pugilato.

Senhor presidente, presidente Ingo, nos Paramentos o contraditório se estabelece necessariamente, a rebeldia é a marca de fábrica dos Paramentos.

Paramentos que não questionam, que não se rebelam, se apequenam. Ainda bem que nós estamos vendo o grito de rebeldia de todo povo do Paraná ecoando aqui dentro desta Casa.

Antes de mais nada, além de lamentar o pouco tempo que temos para expor as nossas idéias, as nossas convicções, quero deixar aqui em nome da Oposição protesto pelo comportamento autoritário, mais uma vez, do governo Jaime Lerner.

Vi pelas janelas da Assembléia Legislativa, helicópteros voando a baixa altura, seguindo meninos e meninas, paranaenses de 13, 14 e 15 anos, que estão se formando na cidadania, estão se movimentando, adiando para se colocar contra à privatização da Copel. Alguns cães também foram vistos.

Doutor Ingo, talvez Vossa Excelência não tenha idade para isso, mas os cães que estavam por aí sendo mostrados aos nossos jovens, agora com o avanço do DNA, talvez consigamos a prova que eles são os descendentes dos cães que no passado jogaram contra o Ulisses Guimarães. Fica aqui o nosso protesto.

Outro dia, era a repressão aos trabalhadores sem-terra. Isso é para iniciar.

Doutor Ingo, como o deputado que me antecedeu, eu não gostei de ouvir algumas expressões: “Os detra-tadores”, os egoístas”, a mentira tem pressa”.

Permita-me dizer, doutor Ingo, olhando no seu rosto: “A mentira tem pressa”.

Olha a pressa da mentira, doutor Ingo, ele perde para a pressa que vocês neoliberais têm para entregar o patrimônio público do povo do Paraná.

Doutor Ingo, ouvi seu discurso muito atentamente. Será que não era melhor, em relação àquilo que o senhor falou da Copel, nós todos aqui do Paraná, nos dirigirmos ao Afeganistão, contratarmos os fundamentalistas que derrubaram as estátuas de milhares de anos, do Buda, trazê-los para cá e fazer a mesma coisa com a Copel antes que ela, como um Deus Molok, nos devore a todos? Eu nunca vi, doutor Ingo, um presidente de empresa desmerecer a empresa que preside! A Copel não tem competência para competir no dia de amanhã?

Ainda da janela vi a chuva caindo! É a nossa matéria prima, geradora da nossa energia! Quem é que virá para o Paraná para nos encurralar na competição? A Copel tem...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**  
**(Faz soar os tímpanos)**

Vossa Excelência tem um minuto. É o que manda o Regimento e vamos cumprir exatamente o que ele determina.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Olhem, esse é o grande problema. Já se levantou uma questão aqui, se pode perguntar isso ou aquilo. Eu acho que nós deveremos, todos, nos desnudarmos para esclarecermos as coisas que precisam ser esclarecidas.

Olhem, um minuto!

A Copel, no meu entendimento é a independência do Paraná no amanhã, é a garantidora daquilo que o poeta Thiago de Melo diz - A Copel é o sol dos nossos dias vindouros!

Para que entregar um ativo desses? Quantos governadores trabalharam, quantos milhões de paranaenses teceram esse tecido grandioso que é a ramificação da Copel em todos os cantos, a transmissão, a geração, a distribuição? Ninguém competirá com a gente! Nós aqui temos que dizer o seguinte, que não vamos nos submeter a determinações centrais. É para isso que existe a Federação, para os governadores se levantarem em defesa do seu povo, do seu Estado.

Gostaria de perguntar sim, doutor Ingo, o senhor é contra a instituição de uma CPI aqui para apurar as transações do banco FonteCindam, Sercomtel, Copel? É uma pergunta.

Outra pergunta: Se o senhor fosse proprietário da Copel, com todo seu acervo, com todo o seu patrimônio, o senhor teria coragem de chegar em casa, olhar no rosto da sua mulher, dos filhos, olhar para os acionistas, se existissem, mesmo minoritariamente, e dissesse “estou vendendo a nossa empresa porque ela deu um lucro de quase 500 milhões, tem 9 milhões de consumidores, tem cento e cinquenta mil quilômetros de rede de transmissão, tem milhares de outras coisas que fazem o seu grande acervo”.

Olha, é impossível. Até agradeço a condescendência do presidente desta Casa, pelo minuto, mas ficamos todos tolhidos pelo relógio.

Nós não concordamos com as argumentações que Vossa Excelência faz em relação à 8.666, porque emergencialmente não é preciso que se faça nenhuma licitação, nós não acreditamos que a Copel não seja competitiva amanhã, depois ou daqui a dez, quinze ou vinte anos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Para a resposta, o secretário terá o mesmo prazo.

**O SR. INGO HÜBERT**

Excelência deputado Waldyr Pugliesi, eu entendo que muito antes de questionamentos, Vossa Excelência fez aqui, uma série de colocações, uma série de afirmações que evidentemente vamos respeitar, democraticamente.

Gostaria apenas de comentar duas delas. Em primeiro lugar, quando o senhor pergunta se a Copel estaria aberta para esclarecer qualquer assunto atinente à

sua administração, evidentemente hoje que o próprio presidente já esclareceu, o tema é outro, a convocação é para uma outra discussão, o Regimento é muito claro. Agora, a Copel nunca teve que esconder nada e a Copel, de bom grado, responderá, como até hoje respondeu, qualquer requerimento aprovado por esta Casa.

Quanto aos “budas” destruídos no Afeganistão, como o senhor menciona, nós só temos que cuidar para não fazer como a esfinge, que se encontra, hoje, num ambiente muito mais corrosivo e que por falta de cuidados está sendo levada a um estado sofrível de deterioração. Evidentemente, ninguém de nós deseja que qualquer coisa parecida aconteça com a Copel.

Agradeço muito, deputado Waldyr Pugliesi, pelo amor e pelo atavismo que Vossa Excelência expressou aqui pela nossa empresa, da qual todos nós, copelianos, compartilhamos de todo o coração.

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, o senhor disse que haveria intervenção, resposta e teria a réplica.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputado Waldyr Pugliesi tem três minutos.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor presidente Hermas Brandão, eu não ouvi se o ilustre presidente da Copel...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nós concedemos a Vossa Excelência, se for o seu desejo, que terá três minutos para a réplica.

**O SR. WALDYR PUGLIESI (Questão de Ordem)**

O presidente não respondeu se ele é favorável a uma instalação de uma CPI que apure aquilo que aconteceu na transação Copel/Sercomtel, Banco FonteCindam.

**O SR. INGO HÜBERT**

Waldyr Pugliesi, a deliberação sobre instalação de CPI's é circunscrita e atribuição exclusiva da Assembléia Legislativa. Não me compete, aqui, ser nem a favor nem contra.

Evidentemente, como já disse antes ao senhor e vou repetir neste momento, a Copel jamais se negou a responder o que quer que lhe fosse indagado, porque a Copel não tem nada a esconder sobre qualquer ato administrativo.

De mais a mais, vários deputados desta Casa são testemunhas de que sobre casos como este, levantados, nós já abrimos a Casa, já fizemos convites, já recebemos deputados em nossa Casa, já franqueamos a estes deputados informações sobre este assunto e sobre todos os outros, que estas pessoas quiseram indagar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Segundo orador inscrito, pela ordem, deputado Orlando Pessuti.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Senhor presidente, senhor presidente da Copel, Ingo, senhores deputados, companheiros e companheiras que nos visitam. O deputado Waldyr já fez, em nome das Oposições, as considerações que entendemos não precisamos repetir.

Duas argumentações e um questionamento: o presidente Ingo falou na seriedade do governo Jaime Lerner na condução dos destinos do Paraná. Será que é ato de seriedade o escândalo do Banestado Leasing, dos títulos podres do Banestado, dos Jogos Mundiais da Natureza, dos mais de 600 milhões de propaganda?

O presidente Ingo falou da Lei nº 8.666. Ela já existe há oito anos. É de 93. E a Copel continua sendo uma empresa competitiva e disputando mercados fora do Estado, já que vende energia, por exemplo, a Cubatão e a Taubaté. Falou da desregulamentação que aconteceu na Inglaterra, na Argentina. Porque não falou da desregulamentação da Califórnia, da privatização do Rio de Janeiro onde tem falta de energia, onde tem acontecido os apagões e a energia subiu?

Por que não citou esses exemplos?

Vou à pergunta: o principal argumento que Vossa Excelência utiliza para justificar a venda da Copel é que ela deixará de ser competitiva quando ocorrer a liberação completa das tarifas, pois com isso a empresa perderá competitividade por ser uma estatal.

Em que estudo econômico, financeiro estão baseados estas suas afirmações?

Quem foi o autor ou autores deste estudo?

Qual a empresa contratada para fazê-lo? Qual o número do edital ou carta-convite que contratou esse estudo? Ou tratando-se apenas e tão somente de opiniões particulares suas ou de membros da diretoria da Copel, do governador ou de outros?

Enfim, quem, senhor presidente, lhe disse ou convenceu de que a Copel, que rendeu ao Estado, mais de um bilhão de dólares de lucro nos últimos 6 anos, deve ser vendida, pois passará na sua opinião, a dar prejuízo se não for privatizada?

Onde está este estudo senhor presidente? Ele existe? O senhor poderia ceder uma cópia desse estudo que diz que a Copel perderá competitividade? Era isso.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, volto a insistir, estamos desvirtuando, mais uma vez, o que está estabelecido no requerimento de convocação do secretário Ingo Hübert.

Solicito ao nosso presidente, baseado no art.98, do nosso Regimento Interno § 3º, que estabeleça a regra do jogo, porque as perguntas não são atinentes ao assunto. Principalmente a primeira pergunta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta presidência decide: não consideramos as perguntas do deputado Pessuti fora do requerimento.

Com a palavra o senhor secretário.

O SR. INGO HÜBERT

Deputado Pessuti, com prazer vou passar a responder às indagações de Vossa Excelência.

Vossa Excelência se refere ao caso da Califórnia. Por que não foi mencionado o caso da Califórnia? Por uma razão muito simples: ele é em tudo diferente a qualquer desregulamentação que tenha acontecido aqui no Brasil. Quando foram promulgadas as leis de desregulamentação, a começar pela Lei 8987 de fevereiro de 95, e a Lei 9074 de julho de 95, cristalizou-se, definiu-se claramente um determinado modelo de privatização, que por um lado estabelecia total competição entre a geração de energia.

Por outro lado dividia a distribuição, ou seja: o varejo em dois segmentos. O segmento do mercado chamado cativo e do segmento do mercado chamado não cativo.

Estabelecia também regras de como também esse mercado cativo poderia transitar para a situação de não cativo, e portanto, um mercado usuário da competição.

Na Califórnia houve um modelo totalmente diferente, onde tivemos para começo de conversa, um congelamento de preços. Houve uma determinação para que as empresas não pudessem ter, construir ou comprar unidades geradoras. Separou-se claramente a função geração da função distribuição.

Além do mais, as empresas de energia foram impedidas de estabelecer contratos de longo prazo, contatos estes que poderiam protegê-las numa eventual flutuação no mercado atacadista de energia. Este modelo californiano guarda certas semelhanças com o nosso plano cruzado, de não saudosa memória, todos os senhores aqui nesta Casa lembram que nós tivemos aí também uma situação de congelamento de preços com uma consequência notória que se seguiu, que foi o desabastecimento em todo o País. Este plano basicamente naufragou aqui no País, como todos nós sabemos, por uma questão realmente de congelamento de preços.

Ora, foi exatamente isto que se fez na Califórnia e o nosso modelo de desregulamentação como já tive oportunidade de explicar a Vossa Excelência, é em tudo diferente disso daí, ou seja, nós, em absoluto, podemos tirar paralelas ou fazer qualquer tipo de comparação com situação da Califórnia.

Pergunta número dois - como é que a Companhia hoje, a Copel, atende clientes fora do seu Estado, a saber em São Paulo, e visualiza uma situação de competição diferente dentro de alguns anos?

Uma razão muito simples - nós estamos hoje numa situação em que as empresas, 22 empresas de distribuição acabam de ser privatizadas. Essas 22 empresas herdaram pesados fardos da administração estatal. Nós sabemos

que numa boa parte dos Estados as empresas não foram privatizadas por questões ideológicas, a saber o Estado de São Paulo, todos nos conhecíamos as opiniões do governador Mário Covas, de saudosa memória, a respeito do assunto. No entanto, as empresas paulistas foram, por assim dizer, as primeiras empresas a serem privatizadas no País.

Pois bem, as empresas após a privatização precisaram, como estão precisando, de um tempo para se recompor, para receberem investimentos.

Os investimentos na iniciativa privada, por sinal, já vou dar o dado aqui, entre 96 e 2000 foram de 8 bilhões de reais foi isto que se investiu depois da privatização, apenas nas empresas privatizadas e é evidente que tudo isto requer tempo, tempo este que nós hoje estamos aproveitando para atender consumidores fora do nosso Estado, porque hoje a situação de monopólio ainda não permite isto. Nós estamos ainda numa situação de força.

Mas bem sabe Vossa Excelência que pela própria lei, a partir de 2003, teremos abertura de mercado. Nós não teremos mais esta situação confortável do monopólio que temos hoje, esta situação que nos proporciona estes lucros que Vossa Excelência viu nos jornais nos últimos dias.

Pois muito bem, evidentemente numa situação de concorrência com empresas muito mais fortes, com empresas com uma economia de escala muito maior, com todo acesso ao mercado de capitais, coisa que uma empresa estatal não tem, por determinação, com total liberdade para fazer as negociações mais interessantes para a empresa, reverterá este jogo com grande facilidade.

O estudo que Vossa Excelência se refere na verdade é de uma transparência muito simples, ou seja, basta ler as leis, e eu sugiro que estas leis que Vossa Excelência com certeza conhece muito bem, mas que elas sirvam talvez numa releitura de informação, trata-se principalmente aqui das leis que criam o mercado atacadista de energia, ou seja, a Lei nº 9648, de julho de 98 e a Lei Federal nº 2655. São leis que regulamentam o mercado atacadista.

Eu creio não ter esquecido nenhuma de suas indagações...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao deputado Orlando Pessuti, se vai usar o horário da tréplica.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Vou usar.

Senhor presidente, acho que não ficou bem claro a pergunta principal que é justamente esta questão da perda de competitividade.

Eu não estou convencido dos argumentos e por isso pedi, que se foi feito ou se não foi feito um estudo econômico, um estudo técnico por engenheiros, econo-

mistas, para demonstrar que nós vamos perder esta competitividade.

Tudo bem, em 2003 perde o monopólio. A Copel já está instalada, com todo aquele patrimônio que foi aqui falado e eu não preciso repetir. A Copel tem toda uma capacidade de geração, transmissão e distribuição pronta. A Copel terá produção de energia aos preços mais competitivos, já que sua energia é produzida a partir dos rios.

Gostaria que Vossa Excelência melhor esclarecesse: onde é que vamos perder competitividade? Se já temos tudo pronto, praticamente pago, se temos os rios, chuva em abundância e energia mais barata? Qual é o estudo que leva Vossa Senhoria afirmar categoricamente que a Copel vai cobrar, falir e se inviabilizar, porque vai perder competitividade? Se temos tudo pronto, a geração, a transmissão, a distribuição, a marca Copel, que é tradicional, o mercado, a tecnologia? Como é que vamos perder? Se hoje, quando a maioria das empresas já foram desregulamentadas e privatizadas, quando as facilidades já são dadas às outras que foram privatizadas e mesmo assim continuamos competitivos, a ponto de vender energia lá fora, como é que vamos perder a competição?

Por isso, é que pedi esse estudo, se tem um estudo ou se não tem, porque, na minha avaliação, com tudo que a Copel tem, hoje, pronto, pago, clientela, não vamos perder competição, porque os grandes consumidores, supermercados, as empresas que Vossa Senhora mencionou, tenho certeza que eles vão querer comprar energia da Copel, porque ela vai ser mais barata do que a energia de uma outra empresa multinacional, que vier aqui montar uma termoelétrica, por exemplo, ou montar uma hidrelétrica nos rios Ivaí, Piquiri ou Tibagi. Não vejo onde perderemos a competitividade.

Por isso, insisto. Temos um estudo técnico, de engenheiros, economistas, que demonstram realmente que vamos perder essa competitividade? Porque hoje, isso não está demonstrado.

#### O SR. INGO HENRIQUE HÜBERT

Deputado Rossoni, em primeiro lugar, eu gostaria de manifestar a minha agradável surpresa e o meu elogio à sua formulação, porque Vossa Excelência, na sua colocação, verdadeiramente atinge o âmago da questão, aqui.

Ao mesmo tempo me assusta, quando afirma, aqui, em alto e bom som, que a empresa iria falir, quebrar.

Gostaria de esclarecer isso muito bem e com todas as letras. Em momento algum eu disse aqui, que a empresa iria falir, quebrar ou ter um problema existencial. O que eu disse, sim, é que a empresa teria uma situação desigual na competição. Isso, eu disse com muita clareza e volto a repetir.

Qual é essa situação desigual? Também vou repetir, a bem da clareza. Uma empresa estatal não pode aumentar a sua base territorial, uma empresa privada pode. Podemos ver hoje o que acontece: no Brasil temos, por exemplo, Endessa (sic) e a Eberdrola (sic), que são donas de praticamente todo o Nordeste do Brasil. Tem lá

as suas empresas privadas, três empresas. Existe uma série de outras empresas Esse (sic), por exemplo, a EDP, que é dona da Excelsa (sic) e da Enersul (sic), é muito fácil de ver que com a extensão das bases territoriais, essas empresas adquirirão e estão adquirindo economia de escala. É evidente que quanto maior for a base territorial, quanto maior for o número de consumidores, menores são os custos unitários. Não há a necessidade de nenhum estudo profundo, para isso, uma continha de divisão. Ou seja, economia de escala é algo que resulta realmente do aumento da base territorial. Ora, uma empresa estatal está formalmente proibida, de aumentar a sua base territorial. Toda vez que a Copel tentou fazer isso, nos últimos três anos, foi barrada, sob o argumento de que a regra do jogo no Brasil, chamava-se privatização e não reestatização.

A economia de escala é um fator muito importante, desta luta desigual que nós enfrentamos dentro de três anos.

Porque isso não nos atinge hoje ? Novamente porque hoje nós estamos numa situação de monopólio, nós hoje estamos numa situação em que o shopping, qualquer que seja, não pode escolher a sua empresa; dentro de três anos poderá escolher. E aí Vossa Excelência me permitirá discordar de sua afirmação de que os supermercados comprarão a energia gerada no Paraná. Eles comprarão a energia mais barata, o supermercado nem piscará no dia em que um concorrente externo lhe oferecer um desconto, por exemplo, de 10% na energia, isto porque nós sabemos que um supermercado, um shopping center, um hotel, são verdadeiras cidades em termos de ar condicionado, de informática e de iluminação. Evidente que essas empresas mudarão de fornecedor assim que houver uma oferta mais barata.

E posso lhe afiançar, deputado Pessuti, que estas ofertas mais baratas seguramente acontecerão na medida em que outras empresas serão cinco vezes maiores e terão a economia de escala.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, eu só quero dizer que não respondeu à minha pergunta, se tem o estudo econômico e de engenharia para provar que a Copel vai ter energia mais cara.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Próximo inscrito, deputado José Maria Ferreira.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, doutor Ingo, o senhor vem a esta Casa nesta tarde, e vem, realmente, além de esclarecer, com a disposição de fazer inclusive o enfrentamento.

Quando diz que os deputados são simplistas e estão lendo a cartilha simplistamente, e que a Copel não quer se transformar na esfinge, que deu a resposta em relação ao deputado Waldyr Pugliesi, no sentido de que ela ia se tornar uma estrutura enferrujada. Ora, por outro

lado nós precisamos de ajustar o discurso, porque Vossa Excelência, em declarações na imprensa, afirmou que precisava vender a Copel porque precisava recompor o caixa do governo.

O governador em seguida foi chamado à atenção e ajustou o discurso de Vossa Excelência dizendo que era uma necessidade da desregulamentação que o governo federal estava exigindo, enquanto o governo federal está a exigir a desverticalização da empresa no sistema energético.

Entretanto, ontem daquela Tribuna, o ex-líder do Governo deputado Valdir Rossoni, fez uma afirmação peremptória: “o governo está em estado terminal, precisamos vender a Copel porque senão não teremos como pagar a folha de pagamento, senão, não termos como honrar os compromissos do governo, está fadado a falir o governo do Estado do Paraná”. As notas taquigráficas estão na sessão de hoje.

Então, num primeiro momento, o governo precisa ajustar porque a sociedade não pode, diante de um problema tão amplo, e tão importante, ser tratado com dois pesos e duas medidas.

Vossa Excelência, no dia 22 de novembro de 2000 diante de uma platéia de 1300 técnicos do setor elétrico em Foz do Iguaçu afirmou que o MW-hora teria que sofrer um reajuste, hoje em torno de 45 dólares o médio, entre o residencial e o industrial, e que passaria para sessenta e cinco dólares.

Agora, diante desse Plenário Vossa Excelência, para justificar a venda da Copel, afirmou que barateará a tarifa para o consumidor.

Se nós olharmos que de 1995 para 2000 a tarifa básica cobrada pela Copel, que em 1994 era de 22,67 reais o MW-hora, passou, em 2000, para 59,03 MW-hora, recebendo um aumento de 163%. Como é que compatibiliza as informações, várias dada pelo governo ao qual Vossa Excelência serve, que não consegue sustentar uma, nem o relatório da própria Copel, nem aquilo que afirmou e nem o que afirma a Liderança do Governo, o ex-líder do governo? Aí eu perguntaria: se o senhor fosse “presidente” de uma empresa privada que faturasse 2 bilhões e 700 milhões ano, a tendência é 2.836.000 consumidores, possuísse um patrimônio líquido, contábil, de 4 bilhões e novecentos, tivesse um índice de liquidez patrimonial de 3.6 e tivesse crescido, nos últimos 6 anos, 51% e tivesse apresentado, ao decorrer deste período, mais de um bilhão de dólares de lucro e apresentando, no último ano, 430 milhões de lucro, feito em todas as realizações 500 milhões ano de recolhimento de ICMS, aos cofres do Estado, como o senhor pretenderia convencer os sócios de uma empresa a vendê-la? Que neste momento falta energia, o senhor diz que vai subir a energia, nós temos a energia mais barata que a matriz energética, temos em abundância.

Ainda mais eu perguntaria, com as perspectivas de racionamento, parece que o senhor afirma mais que a tarifa irá baixar, ou não entrará na economia de mercado.

Sua opinião, volto a dizer, é baseada em impressões, conforme estas duas que o senhor já fez, que estaria baixando, que estaria aumentando, que o Estado está quebrado e que não há mais necessidade do Estado ou é uma necessidade de reforçar o caixa do Estado do Paraná, em função da quebradeira e da falta de seriedade do governo que Vossa Excelência serve?

O SR. INGO HÜBERT

Deputado José Maria, vamos pela ordem das suas questões.

Vossa Excelência pergunta, novamente, sobre as razões da desestatização. Elas são, basicamente, duas. Elas são realmente de mudança de regras de jogo, ou seja a passagem de um monopólio para uma situação competitiva que muda a situação fundamental. E realmente a Copel não teria o menor problema se ela fosse uma empresa que tivesse exatamente as mesmas condições de competição de uma empresa privada, por exemplo, se ela pudesse adquirir outras empresas, ela já o teria feito. Para começo de conversa teria adquirido a Gerasul que como Vossa Excelência sabe, está em mãos da Tractbell. Uma empresa estatal não pode certas coisas que uma empresa privada pode. Essa é a questão mais simples que retrata esta realidade, ou seja, é uma situação de competição, regras novas, portanto totalmente desigual.

A segunda questão que nos leva à desestatização da Copel, ela sim, tem a ver com o orçamento do Estado, como Vossa Excelência bem sabe, pois Vossa Excelência votou o orçamento de 2001 e sabe que ele contempla 3 bilhões de venda de ativos a serem dirigidos, conforme Vossa Excelência votou também, no projeto, em 1998, para serem dirigidos à Previdência Privada. Então esta é a segunda razão, quer dizer o Fundo de Previdência vai resolver um problema estrutural, não somente deste governo mas de todos os futuros governos.

Então são estas as razões fundamentais que levam e recomendam a desestatização.

A segunda questão, Vossa Excelência alude à questão dos preços. Evidentemente, numa questão ainda incipiente de mercado, quando se faz estimativa de preço, estas estimativas são exatamente isso, estimativa, uma vez que não existem referenciais ainda, como no caso de mercados já mais estabelecidos, onde há por exemplo, informações de bolsas, onde há informações sobre derivativos, onde há informações sobre procura e oferta estrutural. Isso no Brasil não existe. De maneira que quando se fazem estimativas, se fazem estimativas. É evidente que uma situação de concorrência, tende a fazer com que os preços baixem. Em todos os países onde houve uma desregulamentação, houve tendência à baixa de preços. O último País que passou por isso foi a Alemanha, onde os preços de antes e depois mudaram para menos de 30%.

Nós temos aqui no Brasil o caso da telefonia, Vossa Excelência lembra muito bem que há poucos anos atrás se comprava um telefone por 3 mil reais; hoje se

consegue por 13 reais e é uma tarifa mais barata do que aquela que existia na situação anterior.

Então, quer dizer, como tendência geral, a concorrência baixa os preços. É claro que no Brasil nós temos que ser muito cautelosos porque temos uma situação passada, uma situação ainda de Estado, muito forte e presente, estamos hoje numa situação de transição estamos passando de uma situação de empresas em grande dificuldades financeiras e essas empresas estão recebendo investimentos, 8 bilhões como mencionei a Vossa Excelência, que as empresas privadas receberam, de 96 até agora, que teriam que ter saído dos cofres públicos, se essas empresas não tivessem sido privatizadas, que sairiam da Segurança, da Educação, da Saúde, e que também influenciavam esse desenvolvimento tarifário.

Quanto ao ICMS deputado José Maria, é muito simples, como eu mencionei antes, a empresa não sai do Paraná. O ICMS recolhido continua sendo recolhido, e ele será muito maior na medida que essa empresa cresce.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Consulto Vossa Excelência se fará uso da réplica.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Farei sim, senhor presidente.

Primeiro, gostaria de indagar ao secretário Ingo se a declaração que deu que vai subir em Foz do Iguaçu, Vossa Excelência estava equivocada, ou é a afirmação que vale hoje que vai baratear?

Segundo, a mudança de desregulamentação. Sabemos que nós não mudamos a empresa do Paraná, mas também quero para aproveitar e questionar a pergunta que você deu ao deputado Pessuti, a Copel pode vender ao Nordeste, como já está vendendo em Cubatão, e como está vendendo em Taubaté, e ainda mais produzindo uma matriz hidráulica como nós temos e com custo barato como nós temos, com certeza vamos estar concorrendo em qualquer mercado.

Quando se tem previsão, se tem ponto de equilíbrio, se usa os instrumentos disponíveis de economia e administração, você consegue evidentemente fazer um planejamento, porque não se contrata uma turbina na esquina, material de expediente pode ser, mas turbina e material de linha de transmissão não se contrata.

Vossa Excelência afirmou que nós votamos na Lei nº 12.355, a nefasta autorização dada ao governo em forma de cheque em branco para a venda da Copel. Eu participei junto com outros companheiros dessa votação, e com lucidez votei contrário, porque entendi que desta forma defendi os interesses maiores do meu Estado.

Vossa Excelência que houve investimento da ordem de 8 bilhões nas empresas e que o Estado do Paraná, com o Poder Público não teria condições de fazer esses investimentos.

Ora, em 97, não me recordo se Vossa Excelência era presidente da Copel, mas a Copel foi ao mercado americano e fez lançamento de ações de aproximada-

mente 600 milhões de dólares, 1 bilhão e duzentos à cotação de hoje, ampliando a participação do mercado de 15,4, para em torno de... Foram 600 milhões, vou ficar lhe devendo estas informações, mas Vossa Excelência como presidente da empresa, sabe. Foi uma forma de captar recursos sem no entanto, ter que ir aos cofres públicos.

E para constituir esse patrimônio de aproximadamente 15 bilhões de reais, o governo do Estado do Paraná colocou apenas 400 milhões de dólares.

Então, a Copel feita nas últimas 5 gerações, só propiciou ao Paraná a condição de o Paraná alavancar sua economia. Por isso não é possível pensarmos em vender essa empresa só para taparmos o buraco do governo.

**O SR. INGO HÜBERT**

Excelentíssimo deputado José Maria, eu entendo aqui que a grande parte das colocações que Vossa Excelência faz, são opiniões suas, nós as respeitamos. Agora, a realidade administrativa de uma empresa, deputado, com todo o respeito, é um pouco diferente disso. Estoque custa dinheiro, sim.

Como uma empresa é obrigada a levar 90 dias para fazer uma compra que uma outra empresa consegue fazer em duas ou três semanas, ela precisa sim, manter estoques mais altos do que a outra. Estoques mais altos representam investimentos de capital, é capital de giro que esta empresa precisa empatar. Representa sim, deputado, mais custos que essa empresa, que precisa de mais tempo, tem em comparação com a outra que não tem essas mesmas situações.

Representa também, deputado, uma situação em que a empresa tem que enfrentar na justiça e também no meio administrativo, recursos, liminares que demandam tempo, e tudo aí é custo.

Agora, isto talvez seja a parte menor da diferença de regras de jogo para empresas estatais e não estatais.

A essência da questão realmente é a da economia de escala. Nós sabemos dentro da Copel, que a Copel é uma empresa muito mais competente do que aquilo que ela faz hoje, do que ela consegue fazer. Ela tem um quadro excelente, tem um quadro treinado, tem um quadro produtivo, tem um quadro competente que poderia estar atuando hoje em outras bases territoriais, o Paraná, a Copel, hoje poderia estar atuando por exemplo nas demais usinas do rio Iguaçu para ficarmos bem próximos do que nós temos aqui, Salto Santiago e Salto Osório.

Vossa Excelência sabe porquê que a Copel não pode fazer isso?

Exclusivamente por ser uma empresa estatal. Ela foi excluída, sumariamente, do leilão, porque a regra do jogo nacional é de privatização e não de desestatização.

Na essência é isso.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Dando continuidade pelas inscrições, o deputado Hermas Fonseca, deputado Valdir Rossoni.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhor presidente da Copel, doutor Ingo, senhores deputados.

Devo aqui a esta Casa inicialmente, com a permissão do ilustre líder das Oposições, meu caro amigo Waldyr Pugliesi, esclarecê-lo de que o helicóptero que sobrevoava a Assembléia Legislativa era de uma rede de televisão e não do governo do Estado do Paraná. No mesmo momento que sobrevoava este helicóptero, tomei as providências, na ausência do presidente Hermas Brandão, para verificar o que estava acontecendo.

A segunda medida, meu caro amigo deputado Waldyr Pugliesi, tinha à frente da Assembléia Legislativa, uns manifestantes que apedrejaram dois veículos de funcionários desta Casa. Uma funcionária da Liderança do PTB, a Rosemary e a outra da Diretoria de Apoio do Plenário, dona Maria José. Foram apedrejados e, por isso, a segurança recorreu à 1ª Secretaria.

A 1ª Secretaria recorreu à Secretaria de Segurança para que todos tivessem o direito de ir e vir, mas que também aqueles manifestantes tivessem o direito e fazer ali as suas manifestações.

Acredito que este esclarecimento é válido porque senão não ficaria claro para o senhores deputados que não houve interferência da Casa, nesta questão de helicópteros, porque acredito sim, que era a cobertura de uma rede de televisão que fazia naquele momento.

Dirijo-me, agora, ao presidente da Copel.

Quando conduzi aqui na Liderança do Governo, doutor Ingo, a lei que aprovou a privatização da Copel, algumas razões me fizeram que me convencessem para que esta lei fosse aprovada.

A primeira razão é que 70% desses recursos ficariam vinculado ao Fundo de Previdência. Pergunto ao senhor:

Com esse 70%, após privatizada a Copel, sabemos nós que foram colocados no Fundo de Previdência os recursos dos "royalties" e, há necessidade de mais recursos. Com esses 70% dos recursos advindos da privatização da Copel, melhora a saúde financeira do Estado?

#### O SR. INGO HÜBERT

Sim, senhor, deputado Valdir Rossoni, e lhe agradeço a pergunta porque é uma das verdadeiras essências de tudo o que estamos falando hoje aqui.

Bem sabe Vossa Excelência que hoje o Estado gasta 90 milhões de reais com o pagamento da Folha de Inativos. Esses 90 milhões de reais pagam cerca de 80 mil pessoas ou que passaram, entre outros, para o Quadro de Inativos por conta de uma decisão tomada em governo anterior, que criou um Fundo de Previdência e depois o descreiou, como nós sabemos.

Todo esse universo de celetistas passou a ser estatutário e o governo passou a arcar com as aposentadorias

deste grupo de funcionários e é evidente que pela própria lei que Vossa Excelência votou ou ajudou a aprovar em dezembro de 98, resolveu-se uma das primordiais questões do ajuste financeiro estrutural do Estado do Paraná. Nós estamos falando aqui em ajuste do fluxo de caixa, nós estamos falando em ajuste estrutural, ajuste em que se elimina uma das grandes causas de desequilíbrio. Essa causa, como bem aventou Vossa Excelência como bem percebeu e apontou, refere-se exatamente ao Fundo de Previdência.

Agora, Vossa Excelência também sabe muito bem que, em sendo uma solução estrutural, ela não beneficia apenas este governo. Vai beneficiá-lo talvez no seu último ano de existência, em parte, mas vai beneficiar todos os demais governos que o sucederem.

Por essa razão, essa questão é de tal ordem importante e está diretamente vinculada à desestatização da Copel.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Consulto o deputado Valdir Rossoni se quer usar a réplica.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, a desregulamentação do setor de energia elétrica, foi aprovada pelo Congresso Nacional e é natural que ao decorrer do tempo, vieram se privatizando todas as companhias de energia elétrica do Brasil.

Aqui eu faço não uma réplica, mas uma nova pergunta a Vossa Excelência.

De todas as companhias de energia elétrica do País, se não tivesse havido essa avalanche de privatizações, qual seria a posição hoje, do presidente da Copel, quanto à privatização da Copel?

#### O SR. INGO HÜBERT

Excelentíssimo senhor deputado, na realidade, o presidente da Copel, hoje talvez não seria mais presidente da Copel, porque muito provavelmente estaríamos realizando esta reunião aqui na Assembléia com problemas de energia.

Se o setor permanecesse estatal, dificilmente teríamos tido este volume de investimentos que nós tivemos e vou citar aqui apenas algumas usinas.

Fala-se muito na imprensa que o setor estatal não investe em Usinas.

Veja Vossa Excelência, Usinas privadas que foram construídas no Brasil, depois da desregulamentação. Podemos citar aqui, só na nossa região.

Itá - 1400 megawatts;

Dona Francisca - 125 megawatts;

Canoas 1,82; Canoas 2,72; Igarapava 210; Rosal, 65; Porto estrela, 112; Serra da mesa 1.275; Arjona, Cuiabá, 150 e Uruguaiana, 600.

Vossa Excelência vê que investimentos foram feitos no setor, depois da privatização, que não teriam sido feitos, seguramente por falta de recursos, se o setor ainda fosse totalmente estatal. Não é preciso dizer que muito provavelmente nós hoje não estaríamos com esta iluminação que Vossa Excelência vê nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela Ordem, com a palavra o deputado Tony Garcia.

O SR. TONY GARCIA

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, senhor secretário.

Quero fazer neste momento alguma considerações em relação ao que deputado Valdir Rossoni estava falando, neste momento.

Ele fala da Copel, trata do problema energético, como se a Copel fosse uma empresa como outra qualquer que há no Brasil. E não é nada disso.

Nós sabemos que a Copel é uma empresa competitiva, é uma empresa que tem capacidade de investimentos, é uma empresa que até vende o seu potencial que é usado no Paraná. Então, estamos falando de uma Companhia que não está sucateada, uma Companhia que serve de exemplo, não só aqui dentro do País como lá fora. E como bem disse o deputado, ontem, e que hoje o senhor secretário diz que não é por causa disso, até eu acho que da boca do secretário saiu uma ofensa ao senhor: ele chama de detrator quem fala que o Estado está praticamente terminal, que é um paciente terminal.

Acho que estas considerações temos que vir a fazer, durante todo o tempo que discutirmos isto.

Mas, o que interessa agora, realmente é a Copel e alguns atos dos seus titulares.

Passo a perguntar ao senhor secretário, presidente da Copel, o seguinte: minha pergunta se desdobra em vários questionamentos. Perguntaria se o senhor é homem de confiança do governador Jaime Lerner, se os seus atos também são de co-responsabilidade do governador?

A seguir, passo a fazer a pergunta: o senhor tem conhecimento de operações feitas pela Copel de compra de títulos podres, para quitação de impostos junto à União? Se tiver conhecimento, que títulos foram comprados? Se foram comprados, foram auditados por quem? Há relatório? Foram para pagamento de que tributos? E se foram pagos, qual o deságio que foi conseguido pela Copel?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Gostaria de lembrar ao deputado Tony Garcia que fica a critério do secretário e presidente sua resposta, uma vez que a última pergunta não está vinculada a convocação do presidente, nesta Sessão.

Questão de Ordem, com a palavra o deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Vossa Excelência praticamente respondeu à minha Questão de Ordem. Mas, volto a insistir, me perdoe, deputado Tony Garcia, talvez porque seu primeiro mandato...

(**Tumulto no Plenário**)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Logo em seguida à Questão de Ordem levantada pelo deputado Ademar Traiano, Vossa Excelência falará, Pela Ordem.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, lamento ter que repetir aquilo que já disse ao deputado Pessuti. O deputado Tony Garcia, de primeiro mandato, acho que deveria ler nossa Cartilha Maior, que é o Regimento Interno.

Está claro no Regimento Interno, no seu artigo 98, § 3º, vou fazer a leitura: “O Secretário de Estado somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre o assunto objeto da sua exposição, ou matéria pertinente à sua convocação”.

Portanto, a pergunta do deputado Tony Garcia não deverá ser respondida.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, lembro que por determinação aqui da Assembléia, um dia estive na Copel com o deputado Traiano, o José Maria e o Irineu Colombo - se não me falha a memória. Naquele dia foi afirmado pelo presidente da Copel que o Estado teve que caucionar as ações para garantir os títulos podres junto ao Banestado e que isso permitiu, isso fez com que o leilão do Banestado tivesse um ágio bem maior do que aqueles que se esperava, porque os títulos podres tinham sido retirados de dentro do Banestado.

É pertinente a questão colocada pelo deputado Tony Garcia, porque a compra de título podres que ele afirma terem sido feitos pela Copel, pode ter contaminado também o processo, como os títulos podres contaminavam - conforme disse o próprio presidente Ingo - o processo de privatização do Banestado.

Então, se lá no Banestado teve que se caucionar ações da Copel para tirar a mancha dos títulos podres, a questão dos precatórios levantados pelo deputado Tony, pode sim influenciar o processo de privatização. E é a privatização que estamos discutindo.

Por isso, entendo que o presidente Ingo tem que responder.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não procede a Questão de Ordem levantada por Vossa Excelência

O SR. BERALDIN (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, Vossa Excelência que determine ao defensor de plantão, cada vez que se faz uma pergunta ao presidente e secretário da Fazenda, o defen-

sor de plantão interrompe e não permite que o próprio secretário da Fazenda responda.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Não procede a Questão de Ordem de Vossa Excelência.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, vou fazer uma Questão de Ordem e ao mesmo tempo um apelo ao secretário Ingo Hübert. O secretário afirmou que somente a mentira tem pressa e que a verdade é paciente.

Eu, quanto escutei essas palavras, depois vi o secretário de Comunicação Rafael Greca aqui no Plenário, imaginei que deva ter sido o mesmo que escreveu essas pequenas palavras. se é verdade que só a mentira tem pressa e é verdade, também, de que a verdade é pa-ciente...

Senhor presidente estou encaminhando minha Questão de Ordem!

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Deputado, nós estamos sendo democráticos. Todos os deputados têm a questão, têm a preferência quando levanta a Questão de Ordem.

Só solicito ao deputado Ângelo Vanhoni para que encaminhe sua Questão de Ordem para que o secretário possa responder as perguntas formuladas pelo deputado Tony Garcia.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Exatamente, como somente a mentira tem pressa e a verdade é paciente, logo para que a gente não seja mal-educado, como o próprio secretário de Educação se referiu a algumas pessoas lá em Londrina, eu gostaria que o presidente Ingo Hübert se despojasse desta questão regimental que o Durval, que outros colocassem e que respondesse as perguntas que o Tony fez e o fez porque a verdade só ilumina, Ingo, e você não tem nada para esconder.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Não procede a Questão de Ordem, deputado Ângelo Vanhoni.

Nós passamos a palavra ao presidente da Copel e secretário, Ingo Hübert.

**O SR. INGO HÜBERT**

Excelentíssimo deputados, eu vou tentar ser bem objetivo.

É evidente que conforme convocação, eu não vim preparado hoje aqui para discutir questões que não dissessem respeito diretamente à privatização da Copel.

Agora, também disse aqui e sublinho uma vez mais que a empresa não tem absolutamente nada a esconder.

Por isso, de bom grado, a empresa responderá, como sempre respondeu a indagações, requerimentos que

sejam formulados aqui nesta Casa e que sejam dirigidos à Copel.

Repito, então, de bom grado, receberemos esses requerimentos aprovados aqui e os responderemos.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Consulto o deputado Tony Garcia se irá usar o seu tempo de réplica.

**O SR. TONY GARCIA**

Gostaria agora de falar com toda esta Casa e com todos os paranaenses a respeito das minhas perguntas.

Eu fiz esta pergunta, senhor secretário, porque eu gostaria que nesta sessão, aonde se discute a privatização da Copel, aonde os questionamentos têm que ser claros, têm que ser objetivos, não com requerimentos aprovados ou não por esta Casa, porque um requerimento já foi colocado e deve estar sobre sua mesa, de alguns pedidos de Atas que foi objeto já de um requerimento e passou a estar na sua mão, eu gostaria de dizer o seguinte: tenho em mãos documentos de que títulos podres foram comprados pela Copel, de uma gravidade extrema porque foram comprados para pagar tributos federais.

Na verdade são papéis que se tem no mercado para se comprar com 10% até 90% de deságio e esses mesmos papéis, esses mesmos documentos passaram pela mão do então secretário Giovani Gionédís, esta operação foi levada a ele.

Uma semana depois, o secretário Giovani Gionédís respondeu ao dono dos papéis e das empresas que os papéis mesmo sendo legais, a operação sendo legal era imoral, porque não deveria de maneira nenhuma uma empresa paranaense, uma empresa pública pagar compromissos com a União com títulos podres, muito menos dar em caução a pagamento a pessoas donas dos títulos uma caução feita no Banco do Brasil com dinheiro e com aplicações verdadeiras de dinheiro bem, aonde se questiona, realmente, por que foi feita esta operação?

E, se foi feita esta operação, enunciar respostas hoje neste plenário, aí, sim, eu quero embasar o meu pedido de CPI que fiz, e já passei ontem o projeto de urgência nesta Casa, porque é de extrema gravidade e relevância o meu pedido de CPI, porque temos que ir agora a fundo.

Não verificar só Copel, FonteCindam, não. Todas as relações financeiras que tem o Estado com outras instituições, porque a mesma operação que a Copel pagou 45% de deságio no papel e eu tenho os documentos, foi oferecido ao então secretário Giovani Gionédís com 20% a mais de deságio do que foi feita esta operação. É gravíssima a situação e isto instrui o meu pedido de CPI.

Agradeço a todos vocês.

**O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)**

Presidente, eu ouço a denúncia do deputado Tony Garcia como sendo uma das mais graves que ouvi no plenário, na questão da Copel.

Sugiro que o presidente responda, para que não paire dúvidas, ou então que o deputado Tony Garcia encaminhe os documentos hoje mesmo ao Ministério Público, para que possa fazer uma avaliação dessa denúncia. Aqui, no Parlamento, estão todas as correntes políticas do Estado do Paraná. Não podemos deixar dúvida na questão levantada pelo deputado Tony, cujos documentos eu não conheço.

E gostaria que mostrasse inclusive os documentos nesta tarde, deputado Tony Garcia, para que todo o Plenário tomasse conhecimento.

Obrigado.

O SR. BERALDIN

Pela Ordem, senhor presidente?

**(Assentimento)**

Da mesma forma estou estarrecido e reputo das mais graves acusações, que aqui aconteceram.

Solicito à Mesa, que requeira do deputado Tony Garcia a imediata comprovação das denúncias. Porque não podemos apenas ficar na especulação. Sugiro a Vossa Excelência, senhor presidente, que determine ou solicite ao deputado, que prove e leve essas considerações à Mesa.

Se isso for fato, que Vossa Excelência suspenda a sessão para que a gente possa discutir esse assunto - quem sabe um intervalo, para discutir. Porque se o assunto for, conforme Vossa Excelência coloca, é dos mais graves que já vi nesta Casa.

O SR. DURVAL AMARAL

Pela Ordem, senhor presidente?

**(Assentimento)**

Senhor presidente, o secretário Ingo não poderia ter sido mais feliz quando respondeu ao deputado Tony Garcia, que qualquer dúvida que paire e exista sobre a Copel, em nenhum momento, a Liderança do Governo e os deputados desta Casa, até pela transparência da privatização da Copel, se opôs a aprovar requerimentos, a aprovar pedidos de informações. Tanto isso é verdade, que a Liderança do Governo, ontem, deixou passar o Regime de Urgência propositalmente, do deputado Tony Garcia, não obstante os fatos me trazem ao Plenário, nesse momento, porque os reputa fatos que devem ser apreciados, mas que terão respostas imediatas.

Portanto, não adianta fazer, nesse momento, aqui, uma tempestade num copo d'água. Todas as indagações serão respondidas. E se há gravidade nas informações trazidas pelo deputado Tony Garcia, efetivamente, poderá trazer à Mesa da Assembléia Legislativa, encaminhar ao Ministério Público.

Mas não poderemos aqui, como propõe o deputado Beraldin, que está querendo animar bastante a sessão, esse não é o nosso objetivo, porque queremos discutir com profundidade a privatização da Copel. Temos transparência absoluta.

Todas as questões levantadas serão respondidas sem nenhum problema. Mas nesse momento...

Estou falando embasado numa Questão de Ordem, levantada com base do artigo 98, do Regimento Interno, § 3º. Faço questão de ser ouvido.

Senhor presidente, a questão é muito simples, vamos prosseguir, houve a réplica, a tréplica, e há novos oradores inscritos.

Que se prossigam com os novos oradores inscritos, porque esta questão está encerrada.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, Pela Ordem?

**(Assentimento)**

Primeiro, devo confessar que o líder do Governo encaminha Pela Ordem, em uma questão que não houve encaminhamento.

Senhor presidente, a contradição é notória.

Como, deputado Durval Amaral, todas as questões serão respondidas, se o presidente não respondeu agora a questão levantada pelo deputado Tony Garcia?

Senhor presidente, é uma Questão de Ordem, sim, de encaminhamento prático, que temos que ter com relação a essa sessão. Não pode a imprensa do Paraná divulgar que estamos aqui recebendo o presidente da Copel, para esclarecer sobre a privatização da Copel e um deputado levanta uma denúncia de tamanha gravidade e o presidente da Copel não responde. E nós, fazemos de conta que está tudo certo e vamos continuar com a Sessão!

Em absoluto! Se o presidente não responde e lhe é facultado o direito de não responder, nós temos o dever de questionar, sim! Como é que vamos explicar para a população do Paraná que houve uma denúncia de tamanha gravidade e, simplesmente: isso é um fato menos? Não! Não é um fato menor. Disse aqui o deputado que é uma operação de 44 milhões, que se tem dúvida sobre a operação.

Então, senhor presidente, ou realmente se determina que o deputado Tony Garcia apresente a denúncia que efetivou à Mesa da Assembléia, e tome o encaminhamento que ele pessoalmente quiser tomar, mas nós enquanto membros desse Plenário, temos que ter uma decisão sobre essa questão, sob pena de amanhã sair numa manchete de jornal dizendo o seguinte: "Deputados questionam presidente que quando indagado sobre uma operação suspeita não quis responder, e nós continuamos todos sentados participando da sessão".

Acho que é o seguinte, se não houver encaminhamento com relação a esta questão podemos encerrar esta sessão plenária.

Muito obrigado.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS **(Pela Ordem)**

Queria, senhor presidente, fazer minhas as palavras do deputado Zucchi, e dizer que isso aqui não é show do milhão, não sabe a resposta, passa, ou tem

alguém aqui para ser consultado? Não dá! Acho que a denúncia feita aqui pelo deputado Tony Garcia é gravíssima, do ponto de vista até moral nosso aqui da Assembléia, sob pena de ter que parar realmente a indagação por aqui, nós não vamos dar uma de Silvio Santos, não tem como, não tem estudante aqui para ser consultado, embora a classe toda esteja aí.

Então, acho que a sessão tem que ser suspensa, nós temos que parar, temos que analisar o que o deputado Tony Garcia trouxe aqui, sob pena de ser responsabilizado também o deputado pela sua ação. E dizer mais, senhor secretário, com todo respeito ao técnico, doutor Ingo, aprendi que a mentira tem perna curta, é por isso que eu estou com receio.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Esta Presidência solicita que deputado Tony Garcia encaminhe à Mesa Executiva os documentos que ele tem sobre essa denúncia que ele fez aqui publicamente.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)**

E que a Mesa tome as medidas necessárias e cabíveis.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nós tomaremos, deputado José Maria, se estou solicitando que seja encaminhado à Mesa é justamente para tomar providências.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, acho correto o encaminhamento que Vossa Excelência faz de solicitar que o deputado Tony Garcia apresente por escrito as denúncias que fez nesse Plenário. Nós estamos tratando da privatização do grande patrimônio que o Paraná tem.

Fala-se que a privatização da Copel pode render oito bilhões de reais. São gerações e gerações que construíram essa companhia, é o esforço de todos os paranaenses. A Copel não é do governador Jaime Lerner, nem do Ângelo Vanhoni e nem do senhor Ingo Hübert; a Copel é um patrimônio de todos os paranaenses.

A operação que foi denunciada remete a 10% do lucro dessa companhia no ano passado, e eu não posso admitir que o presidente da Copel venha à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e não tenha conhecimento, não tenha esclarecimentos a dar a uma operação de 44 milhões de reais realizada agora recentemente; e que diga, junto com as palavras do deputado Durval Amaral, que responderá no momento oportuno.

Qual o momento mais oportuno do que esse, quando estamos debatendo aqui com o senhor em convocação a respeito desses fatos? São 10% do lucro líquido desta empresa, duvido que o senhor desconheça a autorização de descaixe de dinheiro da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Paraná com ordem superior a um milhão de reais.

Sei da sua competência, sei da sua conduta à frente dessa companhia, o senhor pode não querer informar, mas se não quiser informar tem que dizer: “não quero informar isso aos deputados”.

E aí nós é que temos que tomar a decisão a respeito da sua decisão. Mas o senhor sabe como isso foi feito, o senhor tem que saber, se trata de 10% do lucro líquido no último ano.

Sabe quantas escolas dá para construir senhor Ingo Hübert, o senhor que fez discurso sobre a educação, sabe quantos postos de saúde dá para construir no Paraná? O senhor sabe muito bem disso.

Senhor presidente, o meu apelo, essa reunião não pode continuar sem que o presidente Ingo Hübert tenha que dizer o por quê e como essa operação foi feita.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicitei ao deputado Tony Garcia que encaminhe oficialmente à Mesa dessa Casa a sua denúncia.

**(Tumulto. Vozes paralelas)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nosso secretário que está aqui hoje terá 3 minutos para tréplica e aguardo que Vossa Excelência encaminhe para esta mesa a denúncia formulada publicamente.

**O SR. TONY GARCIA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, quero dizer que fica mais grave quando todos aqui, o Líder do Governo, tentam, regimentalmente, encobrir esta resposta, quando o secretário e presidente da Copel diz que, com requerimento vai responder, vai ver se tem conhecimento ou não.

O que é mais grave, senhor presidente, é que ele deveria responder e o mais sério que tudo porque tem a assinatura dele, nesses papéis e do senhor Deny Lineu Schwartz.

Então, é inquestionável, senhor presidente, encaminharei, de muito bom grado, a operação assinada pelos senhores Ingo Hubert e Deny Lineu Schwartz.

Encaminharei sim e este momento é muito grave, porque ele deveria esclarecer, para a Casa, neste momento.

**(Tumulto. Vozes paralelas).**

**O SR. BERALDIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente, desde que comprovada a participação com a assinatura deste Poder, que acione o Ministério Público.

E, se o presidente não for contundente, na resposta afirmativa, negando isso, que Vossa Excelência tome as providências de presidente de um Poder.

Tenho certeza, deputado Hermas Brandão, é um homem de pulso, é um homem firme e não foi por menos que Vossa Excelência foi eleito presidente desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Não há motivo para Questão de Ordem, eu solicito ao deputado Tony Garcia, o encaminhamento oficial a esta Presidência da denúncia formulada.

**(Tumulto. Vozes paralelas).**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Mas Vossa Excelência não aguarda o presidente responder. Por favor, vai responder.

**O SR. INGO HÜBERT**

Senhor presidente, senhores deputados, a Copel é uma instituição respeitável, é uma instituição sobre a qual ainda não pairou a mais leve mancha de denúncia, que tenha sido comprovada, nestes últimos 46 anos e a Copel também não tem nada a esconder.

A Copel nunca comprou títulos podres e nem exerceu qualquer ato de ilicitude, comprovadamente questionável, de maneira que terá o máximo prazer em acolher indagação regimental, desta Casa, analisá-la, tomar conhecimento da denúncia, em toda a sua amplitude, em toda sua profundidade e respondê-la de acordo.

**O SR. ALGACI TULIO (Questão de Ordem)**

Senhor presidente, eu entendo que o assunto é grave, o presidente da Copel não respondeu, o deputado Tony Garcia mostra o documento.

Peço neste momento, no espaço democrático que é esta Casa, que se permita ao deputado Tony Garcia que vá a tribuna, que leia essa denúncia para que o Paraná inteiro saiba e possa analisar o que tem de verdade, porque não há condição de a gente sair daqui sem a resposta disso.

Possivelmente o presidente não lembra dessa operação e o deputado Tony Garcia vai lembrar e mostrar se a assinatura realmente corresponde à assinatura do presidente da Copel.

Não podemos prosseguir esta sessão sem resolver esta questão,

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem)**

Presidente Hermas Brandão, diante das acusações gravíssimas do deputado Tony Garcia, tratando-se da Copel, uma empresa que é orgulho para todos nós paranaenses, que neste instante está tendo reflexo na Bolsa de Valores, não só no Brasil, mas no exterior também, eu acho e coloco aqui uma sugestão, façamos uma Sessão Secreta para ouvir o deputado Tony Garcia, o presidente da Copel e secretário da Fazenda.

**O SR. SÉRGIO SPADA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, apenas para deixar muito claro aí, até para que o presidente da Copel tenha ciência das responsabilidades, eu faço questão de ler a parte final do artigo 97, que fala da convocação do secretário de Estado.

“O secretário de Estado comparecerá perante a Assembleia Legislativa ou às Comissões”. No § 2º: “A convocação do secretário de Estado ser-lhe-á comuni-

cado através de Ofício do 1º secretário ou do presidente de Comissão, que definirá o local, dia e hora da Sessão ou reunião a que deva comparecer, com indicação das informações pretendidas, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequadamente aceita pela Casa”.

Portanto, ao meu entender, está sendo caracterizado de forma muito clara, muito plena, esse crime de responsabilidade ao secretário se negar a oferecer, de forma muito clara, as explicações pretendidas pelo deputado Tony Garcia.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

A que situação chegamos!

A Oposição, e eu quero avisar a imprensa, está tentando transformar esse Plenário num tribunal de inquisição!

E o secretário Ingo não podia ter sido mais feliz, em pouco menos de três minutos deu a resposta que cala profundamente a Oposição pela sinceridade da sua resposta, quando diz que a Copel nunca adquiriu títulos podres e que toda e qualquer informação será prestada oportunamente.

Mas, meus amigos da imprensa e senhor presidente, daqui a pouco eles vão tentar esvaziar o plenário desta Casa, esvaziar essa sessão, porque não querem aprofundar a privatização da Copel, porque não querem discutir com profundidade.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está suspensa a sessão por 3 minutos.

**(Está reaberta a sessão)**

Esta Presidência reinicia esta sessão, alertando os senhores deputados que a Presidência só aceitará Questões de Ordem quando o orador indique qual o artigo do Regimento Interno que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos.

Solicito, antes do reinício da sessão, que o deputado Tony Garcia encaminhe oficialmente à Mesa desta Casa, as denúncias.

**O SR. TONY GARCIA**

Senhor presidente, usarei a tribuna para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Não cabe encaminhamento, senhor deputado. Vossa Excelência fez uma denúncia.

Pedimos que encaminhe à Mesa Executiva, para a Mesa Executiva tomar as providências.

**O SR. TONY GARCIA**

Perfeitamente. Farei isso a partir do momento em que eu puder encaminhar publicamente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não é objeto de encaminhamento.

O SR. TONY GARCIA

Acabando a sessão, encaminharei à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então a Presidência não terá condições de responder se não tiver documentos em mãos.

O SR. TONY GARCIA

Então, senhor presidente, eu posso encaminhar, se o senhor quiser, levo até aí e trago de volta esse documento.

Se for deixar na Mesa...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pois não. Depois Vossa Excelência encaminhará oficialmente.

Concedemos então tempo para a réplica do presidente Ingo.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Artigo 98 - Objeto da convocação do senhor secretário. "O secretário quando perguntado, terá direito à resposta".

Não quis responder. Foi dada a tréplica, foi dada a réplica ao deputado Tony Garcia.

Senhor presidente...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre deputados, o presidente vai responder.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Para que o presidente possa responder, já que ele havia declinado, sugiro à Mesa, por respeitar o regimento, que o deputado Tony Garcia faça de novo a sua pergunta, coloque de novo para o senhor presidente da Copel, quais são os motivos do seu questionamento. Claro, porque antes ele havia aberto mão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O presidente da Copel, secretário Ingo vai responder dentro da pergunta formulada pelo deputado Tony Garcia.

Com a palavra o secretário Ingo.

O SR. INGO HÜBERT

Senhor presidente, senhores deputados, agora, finalmente, com conhecimento da denúncia, porque até agora só ouvimos falar em títulos podres, em altos ilícitos e coisas mais, sem saber do que estávamos falando. Agora sabemos.

Estamos falando de um acerto da Copel com o Refic que foi publicado em 10 jornais brasileiros, de grande circulação, está publicado no balanço da Copel, está aqui. É o artigo nº 33 - Programa de Recuperação

Fiscal da Copel, na qual a Copel demonstra contábil e fisicamente que teve um ganho de 58 milhões de reais. Está aqui para quem quiser ver. Acredito que todos os deputados que analisaram em profundidade o balanço da Copel viram isto, a Copel ganhou por três anos seguidos o prêmio de transparência, porque nós colocamos tudo às claras, ou seja, não existe absolutamente nada escuro, nada que não tenha sido publicado.

Eu apenas me pergunto por quê, exatamente, com qual objetivo o deputado Tony Garcia levanta uma questão destas, com uma leviandade que realmente não dá para entender. Afinal de contas é algo que está tão claramente demonstrado no nosso balanço, foi auditado por uma empresa de renome internacional, chamada Arthur Andersen, o crédito foi analisado por esta mesma empresa. A Copel ainda não pagou um centavo disto aqui, apesar de já ter auferido suas vantagens contábeis, no balanço, porque fez esta aquisição condicionalmente à aprovação pelo INSS. Ou seja, ele apenas vai pagar este valor no dia em que for, realmente, financeiramente realizado este lucro de 58 milhões de reais.

Portanto, é uma questão extremamente transparente.

Desculpe-me o deputado Tony Garcia. Quem lhe alimentou com esta informação só pode ser uma pessoa de intenções muito duvidosas, para que Vossa Excelência com o seu conhecimento, pudesse levantar, aqui, uma leviandade deste tamanho.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito às galerias que se mantenham caladas.

Concedemos três minutos para o deputado Tony Garcia.

O SR. TONY GARCIA

Muito bem. Quando perguntado, o secretário agora me chama de leviano. Tudo bem. Vou acatar sua ofensa. o senhor vem a esta Casa, nos ofende a todos, fala que quem estiver contra a Copel é detrator, o senhor fala que está acima do bem e do mal. Mas, o senhor deixou uma dúvida muito grande quando não respondeu minha pergunta e se recolheu ao Regimento Interno desta Casa.

Neste momento o senhor diz que não tinha conhecimento, que a Copel nunca teria feito e estaria nos balanços, tudo isto. Esta operação foi feita este ano, doutor Ingo. Tem a sua assinatura. O senhor disse que é para pagar Refis, INSS. Vou lhe dizer uma coisa: tem aqui uma outra prova, doutor Ingo, que este papel que foi comprado pela Copel e dado à caução no Banco do Brasil, realmente não é papel auditorado porque auditoria existem de todos os papéis.

Por isso, lhe perguntaria, na réplica, como o senhor não me respondeu: teria sido auditado por quem, e se o senhor tem o relatório. Porque neste momento, o compromisso que o senhor tem aqui, deste título creditado à Copel, imediatamente o senhor tem que pagar 25 mil-

hões, zero oitenta, dado de caução no Banco do Brasil. E o senhor comprou uma tutela antecipada, com 42 autuações. Foi o que a Copel comprou. Não é nem título podre, é uma caução antecipada, que a qualquer tempo pode ser derrubada na Justiça.

E se a Copel cumpriu o compromisso, pagou, isto volta à tela como débito da empresa. isto é o que se faz no mercado financeiro. O fim, que o senhor disse, que teria sido pago o INSS, não foi. Porque o dono do papel e a companhia que detém estes papéis entrou com pedido, porque o INSS recorreu e declinou do pagamento do INSS. Isso foi para pagamento de outros tributos, que depois o senhor vai ter condições de colocar no balanço do ano que vem, porque foram pagos. Não se diz, se é legal ou não.

Estou usando as palavras do ex-secretário da Fazenda, quando esta operação foi apresentada pela mesma empresa. E os papéis, que esta poderia ser até uma operação, mas seria imoral.

E por isso, era a resposta que se tinha da Copel: que não se faria. Quando, três meses depois, eu me surpreendo com os documentos que chegaram às minhas mãos, de que esta mesma operação como imoral, foi feita pelo senhor Giácomo, secretário da Fazenda e presidente desta Companhia!

Queria deixar claro: o senhor também deu uma declaração outro dia, que não recebe títulos podres para pagar ICMS. É a mesma coisa, doutor Ingo, o senhor como presidente da Copel não poderia ter recorrido a esse expediente de usar título podre para ter um ganho, porque ninguém sabe nessas transações financeiras de quanto são os deságios e as comissões. Isso é uma coisa que se pratica geralmente por fora.

Por isso o secretário Giovani Gionédís me disse, na época, que a operação era ilegal. Ele é seu antecessor!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

O secretário gostaria de responder, mas vamos deixar, Ingo, que você responda isso no encerramento da sessão.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, o senhor está querendo decidir, deputado. Mas não é assim! Há uma acusação e uma réplica e agora ele tem que explicar!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Vamos abrir uma excessão para que o secretário responda.

**O SR. INGO HÜBERT**

Senhor presidente e senhores deputados. Bem rapidinho. Se o título é tão podre, deputado Tony Garcia, por que é que o senhor ofereceu? Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, vou repetir mais uma vez o que eu disse antes. A Copel ainda não pagou, a Copel só pagará quando efetivamente essa operação se realizar, ou

seja, quando nós tivermos a posição definitiva e final juridicamente comprovada do INSS de que essa posição é aceitável nos padrões do INSS, que a gente sabe que são bastante rígidos. De resto, esse título foi verificado pela nossa auditoria que é uma auditoria internacional.

**O SR. TONY GARCIA**

Senhor presidente, fui citado e gostaria de responder.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Vossa Excelência já usou todo o tempo disponível.

**O SR. TONY GARCIA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, ele acabou de dizer que eu ofereci esses títulos. Leviandade comete ele nesta Casa, agora. Quero saber sob juramento que o senhor está: Eu ofereci esses títulos para quem, senhor secretário? Gostaria que o senhor respondesse, para quem eu ofereci?

**O SR. INGO HÜBERT**

Senhor deputado, eu julguei ter entendido que o senhor teria oferecido esses títulos.

**O SR. TONY GARCIA**

Ah, o senhor julgou ter entendido! Não, senhor secretário! Falei que foi oferecido pela mesma empresa que o senhor fez a operação, ao secretário Giovani Gionédís, e foi negado, por ele, por ser imoral.

Não venha jogar denúncias aqui, fazer artimanhas nesta Casa! É um desrespeito que o senhor pratica com todo mundo e com o povo paranaense. Eu pedi para o senhor explicar a operação.

**O SR. NEREU MOURA (Questão de Ordem)**

Artigo 86. senhor presidente, a Sessão durará duas horas e trinta minutos, admitindo-se a prorrogação máxima por igual tempo.

Diante das respostas evasivas do presidente da Copel que uma hora diz que estava no balanço patrimonial da Copel o valor que o deputado Tony Garcia disse; depois falou que não está mais.

Acho que a Sessão tem que ser encerrada, porque nós não temos tempo para perder aqui com respostas evasivas e que não têm levado a nada para esclarecer a questão da Copel.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra o deputado Ademar Traiano.

**O SR. ADEMAR TRAIANO**

Senhor presidente, secretário Ingo Hubert.

A população do Paraná precisa saber e a própria Oposição tem colocado aqui nesta Casa em seus pronunciamentos, que o governo do Estado está vendendo a Copel. Na verdade não é bem este o assunto. O governo

está privatizando a Copel, até porque esta Casa já deu amplos poderes para a sua privatização há alguns anos atrás, através do projeto de lei.

Pergunta: qual é a participação do governo do Estado neste momento na Copel e qual é o retorno financeiro que a Copel dá, anualmente, aos cofres do tesouro do Estado?

O SR. INGO HÜBERT

Deputado Traiano, esta sua pergunta me permite esclarecer um ponto muito importante e uma questão de oportunidade do Estado.

O Estado hoje, se imaginarmos valores como já foram citados aqui neste Plenário, até de três bilhões de reais, valor este que inclusive consta do Orçamento deste ano, ou seja, pode-se dizer que seja um valor aceito pela maioria dos Parlamentares desta egrégia Casa. Se aceitarmos, então, este valor e imaginarmos que o Estado tenha 31%, como tem, tem esse 3 bilhões e os aplica na caderneta de poupança e vai ter um resultado de 180 milhões por ano, só de juros, isto, se aplica na caderneta de poupança, que é aplicação mais elementar que existe. Existem aplicações muito melhores do que esta.

Hoje, como dividendos, o Estado recebe um terço dos 430, e 25% de um terço, que é o que normalmente se atribui aos sócios. Então, no caso, estamos falando de 60 milhões, comparados com 180, ou seja, o Estado ganhará muito mais dinheiro, muito mais resultado das aplicações, aplicando este dinheiro, por exemplo, a juros na caderneta de poupança, que é uma aplicação sabidamente simples, do que ele está ganhando hoje em dividendos.

Este é um cálculo exclusivamente financeiro.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Gostaria de voltar a perguntar o seguinte: dos 430 milhões anunciados de lucro da Copel, entram nos cofres do Tesouro do Estado em torno de 31%? É isto?

O SR. INGO HÜBERT

É, como dividendos que...

O SR. ADEMAR TRAIANO

Que corresponde ao valor aproximado de 130 milhões anuais?

O SR. INGO HÜBERT

É, que corresponde à parte que caberia ao governo, que seria 31% de 430 milhões.

O SR. ADEMAR TRAIANO

É oportuna sua resposta, presidente Ingo, até porque é importante esclarecer ao Paraná porque a imprensa toda aqui está, de que, quando se levanta aí de que o governo do Paraná está vendendo ou privatizando a Copel, não é verdadeira a informação, até porque o processo de privatização da Copel iniciou ainda no governo Requião, em 93, através de um projeto de lei

aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado, pela maioria dos deputados que compõem a Bancada de Oposição hoje.

Então, é importante que o Paraná saiba disto, além do que, presidente Ingo, é importante que o Paraná saiba também que nós temos hoje uma sangria desatada que é este comprometimento dos 90 ou 100 milhões, reais por mês dos funcionários aposentado e inativos e diga-se também aqui de passagem, explique-se à população do Paraná de que o governo Requião trouxe para o governo Jaime Lerner quase 51 mil funcionários CLT's como estatutários e que acabou comprometendo as finanças do Estado.

Portanto, é cálculo matemático 130 milhões que entram do lucro da Copel num ano para o Tesouro do Estado, enquanto se gasta aí aproximadamente um bilhão e duzentos milhões de reais com inativos e aposentados.

Eu acho que realmente o momento é oportuno e nós estamos no caminho certo, além do que, para acabar com este discurso vazio, banal, daqueles que hoje estão tentando polemizar a privatização da Copel, não venda, o governo não tem mais o domínio da Copel.

Para aqueles que estão querendo polemizar é importante também afirmarmos aqui, presidente Ingo, que o governo Requião acabou com o Fundo de Previdência que nós tínhamos que talvez hoje pudesse estar resolvendo o problema dos funcionários aposentados e inativos.

Muito obrigado pela sua resposta.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Faz seis anos que o senhor está falando isto e o teu governo também não resolveu o problema!

O SR. TIAGO AMORIM

Senhor presidente Hermas Brandão, senhor presidente da Copel, Ingo.

Uma pergunta objetiva e é importante o debate caloroso porque este é o verdadeiro Parlamento que eu conheço, mesmo estando no primeiro mandato, mas já fui vereador no Oeste do Paraná e lá a coisa pega fogo também.

É importante que Vossa Excelência nos responda, nessa nossa pergunta simples e objetiva, porque se espalhou uma cortina de fumaça pelo Estado inteiro, que a venda da Copel se tornaria um dos maiores males da história do Estado do Paraná.

Nós, ouvindo atentamente o povo no Estado, os mais humildes, pessoas esclarecidas, perguntamos a Vossa Excelência: quais os benefícios que o povo do Paraná terá com a privatização da Copel? Quais os prejuízos que ele poderá ter, caso a Copel não seja privatizadas, se é que terá algum prejuízo?

O SR. INGO HÜBERT

Deputado Tiago, a pergunta sua é de uma pertinência muito grande. O que o povo do Paraná tem a ganhar?

Em primeiro lugar gostaria de questionar apenas um pouco a palavra “venda”, porque como já tive a oportunidade de mencionar na explanação inicial, quando pensamos em venda, pensamos que alguém realmente pegue, envelope, passe o papel e leve embora, o que em absoluto vai acontecer. A empresa vai continuar tão paranaense quanto hoje, com trabalhadores paranaenses servindo ao Paraná e aos seus propósitos de crescimento, industrialização, trazendo energia para o Paraná com muito mais força, porque finalmente, a Copel poderá exercer aquilo que sua competência lhe permite, que é trabalhar em outras bases territoriais, trabalhar fora.

Com isso, os lucros da Copel serão ainda mais importantes, com investimentos mais importantes no Estado do Paraná. Ela poderá competir, sendo muito mais pujante. O crédito disso? O povo do Paraná não perde absolutamente nada, porque afinal de contas o botão será o mesmo, a luz será a mesma, a energia no rio Iguaçu será a mesma, a usina será exatamente a mesma e a linha de transmissão também.

O povo ganhará, além de manter tudo do jeito como está, a empresa com muito mais força, que poderia, eventualmente, por uma situação de tratamento desigual de estatais menos fortes no futuro, ela será aí sim, uma empresa forte.

O povo do Paraná ainda terá o governo, com o seu passivo previdenciário resolvido, com um fluxo de caixa aumentado em 90 milhões de reais por mês, com investimentos de 30% do valor, como diz a própria lei, em segurança pública, educação, saúde e geração de emprego.

Pergunto em sã consciência, quem pode ser contra isso?

O SR. TIAGO AMORIM

Concluindo, senhor presidente, faço a pergunta justamente, caro secretário e presidente da Copel, porque moramos na região Oeste e na região que represento, temos a maior Hidrelétrica do mundo, que é a Itaipu Binacional.

A discussão sobre a privatização da Copel tem influenciado no valor das ações da empresa na Bolsa de Valores?

E se tem influenciado, tem trazido algum benefício ou alguma depreciação na Copel, no Estado do Paraná?

O SR. INGO HÜBERT

Excelente pergunta, deputado Tiago.

Na verdade houve, sim, uma valorização uma vez que o mercado respondeu muito positivamente a essa disposição do governo de desestatizar a empresa, porque o mercado também, como nós, percebe que o principal limitante da empresa hoje, ao fato de ela ser uma empresa estatal.

As ações ordinárias nominativas, para dar uma idéia a Vossa Excelência, em dezembro estavam, em torno de onze reais; hoje estão beirando a quinze, já

estiveram em dezesseis, deram uma pequena queda agora por conta da conjuntura internacional, mas estão fluindo entre quatorze e dezesseis reais.

Portanto, Vossa Excelência haverá de perceber que houve uma valorização de 50% das ações apenas entre novembro e agora, por conta dessa iniciativa mais concreta de desestatização da empresa.

O SR. TIAGO AMORIM

Obrigado, senhor presidente.

É importante que isso seja dito para toda a população do Estado do Paraná, e que essa verdade chegue até os lares de todos nós, paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, em 1990 eu cheguei nessa Casa, e aqui encontrei valorosos companheiros que já eram deputados.

Em 1991 eu tive também, a exemplo essa sessão de hoje, uma sessão triste quando aprovamos o fim do Badep, uma instituição que também surgiu com muito carinho e sacrifício do povo do Paraná.

Em 1993 houve um outro acontecimento também triste para nós, que éramos deputados e foi quando o governador Roberto Requião, hoje senador da república, encaminhou a esta Casa um pedido para que a venda das ações da Telepar, essa Telepar que Paulo Pimentel tanto se esforçou, e tanta alegria teve em ser o governador número um do Brasil em comunicações, quando construiu esse belíssimo prédio que está aí até hoje, e hoje desgraçadamente, para se obter uma informação através do 102, temos que falar com Florianópolis.

Em 1993, doutor Ingo, nós aprovávamos aqui a venda das ações da Telepar.

Em 1995, e eu quero dizer aqui aos deputados que eu não pratico crime em continuar, pois em 1995, consciente, levei a minha mensagem aos meus municípios de que eu tinha aprovado a venda da Copel. Fui reeleito, apesar de ter essa tristeza que foi aprovar a venda da Copel, em 1995.

O que Vossa Excelência está passando hoje aqui, já de início Vossa Excelência foi surpreendido quando o deputado Algaci Tulio falou que o senhor não tinha autoridade, visto que a Assembléia se manifestou pela exoneração de um dos cargos que o senhor ocupa, e lamentavelmente eu quero dizer ao senhor que as palavras do deputado Algaci Tulio, as palavras dos valorosos deputados da oposição - é uma sessão marcante e histórica a de hoje, as palavras todas aqui proferidas enaltecem Vossa Excelência, como é enaltificado o presidente de tantas companhias energéticas que passaram pelo mesmo crivo que Vossa Excelência está passando. Em tantos Estados do Brasil aconteceu a mesma coisa. Lá, na Câmara Federal quantos deputados gritaram e apresentaram documentos, como o deputado Tony Garcia aqui apresentou? Mas lá, o presidente da Vale do Rio Doce, o

presidente de outras instituições, a exemplo de Vossa Excelência, com a sua inteligência, rapidamente deram resposta, quando Vossa Excelência teve a feliz iniciativa e o privilégio de mostrar até o balanço publicado pela Copel que isenta Vossa Excelência, e os demais diretores, inclusive o meu amigo Deny Schwartz, um dos homens mais sérios e honestos que conheci neste Paraná, o Deni Schwartz, como ministro que foi desse Brasil.

Chego ao ponto que, tão logo Vossa Excelência mostrou a documentação, mudou totalmente a cara e o semblante dos que aqui estão, porque foi rápido na sua argumentação. Mas isso não quer dizer que o deputado Tony Garcia não tenha participado com muita inteligência, só que, certamente não vai dizer quem entregou o documento, porque se disser, o governador Jaime Lerner vai ter uma surpresa tremenda e certamente outros que fazem parte do seu governo.

Quero encerrar aqui, apenas pedindo a Vossa Excelência, que aquele dinheiro que o governo Requião recebeu, está demonstrado na rodovia de São José dos Pinhais a Garuva, uma estrada que não cabia ao governo do Paraná.

Infelizmente este momento que Vossa Excelência teve que arrumar para pagar o Refis lá em Brasília, é porque nós do Paraná, estamos sendo roubados há muitos anos pelo governo federal. Roubados nessa estrada de Garuva que tinha que ser construída pelo dinheiro público federal, e quando um governo federal obriga uma Copel, que é do Estado, que é do Paraná, a ter que agir conforme Vossa Excelência agiu, quero apenas dizer: - aquele dinheiro que a Copel receber, por favor, coloque recursos no fundo rodoviário, para que o nosso povo do Paraná não fique morrendo, não esteja morrendo pelos buracos das nossas estradas do Paraná.

Obrigado.

#### O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Baseado na citação feita pelo deputado Geraldo Cartário, quero esclarecer a esta Casa que em momento algum falei que o doutor Ingo não tinha autoridade. Questionei o requerimento votado, nesta Casa, que, por sinal, foi votado também pelo deputado Geraldo Cartário, pedindo o afastamento do senhor Ingo Hübert.

Portanto não cabe a mim esta pecha de ter dito que o doutor Ingo não tinha autoridade; não cabe a mim esta posição colocada pelo deputado Geraldo Cartário. Vossa Excelência votou ontem, junto com a Oposição, e com o grupo independente, desta Casa. Vossa Excelência assinou requerimento pedindo afastamento do doutor Ingo Hübert, que respeito como técnico, não tenho nada pessoalmente contra o doutor Ingo, apenas fiz a indagação: - É presidente da Copel ou é secretário da Fazenda?

#### O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, solicito a réplica, se me der o direito.

Fui à tribuna ontem, senhor presidente, dizendo que tudo que eu assino, eu fico até o fim. Assinei a venda das ações, em 95, continuo da mesma forma, o Paraná não mudou, eu também não mudei. Ontem fui a esta tribuna e já no encaminhamento falei que realmente assinei o pedido para que Sua Excelência o governador recebesse o pedido da maioria desta Casa, para que não fique prejudicado tanto a saúde do doutor Ingo, quando ele tem duas funções, uma como presidente da Copel e outra como secretário da Fazenda.

Agora, eu admiro o deputado Algaci Tulio, porque o secretário da Fazenda e presidente da Copel, quando eu falei da saúde foi uma forma de amenizar a crítica feita pelo deputado Algaci Tulio, porque veja bem, senhor presidente, eu tenho 27 anos de mandato, só de deputado 10, eu quero dizer a Vossa Excelência que sei que o encaminhamento do requerimento, a Assembléia não tem autoridade alguma para que o governador destitua qualquer cargo; simplesmente é um alerta ao governador.

Se hoje for votado esse requerimento, eu voto de novo, porque acredito que o governador do Estado não pode sacrificar, da forma que está sacrificando o presidente da Copel, que é o monopólio maior que uma secretaria, Secretaria da Fazenda.

#### O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, eu dispenso a tréplica porque como não sou médico, não quero também atrapalhar mais a doença do doutor Ingo, e não quero transferir também a doença ao deputado Geraldo Cartário.

#### O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente da Assembléia, senhor deputado, senhor presidente, senhor presidente da Copel, Ingo.

Na verdade, a Assembléia Legislativa nos últimos dias vive o seu momento, de repente, de maiores debates e das maiores discussões que eu tenho convivido nos últimos 10 anos que estou aqui na Assembléia Legislativa.

A Copel, nós conhecemos a sua constituição e sabemos, o presidente Ingo foi muito feliz na sua primeira explanação quando disse que ela foi construída pelo Estado do Paraná.

A Copel, na verdade, além de ser uma das melhores empresas do setor energético do Brasil, tem voltado as suas ações também para o lado social, doutor Ingo.

Nós, que percorremos o interior do Estado, nós que discutimos, debatemos e participamos de debates, inclusive na rádio, com os ouvintes participando e nos questionando sobre o nosso posicionamento favorável à privatização da Copel.

Eu talvez tenha sido o primeiro deputado que tenha me manifestado favorável à privatização da Copel não só nesta como na legislatura passada, ou na primeira legislatura de 90 a 94, quando o deputado Ademar Traiano tem levantado com muita propriedade e tem dito que a Assembléia, naquele

momento autorizava o governador Roberto Requião a privatizar ou vender as suas ações.

No mesmo ano ou seguinte, a Assembléia Legislativa também autorizava, e o ex-governador Roberto Requião vendia as ações que tinha na Telepar. O governo não as tem mais.

A Assembléia Legislativa, antes de nós assumirmos também aprovou, não com o então governador Roberto Requião, mas o governador Álvaro Dias, o fim do único banco de fomento que o Paraná tinha, o Badep. Foi extinto pelo ex-governador Álvaro Dias.

O Jaime Lerner quando assumiu o governo do Estado em 1995, a bem da verdade, isto tem que ser dito, ele pegou o Estado do Paraná, com uma folha acima do limite constitucional, ou seja, acima da Lei Camata.

Nós tínhamos que resolver a questão da Previdência do Estado do Paraná. Hoje nós temos mais de 90 milhões sendo gastos com os inativos, e eu tenho dito em todos os cantos do Paraná, doutor Ingo, que o governo do Estado e o senhor presidente da Copel e secretário das Finanças têm que encontrar um meio de desafogar a folha de pagamento, para que nós possamos tirar os inativos e dar condição para os funcionários que estão na ativa hoje, para que no futuro, quando vierem a se aposentar, que eles tenham um laço e um fundo no ParanaPrevidência, que lhes garanta o pagamento. Isto eu tenho justificado no interior do Paraná.

Mas a pergunta que eu dirijo a Vossa Excelência Ingo, presidente da Copel, e os deputados da Oposição têm questionado quase que como diariamente. Além de a Copel ser uma empresa altamente capaz e eficiente na questão da geração, da transmissão, da distribuição da energia, e em todas as atividades, as empresas que ela participa, eu lhe pergunto o seguinte: no lado social, a Copel está atendendo hoje algo em torno de 130 mil famílias no Estado do Paraná, através da tarifa social, aliás essa energia me parece que é paga pela Copel ou pelo governo do Estado, e a pergunta que eu faço: além dessa tarifa social que tem hoje na sua empresa e que isenta o pobre pagar a energia, a Copel também, leva para a comunidade que não tem a energia elétrica, outras alternativas. Caso a Copel venha a ser privatizada, quem garante que essas pessoas que tem hoje essa tarifa social e que não pagam energia, continuem recebendo esse benefício?

**O SR. INGO HÜBERT**

Senhor presidente, senhores deputados.

Em resposta à pergunta do Excelentíssimo deputado Élio Rusch, quem garante a continuidade da tarifa social é a própria agência reguladora e também o governo do Estado. Vou explicar:

Nós entendemos por tarifa social aquela aplicada a um grupo de consumidores que tem determinadas características. Essas regras valem para todo o Brasil, ou seja é uma questão da concessão.

Vossa Excelência sabe que quando uma concessão é atribuída a um concessionário, ele se obriga a determinadas atividades em situações não lucrativas. qualquer concessionário, pode ser uma empresa de avião, que as vezes é obrigada a manter um determinado voo mesmo que o avião esteja vazio; uma determinada empresa de ônibus que é obrigada a cumprir determinadas rotas em certos horários, mesmo que os ônibus não tenham o número mínimo de passageiros.

Da mesma maneira as concessionárias elétricas tem uma série de requisitos da agência reguladora, no sentido de cumprirem o seu papel social. Isto, empresas estatais ou privadas. Qualquer empresa, enfim, que tenha uma concessão.

A tarifa social da Aneel, definida pela Portaria 190/96, portanto vale para o Brasil inteiro para todas as empresas privadas públicas, diz o seguinte:

“Qualquer consumidor que apresente um consumo médio de até 60 quilowatts/h, isso pega toda a classe média e daí para baixo, que nos últimos doze meses possua renda familiar de até três salários mínimos, 0,8% do salário mínimo por morador; portanto, a categoria é um pouco menos favorecida, moram em residência de até 50 metros quadrados ou com padrão de construção de baixa renda, têm uma ligação monofásica, possuem apenas uma conta de luz em seu nome e não possuem um débito vencido com a concessionária, essas pessoas têm tarifas subsidiadas”.

No caso do Paraná, por iniciativa do governador Jaime Lerner, em virtude da sensibilidade social que todos que o conhecem sabem que ele possui, tomou a iniciativa de submeter a esta Casa de Leis, uma lei em 1996, que isenta de pagamento todos consumidores na categoria de até 30 quilowatts/h, que são os verdadeiramente poucos favorecidos de todas as classes de consumo que nós temos.

Portanto, em decurso desta lei, o Estado do Paraná paga à Copel uma determinada importância por ano, que não é muita, é uma importância realmente insignificante, mas que tem um benefício muito grande com o qual as contas de até 30 quilowatts são isentas de pagamento.

Esta é a resposta para a sua indagação e que evidentemente continuará após a desastização, porque essa portaria é nacional e também continua. Enquanto existir a lei estadual ela também continua.

**O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)**

Vai usar a réplica, senhor deputado Élio Rusch.

**O SR. ELIO RUSCH**

Solicitaria, não sei de que forma, o doutor Ingo poderia nos responder. Qual é o outro trabalho social que a Copel estaria realizando? Porque se ouve falar ao menos nas ruas, que se a Copel deixa de ser uma empresa estatal e for controlada, gerenciada se ele for de propriedade da iniciativa privada, o lado social, as pessoas mais pobres teriam um grande prejuízo.

Mas, qual é o prejuízo? Se nós temos então, diante daquilo que o senhor falou, e nós já tínhamos conhecimento por alto desta questão, se a questão é da regulamentação e da legislação federal, quer dizer, toda pessoa que tem uma ligação na sua casa, que não gasta mais do que 30 quilowatts/h, está dentro da tarifa social. Qual é o outro prejuízo, que se estivesse na iniciativa privada a sociedade do Paraná correria?

#### O SR. INGO HÜBERT

A Copel ainda tem uma série de atividades em outras áreas, fruto de iniciativas que partem de uma sensibilidade social do governo.

Por exemplo, a Copel desenvolveu o Programa Luz das Letras, que Vossa Excelência sabe, é um programa de alfabetização por computador. É um programa tão poderoso que, como ele evita obstáculos da coordenação motora, onde um analfabeto precisa ler e escrever, ele aprende no teclado do computador, onde tem a vantagem de após 40 horas, normalmente sabe ler e escrever e já sabe operar um computador também.

Essa atividade é de custo muito pequeno. Estamos falando de algumas dezenas de milhares de reais, vinte, trinta mil reais mais ou menos por ano, porque é uma atividade que custa muito pouco, mas é de um alcance social muito grande. Essa atividade, numa situação privada, poderá ser continuada pela empresa, porque a empresa tem um benefício, institucional em imagem muito grande com isso. Existe um retorno de imagem que não se pode conseguir nem com investimentos de milhões em campanhas publicitárias.

Eu imagino que não é difícil para um investidor privado continuar esse Programa, e se não for assim, para o próprio governo gastar mais 20 ou 30 mil reais para ter isso também não é problema algum.

Existem mais benefícios na área cultural. A Copel investe por ano três milhões da Lei Ruarnée(?) em que a Copel apóia espetáculos teatrais, por exemplo, “comboio cultural”, festivais de teatro em Curitiba e interior, oficinas de música que já têm uma conotação cultural internacional, espetáculos de dança, teatro, cinema, vídeos, são apoiados por essa lei. Não existe nada que contra indique uma empresa privada a continuar fazendo isso, porque afinal, são recursos do “Leão”, da área federal, são impostos que não são pagos e que são usados para isso, ou seja, sempre que houver lucro e nós sabemos que uma empresa privada continuará produzindo esse lucro, haverá todas as razões para que essa empresa continue a investir, de maneira que a atuação sócio-cultural da Copel e tecnológica também, porque a mesma coisa acontece na Universidade Federal, com a Lac... que hoje é uma instituição autônoma de interesse público, tudo isso continua.

#### O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Próximo inscrito, deputado Luiz Carlos Zuk.  
Está com a palavra.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

A pedido do nosso Líder da Oposição e para aqueles que nos visitam aqui, estamos usando o lado tribuna que é o lado considerado da Situação. Como a Copel não é Situação e nem Oposição, vim falar deste lado. Vim falar primeiramente e, infelizmente não se encontram mais os servidores públicos do Estado, em cargo de Comissão, que tinha acertado com os secretários que eles iriam ter um abono. Infelizmente não foi dado abono, eles foram embora e ficou só quem realmente é contra a privatização.

#### O Sr. Ricardo Chab

Foram assinar o ponto, deputado.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Foram assinar o ponto. Certo.

Mas eu queria dizer que Vossa Excelência infelizmente não veio como os outros secretários que aqui compareceram, quando trouxeram uma equipe técnica nas respostas que não poderiam deixar de serem respondidas. Aqui veio o secretário de Finanças da época, aqui veio o presidente do Banestado com uma equipe que não deixava nada sem resposta.

O ilustre deputado Pessuti perguntava a Vossa Excelência sobre quem teria feito um estudo, qual firma, qual carta-convite, qual licitação, enfim, o que é que faz com que a Copel, daqui a três ou quatro anos, mas num sentido realmente de esclarecimento, Vossa Excelência não respondeu, como também não respondeu outras perguntas feitas pelos nossos queridos companheiros da Oposição, desta Casa.

Nós não somos contra o senhor e muito menos contra a Copel; somos a favor de uma consulta, que nós, a cada quatro anos, nesta Casa, respondemos à população pelo trabalho aqui efetivado. O Paraná, no passado, detinha da Copel e aqui está o balancete, 84.46 de ações da Copel. A atual administração do Estado baixou esta participação para trinta e poucos por cento. Se nós vendemos a Copel pelo valor que está sendo estimado, foram consumidos pela atual administração quase quatro bilhões de reais.

Um deputado da Situação falava que foi iniciado naquela governo, que eu não participei e não é do meu Partido, que passou pelo Palácio Iguaçu. Mas, ele construiu estradas. Não é só Garuva, como relacionaram. É a ligação, pista dupla, Curitiba até a divisa com o Estado de Santa Catarina. Foram quilômetros de estradas construídas no interior do Paraná. E a atual administração, ao invés de construir, privatizou as estradas do Paraná. As empresas que pegaram a privatização dos pedágios não entregaram, até hoje, um metro de asfalto! Então ali na Serra de Mauá, na duplicação Ponta Grossa - Londrina, com a maior vergonha, que nós testemunhamos! Passo de tartaruga! Lá está a obra. Infelizmente, para nós todos, é uma vergonha, senhor presidente da Copel.

Quero trazer a Vossa Excelência como secretário de Finanças, da Fazenda, neste Parlamento, e queria perguntar ao senhor como presidente da Copel, se é verídica esta transcrição em todos os jornais do Paraná e do Brasil, as inserções na televisão e na rádio, de que a Copel está sendo privatizada por vontade do governo federal e determinação do governo federal.

Por que eu lhe pergunto? Porque neste Plenário e nesta tribuna o deputado Valdir Rossoni falou do estado falimentar do governo, falou com convencimento a todos nós, de que o Estado está falido e precisa vender a Copel.

O nosso presidente Hermas Brandão, também assim o fez. E queria trazer Vossa Excelência, porque é igual ao que o Vanhoni falou do outro lado, na nossa tribuna: se o senhor nos convencer e o governo tiver coragem - que não tem! - de mostrar como é que se encontram as finanças no Paraná, poderemos nós, realmente, nos posicionarmos em melhores condições para decidir sobre o futuro da Copel.

**O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)**

Está com a palavra o secretário.

**O SR. INGO HÜBERT**

Excelentíssimo senhor deputado Zuk, nobres deputados, eu depreendo três questões na sua indagação. A primeira, é sobre o uso do recurso da alienação de ações da Copel, ao longo dos últimos seis anos. Eu gostaria de colocar, com toda clareza, que nós estamos falando aqui de investimentos, como a lei determina, como os deputados votaram nesta Casa, como o Tribunal de Contas acompanhou quando auditou e aprovou as contas do governo, portanto verificou que se seguiu rigorosamente a lei nesta utilização de ativos, que em última análise vieram em benefício do Paraná e de sua população.

A segunda indagação, deputado Zuk, se refere a, se a privatização é ou não é ordem do governo federal. Esses dias tive a oportunidade de responder semelhante indagação de jornais e a minha resposta foi a seguinte: esta questão não é tão simples como pode parecer, porque não existe algo como uma ordem tachativa que a União dê ao Estado para privatizar os seus ativos. O que acontece é algo bem mais complexo.

Existem leis que foram votadas no Congresso Federal - aí sim na área federal, nas duas Casas: Câmara dos Deputados e Congresso Nacional. Deputados federais paranaenses participaram desta votação e em 1995, de 95 a 98 se estabeleceram todas as leis que já foram mencionadas hoje à tarde neste debate, e que criaram o arcabouço de circunstância que mudam profundamente as regras do jogo no setor elétrico brasileiro. Mudam de tal forma que colocam diferenças entre empresas que pertencem ao Estado e empresas que não pertencem ao Estado. Diferenças tais que uma empresa que pertença ao Estado precisa concorrer, porque esta é a nova regra do jogo, porém, em condições restritas. Ela não pode fazer tudo aquilo que uma empresa privada pode. E ao não

poder fazer tudo aquilo que uma empresa fizer, ela, evidentemente, terá desvantagens.

Como se analisam essas desvantagens? Elas são de uma clareza tão meridiana, elas são tão notórias no seu impacto sobre a sua competitividade, que não há necessidade de grandes estudos para isso. Ou seja, não há necessidade, por exemplo, para um eletricitista estender um cabo de um poste até outro. A Copel não contrata uma empresa, não faz uma licitação para fazer um cálculo sobre isso. Isso já está numa tabela. Da mesma maneira, se nós olharmos as leis e os regulamentos hoje, vamos ver com uma clareza meridiana, que as empresas estatais estão restritas ali, em todos os pontos que já tive oportunidade de abordar aqui hoje. Evidentemente que como restritas, elas terão a sua competitividade impactada, e assim sendo, é muito provável que daqui há 3, 4 anos veremos segmentos muito importantes e muito lucrativos do nosso mercado em poder de empresas de outros Estados.

Sobre a terceira indagação referente a essa campanha que Vossa Excelência menciona. O governo do Estado tem o dever de informar, tem o dever de esclarecer, e a questão da desestatização da Copel, vimos isso hoje com exaustão aqui neste Plenário, é uma questão complexa. É uma questão que envolve inúmeras variáveis. Não se trata aqui de vender algo como se o comprador pegasse aquele objeto e o levasse embora e ele deixasse de ser paranaense. Não, aqui temos a oportunidade de deixar a empresa tão paranaense como ela sempre foi, muito maior, muito mais forte e ainda beneficiar a sociedade paranaense e os recursos dessa desestatização.

Por isso esta campanha, por isso este esclarecimento, esclarecimento que na sua responsabilidade o governo deve à população do Paraná.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Presidente Ingo, consultado o povo através da rede Paranaense de Televisão, 97% da população do Paraná é contra a privatização.

Acho, no meu entender, que esta campanha de divulgação está mal dirigida e mal apresentada ao povo do Paraná.

Se o governo do Estado e Vossa Excelência ficassem com a posição do deputado Rossoni, do deputado Hermas Brandão, presidente desta Casa e mostrassem para o Paraná e para todos nós a necessidade da venda da Copel, colocassem os números que realmente têm que ser alcançados para a governabilidade do Paraná, o senhor mostrasse, junto, que o senhor acumula as duas funções, convencimento, não só da Oposição, nem tão somente da Situação, mas da população paranaense, mostrando por que realmente tem que se tomar essa medida se no dia de amanhã não vai ser tomada.

Vossa Excelência fala, no seu pronunciamento inicial, que o atual governo não vai ser beneficiado *in totum*

na venda da Copel, porque teremos eleições no ano 2002, logo em seguida a este ano de 2001.

Se Vossa Excelência e o governador Jaime Lerner mudarem o rumo, que está errado, não adianta os secretários e alguém do primeiro escalão conhecer o Paraná por dentro, se a população do Paraná conhecer o Paraná por dentro da administração, aí nós teremos realmente a condição pela qual poderemos chegar numa posição que será de encontro com a família paranaense.

No momento, caro presidente Ingo, a voz do povo aí está nas consultas, e aqui neste Plenário os 54 senhores parlamentares são eleitos por vontade soberana do povo e eu acredito que se o senhor, como secretário da Fazenda ou como presidente da Copel, mostrar os números da necessidade que o Orçamento do Estado necessita, como disse o deputado Ângelo Vanhoni ontem, abra a caixa preta do governo. Não existem condições pelas quais possamos ver os números e ver necessidades premente dessa atitude ser tomada.

Queria dizer a Vossa Excelência que infelizmente nos entreveros que aqui aconteceram, a vontade de acertar pelo melhor do povo às vezes leva colegas nossos e nós próprios, realmente, até vossa pessoa, a cometer aquilo que não deseja, que não seja o bem da família paranaense, ilustre presidente.

#### O SR. INGO HÜBERT

Deputado Zuk, posso dizer que estou de acordo com a maioria das coisas que Vossa Excelência acabou de proferir aqui, e aliás posso dizer mais, posso dizer que o governador Jaime Lerner está de acordo com a maior parte daquilo que Vossa Excelência aqui profere, porque ele, no dia 08 de janeiro deste ano, emitiu Decreto nº 3395 onde ele nos exige exatamente o que Vossa Excelência acaba de dizer, ou sejam, maior esclarecimento.

Se nós, se eu, se Vossa Excelência nos dirigirmos às ruas em Curitiba e indagarmos as pessoas, essas pessoas conhecem realmente as circunstâncias que mudaram no setor elétrico brasileiro.

É muito fácil Vossa Excelência e eu constatarmos que isto não é assim, até porque existe uma complexidade muito grande nesta questão. Poucas pessoas, por exemplo, sabem como é que vai acontecer uma concorrência no setor elétrico, afinal de contas só conheciam a Copel até hoje.

Como é que amanhã ou depois vão receber energia da Eletropaulo no Paraná, ou da Light ou da Ecelsa? Poucas pessoas na rua sabem disso e Vossa Excelência já constatou isso.

Cabe a nós, portanto, fazermos exatamente aquilo que Vossa Excelência propõe, ou seja, esclarecer e não é outra razão que nos traz aqui hoje.

Quando digo nós, falo do conselho que foi instituído pelo governador do Paraná, Jaime Lerner. Temos aqui o secretário Miguel Salomão, que faz parte deste conselho, temos outras ilustres personalidades que estão

aqui, Cid Campello, por exemplo, que faz parte também deste conselho, e a obrigação, a determinação do governador é que este conselho esclareça e se hoje nos foi dado, com toda a humildade de chegarmos aqui e agregarmos um pouquinho mais, um pouco mais de conhecimento em relação a esta questão complexa, confesso que saio daqui gratificado.

#### O SR. CESAR SELEME

Senhor presidente, senhores deputados, doutor Ingo, gostaria que Vossa Excelência respondesse apenas três questionamentos: qual a garantia que o consumidor terá de que o serviço oferecido pela Copel após a desestatização terá qualidade e preço justo? Como será feita, se Vossa Excelência responder que através de uma fiscalização de atuação da empresa após a privatização, como será feita esta fiscalização na empresa privatizada? E gostaria de saber, na sua avaliação, como fica a situação dos funcionários da Copel, tendo em vista que os funcionários da Copel são de alta competência e de qualificação? Na sua avaliação, se haverá demissões ou não, aproveitamento ou quem sabe vai gerar até novos empregos com a privatização?

#### O SR. INGO HÜBERT

Excelentíssimo deputado Seleme, nobres deputados, o novo modelo do setor elétrico prevê algumas características, que vão beneficiar o consumidor, em relação à situação de hoje. Em primeiro lugar, através da criação da Aneel - Agência Reguladora Nacional, se criou um ente fiscalizador que não existia até então. Há bem poucos meses atrás, a própria empresa reportava para si própria e também para o Ministério de Minas e Energia, quantas vezes havia interrompido o seu fornecimento de energia elétrica. Hoje, não há mais desculpa. A Aneel faz isso, automaticamente, através da Internet. Ou seja, não há mais como esconder um mau serviço.

O consumidor, por outro lado, tem a Aneel o seu órgão fiscalizador. Quase todas as empresas brasileiras - isso é uma novidade - já foram multadas pela Aneel, por descumprimento dos parâmetros de prestação de serviço.

No passado, o consumidor que tivesse qualquer reclamação, quanto ao serviço, a quem iria se queixar? Ao governador? Ao presidente da Copel? Hoje, não. Hoje ele tem um órgão, nacional, onde pode realmente se queixar e, melhor.

Até o final desse ano - o secretário Miguel Salomão está aqui e é uma obra, que saiu da sua luminosa cabeça, debruçando-se sobre este tema, criou o arcabouço dessa agência reguladora estadual, cuja lei deverá estar sendo submetida a esta Casa, nas próximas semanas, que deverá existir no Paraná, até o final deste ano e que fará diferença muito grande. Será o Procon da energia elétrica. Será uma agência que também a nível de Estado fará a fiscalização. O Estado deixará de ser Estado empresário, passará a ser Estado fiscalizador. O povo terá

a guarida que não tinha antes, nessa agência reguladora estadual.

É um tema da maior complexidade. Sei que o secretário Salomão e sua equipe estão realizando verdadeiros prodígios, porque estão buscando novidades no mundo inteiro. Temos a chance de aprender, inclusive, com os erros alheios.

Essa agência será um modelo, será mais modelo daqueles que o Estado do Paraná tem produzido.

**O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)**

Deputado, para réplica.

**O SR. CESAR SILVESTRI**

Presidente, eu gostaria de saber a sua avaliação, quanto aos funcionários da Copel.

Como é que fica após a privatização? Se na sua avaliação haverá demissão ou não? Ou vão ser aproveitados pela sua competência e pela qualificação que eles têm? O preço da energia também na sua avaliação será justo para a população do Paraná?

**O SR. INGO HÜBERT**

Os funcionários: a Copel, hoje, é uma empresa das mais enxutas do mundo. Em 1.995, já se dizia que a empresa era enxuta. Na época foi feita uma comparação com outras empresas do mundo inteiro e se constatou que poderia enxugá-la ainda mais. Nesses anos todos, a empresa reduziu o seu quadro, em cerca de quatro mil funcionários, fora os funcionários que se apresentaram ou que buscaram outros caminhos, de maneira que hoje a empresa é, pelos padrões internacionais, uma empresa que seguramente não convidaria nenhum investidor a mais demissões - ela está praticamente no seu limite.

Hoje, estamos perdendo cinco bons profissionais, a cada sessenta dias, são buscados pela iniciativa privada, pagando três, quatro vezes, os salários que pagamos a eles.

Não podemos pagar mais, porque estamos inseridos em uma estrutura salarial do estado e se fôssemos pagar salários de mercado de empresas privadas, explodiríamos a estrutura do funcionalismo público do Estado, coisa que não podemos fazer. Novamente uma empresa estatal é algo que nos restringe.

A Copel, como empresa estatal, por outro lado, é obrigada a realizar um concurso público para repor esses profissionais em um prazo de 90 dias, esse é o prazo que leva - normalmente consegue repor, mas evidentemente com perda de qualidade.

A empresa, hoje, perde funcionários que tem 15, 20, 25 anos de treinamento.

O que eu quero dizer com isso, no fundo, é a procura que a iniciativa privada já tem sobre os funcionários da Copel. Quem for assumir a Copel terá todo o interesse do mundo, em conservar uma equipe que é uma equipe competente, que é uma equipe procurada no mercado, que é uma equipe, com salários três ou quatro vezes

maiores, que é uma equipe que mostrou serviço, e eu acho que aí vale aquela máxima: em time que está ganhando não se mexe.

Quanto aos preços nós teremos um regime de concorrência, no passado tínhamos o regime da tarifa pelo custo.

Vossa Excelência sabe que os preços eram iguais do Iapoque ao Chuí, e eram calculados em função a empresa menos eficiente do setor. O consumidor paranaense pagava o preço de uma empresa lá no norte, ou no nordeste, qualquer, que tinha custos altos, e ainda maior por cima tinha que remunerar 12% sobre os investimentos. Isso hoje muda, muda por causa da concorrência; isso vai mudar, e é fácil perceber isso, quando as primeiras ofertas acontecerem no território paranaense de energia mais barata vinda de fora, evidentemente que a empresa que está aqui terá que reagir, terá também que oferecer preços mais baratos, senão, perderá a essência do seu mercado.

Então, na verdade é essa a garantia que os consumidores terão no futuro de preços menores, a exemplo do que aconteceu na telefonia.

**O SR. CESAR SELEME**

Muito obrigado, satisfeito com sua explanação.

**O SR. NEREU MOURA**

Senhor Ingo Hübert, presidente da Copel.

Primeiro quero dizer ao senhor que tenho uma convicção formada em relação à Copel e que ela seja estatal. É uma convicção. Então, na verdade esse questionamento que foi produzido aqui não ajudou a mudar a minha opinião, pelo contrário, achei que as respostas que o senhor fez, que o senhor deu, foram muito parecidas umas com as outras, até a impressão que eu tenho é e que foi formalizada uma resposta que servia para responder a todas as perguntas.

Mas eu queria fazer inicialmente uma pergunta ao senhor com todo respeito: o senhor poderia me informar em qual empresa o senhor trabalhava antes de ser presidente da Copel? E qual cargo o senhor ocupava nesta empresa?

**O SR. INGO HÜBERT**

Antes de trabalhar na Copel eu trabalhei em algumas empresas multinacionais durante dez anos.

No último período eu trabalhei num grupo sueco chamado Cardo. É um grupo que pertence ao mesmo grupo da Scania, ao mesmo grupo da AZ Abron Moveri (?) exercia o cargo de diretor-presidente numa das unidades desse grupo na Cidade Industrial de Curitiba, chamada ABS, uma empresa que produzia equipamentos hidráulicos, fornecedora de uma série de empresas, inclusive conhecidas aqui.

E, antes disso ainda fui funcionário também de uma multinacional que era a Incepa.

E trabalhei em empresas paranaenses também, na Copel em 1969-1970, trabalhei quinze anos na Telepar e depois trabalhei durante quatro anos na Sanepar.

#### O SR. NEREU MOURA

Perfeito.

Era uma curiosidade que eu tinha porque não conhecíamos o seu currículo profissional.

Agora, eu queria dizer ao senhor que o que tem causado uma perplexidade em nós, e principalmente no povo do Paraná, é em relação à posição que o governo adota em relação à venda da Copel.

Um setor do governo, expressivo, respeitável, diz que é por absoluta falta de caixa, o caixa está arrombado. Nós tivemos depoimento aqui do nosso prezado presidente, deputado Hermas Brandão, que inclusive exigiu publicamente que o governo assumisse essa realidade, o deputado Valdir Rossoni e outras pessoas manifestando que o governo está com o caixa arrombado e não tem condições de pagar e por isso tem que vender a Copel.

Por outro lado, observamos que o senhor tem reiteradamente dito que é por problema de competitividade, de futuro, que se não vender a Copel, ela irá à bancarrota, irá perder o seu valor e por aí afora. Então eu gostaria de saber quem está com a verdade, e se, efetivamente, estes dois pensamentos existem, no governo, existem porque foram eles colocados publicamente, e o que o senhor tem a dizer, a respeito disso?

#### O SR. INGO HÜBERT

Nobre deputado Nereu Moura, existem duas razões para a desestatização da Copel.

A primeira delas está vinculada a mudança das regras do jogo, em que uma empresa, pelo simples fato de ser estatal, tem uma série de restrições que uma empresa privada não tem. E num regime de monopólio isso não faria a menor diferença, a empresa teria o seu território cativo e continuaria tendo aquele bom desempenho que sempre teve.

Num regime de concorrência essa empresa corre o risco, não de perder o seu mercado, mas de perder fatias do seu mercado, que representam muito do seu lucro. Uma empresa estatal que precisa se financiar, apenas com o seu lucro, uma vez que o governo não vai colocar dinheiro nessa empresa, há muitos e muitos anos e em muitos e muitos governos anteriores já não se investia na Copel, porque ela, na época tinha lucro, e ela também tinha o poder de buscar financiamentos, por exemplo, no Banco Mundial, no Banco Interamericano, coisa que não tem mais hoje. É fácil ver que esta empresa entrará num jogo de forças completamente desigual. Agora isso ainda não é mais importante, o mais importante é a base territorial e a economia de escala associada a ela. É muito fácil ver uma empresa que tenha 5 milhões, 10 milhões de consumidores, vai ter custos unitários menores do que uma empresa que tem 3 milhões de consumidores.

Então, essa diferença de preços unitários, associado aos outros fatores que aumentarão custos de empresas do Estado em relação a empresas que não são do Estado, seguramente farão com que haja ofertas, para determinados consumidores, do Estado do Paraná, do tipo: - Você tem alguma coisa contra a tua energia baratear 10% no próximo mês? Se não tem, assine o cupom abaixo. Esse consumidor deixará de ser um cliente da Copel, passará a ser um cliente da Copel, passará a ser um cliente da Eletropaulo, da Companhia Paulista de Força e Luz, da Excelsa, etc.

A segunda questão, eu falei que havia duas, tem a ver, sim, com o orçamento do Estado. Vossa Excelência participou aqui da votação do orçamento de 2.001 e sabe que da receita total do estado existe lá uma rubrica importante de 3 bilhões e pouco que se refere à venda de ativos.

Essa venda de ativos, o próprio orçamento o que Vossa Excelência votou e conhece, diz para onde devem se dirigir estes ativos, ou seja, ao fundo de previdência, e indo ao fundo de previdência essa venda de ativos resolve um problema estrutural da economia do Estado, das finanças públicas da maior magnitude. O problema estrutural das finanças públicas que não vai beneficiar apenas esse governo, no seu último período, mas vai beneficiar todos os novos governos dali para frente.

Então, a veiculação da desestatização e dos créditos das desestatização, com o orçamento, são exatamente esses, resolve-se um déficit previdenciário que vem já de décadas e de governos anteriores e que está sendo carregado para o presente e faz com que, resolvido, beneficie o Paraná em seu futuro.

#### O SR. NEREU MOURA

Senhor Ingo, então pelo que o senhor falou, respondeu à minha pergunta, concordando com as duas teses, que o Estado está com problema financeiro e na sua visão há o problema de competitividade. São duas teses que nós discordamos porque, evidentemente temos uma análise diferente desta que o senhor faz, e por isso somos contrários à venda da Copel. Achamos que a Copel não deve ser vendida para tapar buraco de caixa, e que com relação à competitividade, está muito claro que hoje está faltando energia elétrica, toda energia produzida vai ser vendida.

Se a Copel não vender no Paraná, vai vender no Ceará, em São Paulo, no Rio de Janeiro, quer dizer, há uma suspeita de que vai faltar energia, vai ter racionamento de energia. De forma que, esta questão da competitividade, é complicada se fazer essa afirmação, tendo em vista os dados, os indicadores, as afirmações que todos nós possuímos no dia-a-dia.

E por último, senhor presidente, quero fazer a seguinte pergunta: Alguns dias, páginas inteiras de jornais de grande circulação e espaços publicitários das

emissoras de rádio estão sendo usados para fazer apolo-  
gia da venda da Copel.

Enquanto o senhor presidente, o senhor que está falando das dificuldades da empresa, que a empresa não tem futuro, não tem expectativa de ser viável, isso desacetita perante aprovados investidores, de forma difícil o senhor preside a Copel e preside o processo de sua venda, enquanto secretário de Estado.

O que eu quero saber é quanto já foi gasto nesta companhia e quanto ainda será gasto, de onde está saindo esse dinheiro e qual a agência que produz a campanha e como foi escolhida? Ela foi contratada de acordo com a Lei nº 8666/93 ou foi contratada na madrugada? Qual foi o critério utilizado para fazer essa campanha publicitária?

O SR. INGO HÜBERT

Perfeitamente, nobre deputado Nereu Moura.

Em primeiro lugar gostaria de responder a sua colocação lá, dizendo mais uma vez com todas as letras que, em absoluto concordo com a sua afirmação de que esta desestatização estaria resolvendo um furo de caixa.

Existe uma diferença muito grande entre aquilo que eu disse antes, ou seja, o fato de resolvermos um problema estrutural das finanças públicas, com a solução do problema previdenciário, do aspecto previdenciário, através do Paranáprevidência, que aliás é uma das instituições que está sendo reputada como de uma criatividade muito grande por todo o Brasil, por outros Estados inclusive, existe uma diferença muito grande entre isso aí e tapar furos de caixa. São coisas completamente disparatadas.

A segunda questão, da competitividade, me parece que é absolutamente meridiana, ou seja, se juntarmos custos de suprimento mais alto, se juntarmos deseconomia de escala, se juntarmos falta de acesso ao mercado de capitais e conseqüente encarecimento da estrutura do passivo da empresa, qualquer pessoa que conhece uma empresa vê com toda clareza que essa empresa está numa situação desigual perante uma outra empresa que não tem essas restrições.

Então, evidentemente haverá um impacto daí sobre a sua possibilidade de competição ou não.

Quanto à campanha de esclarecimento, e a pergunta que Vossa Excelência faz, um dos papéis nossos, tanto da Copel como instituição, como do Estado, é de esclarecer à população.

A Copel, como instituição, e aí agora eu falo de todos os dois mil sócios que a Copel tem, na sua grande maioria, fundos de pensão, nacionais e internacionais, além do governo do Estado, tem um interesse enorme na valorização do mercado na empresa. Essa valorização aconteceu apenas de dezembro até agora, pela declaração do governo, da sua firme intenção de desestatizar a empresa, porque todos os acionistas enxergam com muita clareza esse contexto que eu acabei de explicar aqui.

Esse esclarecimento, portanto, está no interesse direto de todos esses acionistas, uma vez que a desestatização é interessante para todos eles, não apenas para o Estado do Paraná que é acionista, mas para todos os demais acionistas que ganharam valor pela valorização das ações entre dezembro e agora.

Este esclarecimento é muito importante para que a população do Estado do Paraná comece a entender do que, afinal, estamos falando. Aí que se justificam campanhas dessa natureza, aí se justifica campanha pela Copel para esclarecer, e uma campanha feita pelo Estado para, também, esclarecer.

O orçamento da Copel, em absoluto será majorado. Essa campanha está custando algo como 400 mil reais. Portanto não é cifra exorbitante.

O SR. NERU MOURA

Quatrocentos mil reais?

O SR. INGO HÜBERT

Não é nenhuma cifra exorbitante, é algo que o nosso orçamento, tanto de comunicação do Estado como da Copel comporta com toda a tranqüilidade, é algo da responsabilidade direta do Estado e também da Copel, como eu disse antes, no sentido de esclarecer com esse intuito ela está sendo conduzida.

Repito aqui, não apenas no interesse do Estado, mas no interesse da Copel como instituição de todos os seus acionistas que já ganharam um valor imenso devido a este esclarecimento nas últimas semanas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dando continuidade, deputado Beraldin.

O SR. BERALDIN

Senhor presidente, gostaria de perguntar ao presidente da Copel, qual foi a empresa que avaliou e que respaldou tecnicamente Vossa Excelência, para firmar que a empresa não é supervitória, que a empresa no futuro poderá ser deficitária? Queria saber qual é o técnico, qual é a empresa, seja ela do governo ou uma empresa de auditoria privada baseado em que, o senhor afirma isso?

Até porque o governo já empenhou em torno de, Vossa Excelência pode me confirmar com mais clareza, em torno de 1 bilhão e meio de ações, junto ao BNDS.

Gostaria de perguntar a Vossa Excelência, esse dinheiro ingressou no Estado? Quanto é que o governo colocou no Fundo de Previdência, desse 1 bilhão e meio, aproximadamente ou mais? Qual foi o montante que o governo colocou no Fundo de Previdência?

Evidentemente sem falarmos da questão dos títulos que o Banco do Estado do Paraná comprou de Alagoas, de Osasco, de Guarulhos de Santa Catarina. Porque o governador de Santa Catarina disse numa roda, lá no Senado: "que era mais fácil crescer cabelo na cabeça dele, do que ele honrar esses títulos".

O Estado foi lá e caucionou com ações da Copel. Logo nós vamos notar que nesse governo, a Copel se descapitalizou em ações em torno de 2 bilhões de reais. Em torno, eu não posso afirmar porque não sou do Executivo, só estou perguntando a Vossa Excelência como parlamentar e, que gostaria muito de ter uma argumentação, porque a Sanepar, também foi vendida em torno de 40% e rendeu aos cofres do Estado, em torno de 250 milhões de reais. Os royalties de Itaipu também foram antecipados. Vossa Excelência é secretário da Fazenda.

Então, esse governo aos poucos foi vendendo, se comprometendo, e o que se passa? O que é que acontece que o governo está sempre necessitando de mais dinheiro para suprir dívidas e sempre com esse mesmo argumento dos inativos?

Veja Vossa Excelência que o compromisso que o Estado fez representa, na venda do Banestado, 13% da folha de pagamento hoje. Então os inativos representam 30%, esse governo só com o compromisso do Banestado, agregou em dívida com o Estado em torno de 13% do compromisso da folha de pagamento.

Então, senhor presidente, são algumas indagações que eu gostaria de ver Vossa Excelência afirmar, textualmente, quem é que informa, tecnicamente, quem baliza o governo tecnicamente para afirmar que é preciso vender a Copel, porque é bom para o Estado, visto que a Copel é muito diferente de qualquer outra empresa privatizada do Brasil. Temos aqui a produção de energia, temos a riqueza das nossas águas, do rio Iguaçu e outros rios, que nos dão uma diferença muito grande de uma empresa que compra energia e revende energia.

Então, é incrível! Neste País, quem produz não tem valor! Tem valor, quem? O intermediário! Eu ouvia, estes dias, de um membro do governo que dizia o seguinte: governar é a arte de passar dinheiro para a iniciativa privada. Eu achei aquilo um absurdo!

Gostaria que Vossa Excelência fizesse as considerações que lhe ocorrem, no momento.

#### O SR. INGO HÜBERT

Nobre deputado Beraldin Vossa Excelência faz uma série de indagações de campos os mais variados possíveis. campos estes que têm a ver com a desestatização da Copel, com as finanças do Estado, com as considerações sobre ética de negócios. Enfim, sua pergunta é de uma amplitude bastante grande. E evidentemente a convocação de hoje diz respeito à desestatização da Copel.

E eu, então, vou me basear nesta convocação para lhe responder à pergunta atinente ao estudo ou ao raciocínio, enfim, que embasou a decisão de desestatização da Copel.

Na realidade, nós não fazemos estudos na Copel, para por exemplo, colocar uma lâmpada num poste. Não fazemos estudos para passar um fio de um poste a outro. Não fazemos estudos para questões que são, na verdade, bastante visíveis e óbvias. Nós fazemos, sim, estudos das leis. Fazemos, sim, estudos dos regulamentos. Fazemos,

sim, estudos das condições de mercado, das condições de custos e evolução de custos e principalmente das condições empresariais.

Vossa Excelência bem sabe, pois é empresário também, que toda empresa tem um ativo e um passivo. E neste passivo faz uma diferença muito grande o custo de capital que aloca nele. Se Vossa Excelência por exemplo, vai ao banco e empresta recursos a uma taxa de juros muito alta, Vossa Excelência vê com grande facilidade que, dependendo deste custo do passivo, sua empresa poderá não estar mais tão saudável, tão competitiva, poderá estar não mais tão forte.

Da mesma maneira Vossa Excelência também sabe, como empresário, que quando adquire insumos para sua empresa, faz uma diferença muito grande de como os adquire, em que prazos adquire, os estoques que precisa manter na sua empresa para que ela não seja mais cara do que um competidor, que consiga fazer tudo isto de maneira mais rápida, mais ágil, mais barata.

Pois bem, guardadas as proporções, no setor elétrico acontece exatamente isto. Temos três grandes áreas de agregação de custos numa empresa, que pertence ao Estado. E estas mesmas áreas de agregação de custos não existem em empresas que não pertencem ao Estado. Vamos ver: estrutura de balanço, passivo. Uma empresa privada, hoje, consegue ir a um banco internacional e fazer um empréstimo a 8%, 9% ao ano. Uma empresa estatal está proibida de ir ao mercado de capitais. Não pode mais fazer isto. A nossa felicidade, fizemos levantamentos de capital antes destas resoluções e com isto conseguimos que a Copel tivesse estes resultados que foram apresentados aos deputados nesta Casa. Vossa Excelência entenderá muito bem, como empresário, que faz uma diferença se Vossa Excelência produz dez unidades ou se produz dez mil unidades. Os custos unitário, na segunda situação, serão muito menores do que na primeira situação.

A mesma coisa acontece no setor elétrico. Uma EBP, por exemplo, já conseguiu comprar três empresas no Brasil. Uma ES conseguiu comprar três. Outras conseguiram comprar quatro empresas. Essas empresas estão muito mais perto naquela analogia das dez mil unidades do que das cem. Uma empresa estatal, nós, Copel, estamos circunscritos a 6% do mercado brasileiro que é o território do Estado do Paraná. O Paraná cresce mais depressa que o Brasil, é verdade, mas ele não será jamais 20, 30, 40% do mercado como nós temos hoje. É fácil de enxergar e não precisa de um estudo. Não há necessidade de uma licitação, não há necessidade de um corpo de engenheiros para se chegar a essa conclusão, que os custos unitários de uma empresa muito maior, muito mais densa serão menores do que aqueles de uma empresa circunscrita a uma pequena porção no mercado.

Por último, a questão dos estoques. Uma empresa que leva 120 dias para comprar um lote de transformadores, terá custo de estocagem maiores do que uma

empresa que compra o mesmo lote de transformadores em três semanas.

Se somarmos todos esses fatores de custo, veremos que uma empresa com custos menores, algum dia, oferecerá energia mais barata em nosso território e aí é que está a grande novidade nesse conjunto de leis e regulamentos que nos circunscrevem.

#### O SR. BERALDIN

Senhor presidente, temo que o setor energético brasileiro saia da mão do Estado e vá totalmente para a iniciativa privada e aí sim, se cria um novo monopólio. Se o Paraná fosse diferente, porque é diferente, porque produz energia, nós vendemos energia.

Gostaria de perguntar a Vossa Excelência quanto por cento da produção de energia do País, representa o Paraná - e volto a insistir, porque, para anunciar a venda, o Estado deve ter tido uma auditoria para saber como estão as finanças da Copel, qual o valor aproximado da Copel.

Acho que para lançar o governo como está acontecendo, como determinação para vender uma companhia da importância da Copel, o governo tem um pré-estudo e com certeza, a empresa que está sendo contratada e que foi questionada hoje para que fosse anunciado o seu nome, deve balizar-se por um estudo do governo.

Essas considerações, gostaria de complementar e pedir que Vossa Excelência falasse sobre esse um bilhão e meio que saiu, de ações, que representam em torno de 24% e que estão na mão do BNDES.

Então o governo já se valeu, digamos, em torno de dois bilhões e por quanto o senhor imagina que a Copel poderá ser vendida?

#### O SR. INGO HÜBERT

Perfeitamente.

Em resposta à sua questão, Vossa Excelência primeiro coloca uma questão de avaliação, ou seja, de pré-avaliação de valorização numérica. Através de uma interação do governo com dois avaliadores independentes, se chegará exatamente a essa avaliação. Esse processo como Vossa Excelência sabe, está em curso e acredita-se que até o início de abril as empresas avaliadoras, a chamada “empresa A” e “empresa B”, estarão contratadas.

A missão da “empresa A” é fazer uma avaliação da Copel, pura e simples.

A “empresa B” vai estar incumbida de fazer uma avaliação de forma independente. E essas duas avaliações precisam convergir, depois. Com isso teremos um grau de certeza sobre a qualidade dessas avaliações e, conseqüentemente, depois, sobre o encaminhamento do preço mínimo a ser exigido no leilão. E a “empresa B” ficará incumbida, ainda, de desenvolver a modelagem.

O que é a modelagem? A modelagem é exatamente a redação das condições do edital. Isso tudo está em

curso, temos hoje várias empresas de grande renome internacional que estão concorrendo.

E quanto às ações do BNDES, deputado, o BNDES tornou-se sócio das ações ordinárias da Copel com 26%, aproximadamente. E pelo acordo de acionistas com o Estado, estará vendendo também essas ações juntamente com as ações da Copel. Com a diferença de que as mais valiosas ações, em sua grande maioria, voltam para o Estado. Quer dizer, na verdade foi um negócio de valor para o Estado do Paraná, porque ganhamos um parceiro de peso, parceiro que está inclusive nos ajudando na administração da empresa. Já nos ajudou a viabilizar um número muito grande de projetos: projeto Araucária, projeto Foz do Chopim, projeto Compagaz.

Então o BNDES, como banco institucional que é, não tem nos ajudado nessas questões todas. E ao se vender as ações da Copel, o Estado do Paraná receberá de volta a mais valiosa, então, que se auferir no leilão.

#### O SR. BERALDIN (Pela Ordem)

Quero dizer ao presidente que estou agradecido pela gentileza do que respondeu, e só dizer a Vossa Excelência que tenho uma inquietação muito grande, que é em relação àquela negociação da Copel com a Sercomtel.

Esse assunto deveria ser esclarecido. Sinceramente, me tiraria um peso da cabeça, das costas, se eu soubesse, como foi feito isso.

Vossa Excelência, naturalmente, tem conhecimento.

#### O SR. INGO HÜBERT

A questão Copel/Sercomtel.

A Copel, como Vossa Excelência sabe, em 95 começou a construir um sistema de fibras óticas de 3 mil km, que ficou fechado em si. Criamos uma ilha de telecomunicações. Precisava-se de uma saída para o mundo, precisava-se também know-how técnico para operar o sistema - coisa que não era especialidade da Copel. Surgiu a oportunidade da aquisição desses 45% de ações do Sercomtel e com isso criou-se um valor imenso. Hoje temos uma empresa, Sercomtel, que tem um faturamento de mais de 100 milhões/ano, do qual a Copel tem uma parte como dividendos, valorização patrimonial, equivalência patrimonial.

Temos uma saída para o mundo, portanto, tecnicamente esta aquisição valorizou o sistema, não só valorizou, como tornou-se possível o sistema de telecomunicações da Copel. Hoje operamos 92 redes em todo o Estado do Paraná - redes privadas, tipicamente supermercados, bancos, hotéis, empresas de prestação, de serviços, seguradoras e estas empresas no total, por sua vez, possibilitam um faturamento também de 80 milhões de reais por ano.

Portanto, foi uma aquisição que valorizou muito a Copel, agregou um novo serviço e nos trouxe vantagens muito grandes.

O SR. RICARDO CHAB (**Questão de Ordem**)

Gostaria de perguntar ao senhor até que horas, até o horário da sessão?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Regimentalmente até às 19 horas.

O SR. RICARDO CHAB

Por infelicidade o número que me deram é o 24. Não entendo desta coisa, não jogo neste time, mas quero saber, que número já está aí?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O próximo é o deputado Carlos Simões, número 17.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, no mesmo sentido da indagação feita pelo deputado Ricardo Chab, gostaria de pedir a Vossa Excelência da possibilidade de uma pequena, quem sabe, prorrogação, para que possamos usar a palavra, a possibilidade regimental sobre este tema.

Como eu não interfeiri na condução dos trabalhos, nas questões de Ordem e nem me manifestei, ficaria seriamente prejudicada a minha explanação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo a Vossa Excelência que se houver pedido para prorrogação da sessão terá que ser enviado um expediente para a Mesa, um requerimento, e deverá ser aprovado pela maioria dos senhores deputados.

O SR. CARLOS SIMÕES

Senhor presidente Hermas Brandão, presidente Ingo, observando aqui nesta tarde as observações feitas por deputados dos partidos variados, se observou e também da sua parte, uma unanimidade de que a Copel é uma empresa boa. Aqui em momento nenhum observamos qualquer depoimento de qualquer deputado e da sua pessoa que a Copel não é uma boa empresa.

Então, fica uma preocupação, presidente, e o senhor há de entender até quando as pessoas na rua, as pessoas do povo nos indagam e no perguntam - mas será, Carlos Simões, que a Copel, em sendo privatizada, sendo de domínio de empresas particulares, será que vai manter a mesma qualidade?

Hoje por exemplo, nós temos a Copel produzindo 18 milhões de megawatts/ano e o consumo é pouco mais de 16 milhões e este tem sido um argumento até especial do governo estadual para atrair empresas como a Renault, como a Audi, como a Chrysler para o Paraná.

Quer dizer, é um argumento extraordinário que não tem São Paulo, por exemplo, que não tem a Bahia, que não tem o Rio Grande do Sul. Nós temos sobra de energia.

Aí eu lhe pergunto, bem objetivamente - qual é a garantia que o governo do Paraná vai dar a todos nós consumidores da energia elétrica da Copel, hoje? E é aquela... na iniciativa privada que vai se manter o programa de investimentos da qualidade que nós não teremos apagões, por exemplo, que não teremos blecautes aqui no Paraná? Quer dizer, sobra energia, a Copel vende para São Paulo, para outros Estados.

Será que com o crescimento da indústria e da população do Paraná, presidente Ingo, qual a garantia que teremos que nos manteremos com a mesma qualidade ou até melhor qualidade que a Copel serve com carinho e com qualidade o povo do Paraná?

O SR. INGO HÜBERT

Perfeitamente, deputado Carlos Simões, pergunta extremamente pertinente.

Nós temos no setor elétrico hoje duas instituições novas que não existiam até então, e que recebem não apenas as reclamações dos consumidores, como também medem a performance das instituições. Até bem pouco tempo atrás, na situação estatal, deputado Carlos Simões, as próprias empresas faziam relatórios.

Por exemplo, a Copel fazia relatório sobre si própria. Então, ela dizia lá - eu interrompi, a Copel interrompeu cada consumidor tantas vezes por ano. Isto ia lá para o antigo Denae e o Denae fazia um relatório e publicava quanto as empresas eras boas ou quanto elas não eram boas e muitas vezes acontecia que os usuários diziam - puxa, não é nada disto. A empresa afirma que fui interrompido nove vezes e eu fui interrompido mais de 50. Isto não existe mais hoje, deputado, por duas razões: uma, o setor elétrico se automatizou. Hoje, a Aneel dispõe de medidas à revelia das empresas. Por exemplo, nós aqui temos uma série de sensores na nossa rede, que queiramos nós ou não, medem cada vez que um circuito for interrompido e também a duração dessa interrupção e fazem relatório, com uma grande diferença a mais. Cada vez em que a empresa não cumpre as suas metas de qualidade de serviço, ela é severamente multada.

Tivemos um caso exemplar, que foi o caso da Coelse (sic) com uma multa de 30 milhões de reais, por não cumprimento dos padrões de serviço. São questões extremamente severas.

Veja, nobre deputado Carlos Simões, vamos pegar o caso da Light, que foi talvez a empresa mais acusada no Brasil, justa ou injustamente, de má performance. Vossa Excelência deve ter conhecimento perfeito disso daí. Essa empresa assumiu, nós sabemos, uma rede em uma situação extremamente difícil. O Estado do Rio de Janeiro já não havia investido naquela rede nos últimos dez anos, por falta de recursos. A Light era uma empresa deficitária. Essa empresa, em 1996, ano em que ela foi privatizada, interrompia cada consumidor, 24,05 vezes por ano.

Essa empresa, através de investimentos e da pressão da Aneel, coisa que não existia no passado, na

situação estatal, reduziu essas interrupções a 10 vezes por ano.

Vossa Excelência haverá de me dizer: o consumidor que for interrompido 10 vezes, por ano, está sendo interrompido uma vez por mês. É verdade. Ou seja, ainda é um padrão aquém do desejável, mas se comparamos 24 com 0, vamos constatar que a própria Light já reduziu as suas reclamações em mais da metade. A mesma constatação vamos ver com a totalidade das empresas privatizadas. Todas elas estão apresentando padrões de interrupções melhores do que no passado.

Por quê? Porque hoje existe uma agência que está fiscalizando essas entidades. Teremos uma situação ainda melhor, porque teremos ainda uma agência estadual, que está sendo criada pelo secretário Miguel Salomão e que estará sendo submetida a esta Casa, dentro das próximas semanas e que fará com que o consumidor paranaense tenha um Procon da energia.

Aí é que está a garantia de um bom serviço, depois da privatização e um serviço ainda melhor do que ele era, na fase estatal.

#### O SR. CARLOS SIMÕES

Senhor presidente, ouvi atentamente e lhe pergunto mais, para encerrar a minha participação.

Ouvimos que a Copel está no padrão excepcional, que é o melhor padrão de serviço elétrico do Brasil. Todos os argumentos hoje, nesta tarde, foram de valorização da Copel. A Copel cresceu no conceito nosso e do Paraná inteiro.

Eu lhe pergunto bem objetivamente, também, porque, presidente Ingo, privatizar a Copel, neste instante, se ela está valorizada, é boa, é ótima, tem lucro maravilhoso? Por que privatizar a Copel neste momento?

#### O SR. INGO HÜBERT

A resposta também é simples: exatamente por isso, por ela ter esse lucro. Exatamente por ela estar, hoje, no auge do seu valor.

Exatamente por ela, hoje, proporcionar o maior apetite possível, para investigadores nacionais e internacionais. Por ela, hoje, propiciar condições que maximizam o ágio, que se pode obter em um leilão. E por ela ter uma situação hoje, completamente diferente da situação que ela poderá ter daqui a quatro anos, quando através da concorrência for retirado da Copel o segmento, por exemplo, mais lucrativo: dos hotéis, shoppings. Pelo simples fato de a Copel, naquela outra época, ser uma empresa estatal, com as restrições típicas de uma empresa estatal.

Nobre deputado, lhe digo mais. Seguramente o governador desta outra época, na hipótese de a Copel continuar estatal, na hora em que ela deixar de ter o lucro que está tendo hoje, pela nova situação de competição, e for bater no Tesouro do Estado, pedindo recursos para os seus investimentos - porque ela vai precisar e muito mais do que hoje, porque também será uma empresa maior, dentro de quatro anos - neste dia, tenho a certeza, de que

o governador que estiver em exercício vai privatizar a empresa muito rapidamente.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está sobre a mesa o requerimento subscrito por diversos senhores deputados que requerem prorrogação da atual Sessão Extraordinária de conformidade com o artigo 86 do Regimento Interno desta Casa de Leis, conforme especifica, prorrogação por mais uma hora. Os deputados que aprovam...

#### O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu acho que está estabelecido no Regimento Interno o horário para que o debate pudesse avançar até às 19:00 horas, nós já exaurimos praticamente o assunto, não vejo razão para aprovarmos o requerimento.

Eu gostaria de encaminhar a nossa Bancada para que votasse contrariamente a esse requerimento.

#### O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)

Eu queria fazer um apelo ao líder do Governo para não cercear o direito dos demais deputados, inclusive eu, venho da cidade de Londrina, quero levar para lá essa mensagem da Copel. Então, acho que é muito importante, Vossa Excelência que tem sido extremamente democrático, não vamos perder a oportunidade de o doutor Ingo estar aqui, eu acho que todos os deputados devem utilizar da palavra.

Querer terminar a sessão agora sem prorrogação é cercear o direito, é ter medo do que pode acontecer.

#### O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Não se trata de ter medo, senhor presidente, porque se tivéssemos medo não teríamos trazido aqui nesse plenário, pela transparência...

#### O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Então vamos continuar, deputado, está na hora.

#### O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Eu estou falando pela ordem, deputado Moysés, por favor.

O artigo 98, parágrafo 4º do Regimento Interno é muito claro, senhor presidente: "Em qualquer hipótese a presença do secretário no plenário não poderá ultrapassar o horário normal da sessão ordinária da Assembléia Legislativa.

O Regimento é claro, não existe hipótese de prorrogação mais do que já foi prorrogado, senhor presidente, razão pela qual torna-se imperioso o cumprimento do Regimento Interno.

Senhor presidente, artigo 98, § 4º.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Informo a questão de ordem levantada pelo deputado Durval Amaral, o artigo 81, diz o seguinte: "O prazo

de duração das sessões poderá ser prorrogado a requerimento de qualquer deputado, desde que estejam presentes pelo menos 1/3 dos senhores deputados”. Democraticamente nós vamos colocar o requerimento em votação. A maioria decide.

O SR. DURVAL AMARAL **(Pela Ordem)**

Então, senhor presidente, qual é o período que a Oposição está propondo, quantos minutos mais?

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Uma hora. Mais uma hora.

O SR. DURVAL AMARAL **(Pela Ordem)**

Vamos então fazer um acordo, mais trinta minutos de sessão.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS **(Pela Ordem)**

Não é possível, porque aquele que não usou dos trinta minutos vai ficar prejudicado.

Acho que isso não tem procedência.

Agora, quem fica uma hora, quem fica domingo, sábado, sexta-feira reunido, poderia ficar por mais uns quarenta minutos aqui.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Eu faço um apelo ao líder do Governo que concorde com o requerimento assinado pelos senhores deputados.

O SR. DURVAL AMARAL

Nós concordamos, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**.

Está prorrogado por mais uma hora.

Está em votação o requerimento.

Os deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. RICARDO CHAB **(Para encaminhar)**

Senhor presidente, a sessão normal iria até às 19:30 horas.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Até 19:00 horas nobre deputado. São quatro horas e meia de duração, deputado Ricardo Chab.

Democraticamente, nobre deputado a sessão irá até às 19:00 horas.

O SR. RICARDO CHAB **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, diz o Regimento até aonde eu estou sabendo, que duas horas e meia se proroga mais duas horas e meia. Então duas horas e meia...

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Vossa Excelência por gentileza, me cite o artigo.

Com a palavra o deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, Hermas Brandão, senhoras e senhores deputados, nobre secretário da Fazenda e diretor presidente da Copel, Ingo Hübner.

Queria, mais uma vez, nesta oportunidade, fazer algumas colocações. Colocações, aliás, que já fiz, em outra ocasião, e quero, neste momento, doutor Ingo, nobres deputados, reafirmar aquelas colocações.

O principal argumento pelo senhor e pela equipe, da Copel é que a empresa não teria competitividade quando o setor fosse totalmente desregulamentado. Eu acredito, pela convicção que tenho, pelas análises que fiz, pelos estudos que elaborei, que a Copel será sempre uma empresa competitiva, tendo em vista que é uma empresa verticalizada, tem a geração, a transmissão e a distribuição. E tem uma geração a um custo menor do que todas as outras empresas que, porventura se instalem por todo País para gerar energia, pois as que se instalem terão que tirar o capital investido, além do que muitas, ou a maioria delas, serão termelétricas, consumindo o gás que virá da Bolívia e que tem uma tarifa em dólar.

Então, quero dizer ao senhor que este argumento não me convence. Agora quero reafirmar aqui, a todos os deputados, porque eu tenho uma posição histórica, porque este modelo econômico que vem de cima para baixo, vem do presidente da República, de um governo do PSDB. O governo federal impôs goela abaixo, como se diz, embora os Estados não sejam obrigados a aceitar. Existem divergências, as maiores, nesse setor, nós acompanhamos quando éramos deputado federal, a privatização de diversas empresas, como a Vale do Rio Doce, como a Companhia Siderúrgica Nacional e como todo o sistema Telebrás. O argumento do governo para vender essas empresas, sempre foi que a iniciativa privada teria mais agilidade e que o governo não teria recursos para investir nesses setores.

Vendeu o patrimônio do povo brasileiro e tenho certeza que todos os senhores lembram quando houve até uma grande discussão, a nível do governo Fernando Henrique, dentro do próprio PSDB, onde existiam setores que queriam usar recursos oriundos da privatização para aplicar na área social e o setor responsável pela Fazenda disse que não seria aplicado nenhum centavo, que esses recursos seriam aplicados para amortização da dívida externa brasileira. Se nós analisarmos os dados econômicos do governo federal, vamos constatar que a dívida externa, quando o presidente Fernando Henrique assumiu era um valor, hoje é praticamente mais do que o dobro. A dívida externa brasileira já ultrapassou os 500 bilhões de dólares. Os recursos oriundos das privatizações não foram suficientes para pagar sequer os juros da dívida.

E hoje vivemos uma realidade nova, a realidade do superávit primário, que se inventou por determinação do Fundo Monetário Internacional, de que o governo deve ter um superávit primário. O que é superávit primário? É o superávit que diz que tem dinheiro em caixa para pagar o juros da dívida externa, porque se tirar o valor pago dos

juros da dívida externa nós vamos ter sempre um déficit crescente.

Além do mais essas privatizações hoje já estão sendo responsáveis por um maior desequilíbrio da nossa balança de pagamento, tendo em vista que as empresas que aqui se instalaram, que adquiriram o patrimônio público, é lógico e é natural que qualquer investidor quer receber o seu lucro, e os investidores internacionais têm que receber o lucro dos investimentos que aqui fizeram, e esses recursos têm que ir para o exterior via dólar, e aí é a nossa soja, a nossa madeira, são nossos produtos primários que vão contrabalançar o desequilíbrio da balança de pagamentos.

Pois bem, diante de tudo isso, eu quero dizer ao senhor, doutor Ingo, o senhor está sendo muito ético quando faz as colocações educadamente nesta Casa.

Eu gostaria de ouvir do senhor, tendo em vista que o senhor tem todos os dados econômicos do Estado em suas mãos, o senhor é o secretário da Fazenda, o senhor é um técnico da mais alta qualidade, testado na iniciativa privada e também no Poder Público, o senhor é um homem que tem todas as condições para colocar para o público a real situação que nós vivemos, todos nós sabemos, nós precisamos de mais esclarecimentos.

O fato foi noticiado, o ex-governador Roberto Requião tornou estatutários mais de 50 mil celetistas, e nós devemos lembrar que os celetistas teriam aposentadoria pelo INPS, com teto máximo de 10 salários mínimos, e no momento que ele passou a ser estatutário ele teve todos os direitos que têm os funcionários estatutários com ascensão da sua carreira e a sua aposentadoria pelo seu último salário.

Então, nós precisamos de dados, quanto que realmente representa este ônus, quanto representa na folha de pagamento este ônus desses funcionários que já se aposentaram e que deveriam estar sendo aposentados lá pelo regime celetista, pela Previdência, onde sempre contribuíram, e também qual foi o valor que existia no Fundo de Previdência do Estado quando ele foi exterminado, quando foi votada uma lei que acabou com Fundo de Previdência do Estado.

Minha pergunta, doutor Ingo, faço essas colocações primeiras porque quero ser muito objetivo na minha pergunta.

Dentro de todo esse contexto, eu quero que fique claro. A Copel é uma empresa sadia, fruto do trabalho de diversos governadores, da equipe da Copel, dos seus diretores que deixaram a Copel numa posição invejável, é uma jóia, é um brilhante lapidado, ninguém gosta de vender uma jóia, ninguém gosta de vender um brilhante lapidado, quando ela é modelo para todo o Brasil.

Agora, tem uma coisa, quem tem conta para pagar tem que vender patrimônio, isso é lógico!

Então, nós queríamos saber do senhor, doutor Ingo, eu principalmente quero saber, se a venda da Copel resolve o problema do governo, resolve a questão de governabilidade, para que nós não soframos mais a todo final

de mês se o governo vai pagar o salário dos funcionários em dia, ou vai atrasar o salário dos funcionários, se isto vai resolver, ou também, o senhor me dizer: olha, se nós não vendermos a Copel o fluxo de caixa do governo está inviabilizado, nós não temos condições de levar o governo à frente porque o governo tem um gasto com folha de pagamento, com aposentados de tanto por mês.

Então, eu gostaria que o senhor dissesse isto. O senhor é muito ético nas suas colocações e eu gostaria que o senhor fizesse essa colocação à minha pergunta; é somente essa.

#### O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Senhor presidente Hermas Brandão, só quero responder ao senhor que o Artigo é 86, e diz que a duração da Sessão Extraordinária será de duas horas e trinta minutos, portanto, ela terminaria às 5 horas, admitindo-se prorrogações máxima por igual tempo, mais duas horas e meia, até às 7 e trinta.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu peço a Vossa Excelência, o senhor está com o Regimento Interno em suas mãos, que veja o artigo 78.

Por gentileza. Porque a nossa Sessão não é Extraordinária, é Sessão Ordinária conforme anunciado no início da Sessão.

Nós lemos aqui: VII - em qualquer hipótese, a presença do secretário de Estado no plenário não poderá ultrapassar o horário normal da Sessão Ordinária da Assembléia.

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu ouvi com atenção as brilhantes colocações do deputado Carli, mas devido ao adiantado da hora e o inúmeros inscritos gostaria que o senhor daí fosse rigoroso no tempo, porque se cada um falar 10 minutos, nós que estamos inscritos não vamos poder falar.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O senhor tem razão, nós vamos cumprir religiosamente o horário e cortamos até a réplica do deputado Carli.

Para responder, o secretário Ingo Hübert.

#### O SR. INGO HÜBERT

Nobre deputado Fernando Ribas Carli, a quem tributo muito respeito pelo seu trabalho na cidade de Guarapuava, como prefeito e também como companheiro do governo Jaime Lerner.

Em primeiro lugar o aspecto competição. Se nós olharmos hoje, o mapa do Brasil nós podemos observar uma transformação muito rápida que está acontecendo.

Bem lembra Vossa Excelência, daquela situação de que havia 25 empresas no Brasil inteiro. Se Vossa Excelência olhar o mapa do Brasil hoje, constatará que

daquelas 26, 27 empresas, sobraram mais ou menos umas 18 empresas, porque as outras já foram aglutinadas.

Vou lhe dar alguns exemplos:

O Estado do Ceará, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e da Bahia, hoje são uma única empresa de energia elétrica. Na verdade um consórcio de Endessa e Inderdrola (?).

O Estado do Rio Grande do Sul e uma boa parte do Estado de São Paulo são uma única empresa hoje, Sabiraece.

O Estado do Espírito Santo e todo o Mato Grosso do Sul são hoje uma única empresa que é a EDP.

O cenário para os próximos 5 ou 6 anos, é que nós vamos ter no Brasil umas 4 ou 5 empresas de energia que gerarão, distribuirão e transmitirão energia em grandes territórios, em grandes bases territoriais.

Vossa Excelência leu as leis, que eu sei, com muito rigor e com muita atenção e verificou nessas leis que formam o arcabouço do novo setor, uma limitante. É que uma mesma empresa não pode ter uma base territorial maior que 20% do território nacional.

Mas, 20% representa aproximadamente 12 a 15 milhões de consumidores. Ou seja, o cenário é que dentro de 4, 5 anos, nós vamos ter empresas com 12, 15 milhões de consumidores, O que acontecerá com a Copel nesse mesmo período?

A Copel terá 3 milhões com crescimento vegetativo, terá, talvez, dentro de 5 anos, se permanecer estatal, uns 3 milhões e meio, digamos, de consumidores no Estado do Paraná. Não poderá ir para fora, porque uma empresa estatal não pode; a privada pode.

Essa empresa de 3 milhões e meio fará exatamente a mesma coisa que os demais, Vossa Excelência tem toda a razão. Gerará nas águas do rio Iguaçu, terá geração termoeletrica, terá algumas usinas já depreciadas e outras empresas também terão ou então nem terão usinas, comprarão uma energia mais barata no mercado a longo prazo.

Essa empresa, essa Copel de 3 milhões e meio de consumidores, terá que competir com gigantes de 12, 13, 14, 15 milhões. É evidente que o custo unitário dessas empresas, de 12 13, 15 milhões que também gerarão para si, que terão em algum momento usinas depreciadas, porque essa depreciação é uma função só do tempo, terão uma tecnologia mais refinada, que terão - agora a condição principal - acesso ao mercado de capitais com seus balanços extremamente eficientes, comparada com uma empresa estatal no Paraná, representando 6% do mercado que não pode ir ao mercado de capitais e que terá uma estrutura de passivo duas, três vezes mais caras do que elas.

Pergunto: é difícil verificar que em algum momento os custos dessas empresas muito maiores, privadas, ágeis, multinacionais, com acesso ao mercado internacional, terão condição de tirar do Paraná, o quê? A iluminação pública? Não. A periferia das cidades? Não!

Aqui está o gráfico do nosso risco.

O nosso lucro dividido por segmentos. Temos um segmentozinho aqui que são os grandes consumidores, 16% dos consumidores e que representam quase metade do nosso lucro. Isto é que é o filé mignon. Este será retirado.

#### O SR. RIBAS CARLI

A pergunta que realmente eu fiz não foi respondida. É a questão da governabilidade, a questão da falta de dinheiro do governo. É isso o que queremos saber.

Conheço os argumentos do doutor Ingo, já estudei e acompanhei pela imprensa as discussões e todos esses argumentos não me convencem e aí nós iríamos numa discussão, madrugada adentro. Eu teria como contestar as colocações do doutor Ingo, a questão de ir buscar recursos no mercado financeiro. Nós teríamos.

Agora, para mim é fundamental saber. Esse dinheiro da Copel vai resolver o problema do Estado?

Tenho uma tese que aprendi com o meu pai. Ele dizia: “Meu filho, você nunca espere que alguém bata à sua porta para receber uma conta. Procure pagar antes ou pagar no vencimento, ou avisar que não pode pagar”.

Então, está precisando de dinheiro? Venda a casa, mas pague a conta.

É isso que precisamos ficar sabendo. É essa a pergunta que eu gostaria que o doutor Ingo nos respondesse, se esse dinheiro vai sanear o Estado, vai viabilizar o Estado para que possamos dar prosseguimento ao processo de desenvolvimento do nosso Estado.

#### O SR. INGO HÜBERT

A pergunta está tão bem formulada que Vossa Excelência mesmo já respondeu. Vai, sim. Vai, na medida em que vai aliviar 90 milhões de reais todos os meses dos cofres públicos, na medida em que pela própria lei que foi votada nesta Casa, esses recursos integrarão o Fundo de Previdência e através desse Fundo haverá um deslocamento dos funcionários inativos, que como Vossa Excelência sabe, estão sendo pagos pelo Tesouro para este Fundo.

Com isso, a partir da privatização, da desestatização da Copel e com a introdução desses recursos ali, e não em rombos de caixa como está sendo afirmado, muitas vezes com certa leviandade - estamos falando do Paranáprevidência, coisa diferente, estaríamos resolvendo um problema estrutural do Paraná. Não deste governo. Do Paraná. Um problema estrutural que este governo herdou de outros governo e que beneficiarão também outros governos.

É disso que estamos falando.

#### O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Próximo inscrito, deputado Marcos Isfer.

#### O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, ouvi atentamente durante a tarde e quero fazer questionamentos na mesma linha que

o deputado Carli faz. Essa questão da governabilidade de que, me parece, é um ponto muito sério.

Em primeiro lugar, um Fundo de Previdência que nós tanto falamos aqui, recebeu um aporte de um bilhão e 900 milhões de antecipação de royalties. Ter recebido o aporte do desconto dos senhores servidores em valores mensais.

Quanto mais é necessário para que se chegue a um número de equilíbrio?

Em segundo lugar, a Copel é possuidora de 51% da Compagás. Quanto já investiu? É detentora de 45% do capital da Traidner Ltda. Quanto vale isso e quanto já investiu? É detentora de 10% do Projeto Araucária, um investimento de 550 milhões e que recentemente a Copel decidiu por aporte de recursos.

Eu gostaria de saber, quanto já investiu?

Tem 36% da Foz do Chopim Energética Ltda.

Quanto investiu e quanto vale isto? Tem 6% de Machadinho. Quanto investiu e quanto vale? Campos Novos: 15% do capital. Quanto investiu e quanto vale? Dona Francisca: 23% deste aporte da participação da Copel. Quanto a Copel pagou pela Sercomtel e quanto vale, hoje, a Internet Honda, da qual ela detém 25% do capital? A Copel detém 25% da Dominó Holding. Em outras palavras, a Copel detém cerca de 7% da empresa Sanepar. Quanto pagou por estes 15% e quanto vale isto?

Doutor Ingo, confesso que ouvi com muita atenção e fiquei muito feliz com suas palavras quando o senhor disse que “não temos pressa e nem temos problemas de caixa”.

Parece-me que estas participações em outros negócios podem ser o suficiente para aportar o fundo de previdência. Porque me entristece muito ver um secretário do governo Jaime Lerner, a quem todos ou boa parte dos que aqui estamos, ajudamos a eleger, com uma visão estratégica do Estado do Paraná, dizer que o bom é deixar o dinheiro na poupança ao invés de investi-lo, que a poupança renderia cerca de 180 milhões ao ano, ao passo que os dividendos seriam apenas, segundo o deputado Traiano, de 60 milhões a 130 milhões. Isto me entristece, porque o princípio básico de criação da Copel foi justamente a visão estratégica do Estado do Paraná. E era assim que aquele com quem o senhor trabalhou, o Ney Braga, defendia a empresa Copel, até sua morte, recentemente.

Outra questão que coloco: se o problema é de concorrência na área de distribuição, que a distribuição seja feita, mas o senhor mesmo, agora, na resposta ao deputado Carli, disse a esta Casa: as empresas distribuidoras terão que comprar geração de energia de empresas que já estejam com suas usinas depreciadas ou praticamente depreciadas. Nossa usinas todas têm ainda, pela frente, no mínimo, de 50 a 30 anos de boa vida útil, com pouca manutenção.

Então, me parece que neste momento de crise energética no País, talvez não seja o momento de se vender nem a geração nem a transmissão da Copel.

## O SR. INGO HÜBERT

Deputado Marcos Isfer, Vossa Excelência tem nos acompanhado e já em muitas oportunidades tivemos a possibilidade de trocarmos idéias também sobre o setor elétrico, sobre a Copel.

Na realidade sua pergunta é de uma extensão e amplitude bastante grande.

Gostaria, antes de responder, esclarecer um ponto, como fizemos aquela comparação com a caderneta de poupança, evidentemente falávamos em metáfora, ou seja, estávamos fazendo aqui, uma consideração e aliás eu sublimei isto, acho que fui muito claro quando disse que estava fazendo uma conjectura exclusivamente financeira. Evidentemente, para o Estado do Paraná e tenho certeza que para Vossa Excelência e para mim faz muita diferença ter 30 milhões ou ter 180 milhões. Eu garanto que também Vossa Excelência, pensando estrategicamente, pensando em investimento, pensando no bem-estar do Estado, como eu tenho certeza que pensa, saberá aplicar 180 milhões muito mais no interesse, exatamente, deste desenvolvimento estratégico, do que 30 milhões.

Isto posto, vou resumir sua pergunta, porque realmente ela me obrigaria a uma extensão enorme de números e conjecturas. Nestas parcerias todas que menciona, nós estamos investindo aproximadamente 200 milhões de reais. E vamos ter como resultado, aproximadamente, 200.000 MW. É um negócio muito bom, porque se Vossa Excelência pensa e conhece, que eu tenho certeza, o número de cerca de mil dólares por KW instalado, para se ter estes mesmos 2.000 MW nós teríamos que investir 2 bilhões de dólares. E nós estamos obtendo o mesmo resultado. Não vou dizer fazendo a mesma coisa, não, mas obtendo o mesmo resultado com cerca de 200 milhões de reais.

Qual é a mágica? Não é mágica, é apenas o concurso do capital privado em projetos pontuais que estamos resolvendo desta maneira. Alguém já me perguntou: Mas, então, não seria possível manter a Copel estatal e usar esse expediente para frente e fazer todos os investimentos desta maneira? Dentro de limites. Evidentemente não se consegue resolver todos os investimentos desta maneira.

A exemplo: não dá para construir linhas de transmissão assim. Não dá para construir subestações assim. Não dá para aumentar redes de distribuição para 80 mil assinantes desta maneira.

Agora, por esta razão o argumento ainda assim continua. Há necessidade, sim, de desestatizar a Copel para lhe retirar as limitações, limitações estas que seguramente comprometeriam a sua competitividade no futuro.

## O SR. MARCOS ISFER

O que gostaria de sublinhar ao presidente é que efetivamente se nós pegarmos todas essas parcerias, a distribuição, pegarmos efetivamente todos os negócios da Copel, nós capitalizaremos o Fundo de Previdência sem

precisarmos vender aquilo que efetivamente é do povo paranaense, que são as usinas hidrelétricas e os nossos rios que aqui correm.

Continuo firme na minha posição de acreditar que não há necessidade da venda da geração, nem tampouco da transmissão, uma vez que isto apenas deve significar aquela diferença de um bilhão que não será aplicado diretamente no Fundo de Previdência.

O SR. INGO HÜBERT

Na realidade é uma conta meio estranha. É uma conta que não consigo entender muito bem. Mas, enfim, o que precisamos e a própria lei diz, é capitalizar o Fundo para resolver um problema estrutural do Estado do Paraná e que, seguramente, será útil ainda para muitas gerações futuras.

De mais a mais, a Copel em momento algum deixará de ser paranaense.

O SR. MARCOS ISFER

Quanto irá para o Fundo?

O SR. INGO HÜBERT

70%, pela lei. A lei diz isso. Com a privatização da Copel, nós conseguiremos aliviar praticamente a totalidade da pendência financeira, 3 bilhões. Nós conseguimos aliviar o Estado em 90 milhões/mês.

O SR. MARCOS ISFER

Se pudermos manter a geração e vender o restante por 2 milhões, está cumprida a meta que o senhor se propõe?

O SR. INGO HÜBERT

Não, porque só 70% pela lei vai para o Fundo.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Próximo inscrito, deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

No dia de ontem, na Sessão Plenária, o nosso ex-líder do Governo, deputado Valdir Rossoni, num pronunciamento nesta Casa, deixou clara a situação difícil que vive hoje o Estado do Paraná com relação às suas finanças.

Eu queria uma posição clara, concreta do senhor com relação à realidade das finanças do nosso Estado e se as dificuldades estão aí, a Copel vai resolver os problemas financeiros que o Estado enfrenta no dia de hoje, que o nosso ex-líder no dia de ontem trouxe a esta Casa.

O SR. INGO HÜBERT

Na verdade não vim aqui preparado para discutir finanças, vim aqui discutir a privatização da Copel. Porém, sei que existe aí uma conexão e vou abordar talvez de uma maneira mais macroscópica a sua questão.

O Estado do Paraná, hoje não está numa situação exuberante de caixa, como, aliás, nenhum Estado do País está e quase nenhum município do País está. Existe o aspecto estrutural das finanças. Temos que ter muito cuidado quando falamos em cobertura de, entre aspas, rombos de caixa. Não há rombos de caixa. Existe uma situação apertada, sim, mas não há rombos de caixa. Existe um aspecto estrutural herdado de governos anteriores que é o fundo previdenciário, ou seja, é o passivo previdenciário do governo, agravado pelo fato de 80 mil servidores hoje serem inativos, a grande parte deles que eram celetistas que seriam assumidos pela estrutura privada, pelo INSS e que hoje receberão o último salário pago a eles antes de se aposentarem.

Portanto, há um custo muito grande do Estado. Tudo isso herdado de situações anteriores. A desestatização da Copel resolverá boa parte disto na medida em que suprirá um fundo financeiro que assumirá a quase totalidade desses 80 mil servidores e com isto aliviará o Estado da também quase totalidade desses 90 milhões por mês que o Estado está pagando para exatamente esses servidores hoje.

Evidentemente que o governo Jaime Lerner vai ter um proveito relativamente efêmero disto, uma vez que se beneficiará nos últimos doze meses desta situação. Porém, todos os governos que o sucederão terão este aspecto previdenciário resolvido, terão, além disto, através das contribuições do Estado, através das contribuições dos próprios servidores, a formação gradual, também com os rendimentos anuais deste fundo de uma reserva matemática tal que assumirá esses inativos quando se aposentarem lá na frente, ou seja, pretende-se deixar uma situação de caixa tal que qualquer governo futuro tenha encaminhado o aspecto do seu passivo previdenciário.

E essa desestatização, eu repito, a Copel não sairá do Estado do Paraná, a jóia da coroa ficará aqui, as usinas serão as mesmas, o rio será o mesmo e o botão que o consumidor apertará para acender a luz da sua casa será rigorosamente o mesmo, o próprio eletricitista será paranaense, mas o aspecto estrutural do passivo previdenciário em sua grande parte estará resolvido.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Doutor Ingo, primeiramente eu gostaria de saber o que a Eletrosul tem no Paraná?

Segundo, eu gostaria de saber qual o potencial dos nossos rios para a construção de novas usinas? E já existem projetos em andamento?

Tem algumas considerações a fazer?

Eu estou vendo que é impossível, conforme colocou o deputado Pessuti, como colocou o deputado Beraldin e um outro deputado que me foge agora à memória, precisar os valores, os números, porque ainda não se tem estudo formal acabado, mas creio que serviria aqui para todos nós deputados uma aproximação, uma estimativa

do que vale a Copel hoje. Se eu repetir alguma questão aqui já colocada hoje eu quero que o senhor releve.

É praxe, por exemplo, que uma empresa externa, tipo consultoria ou auditoria contratada de alguma maneira, licitação, por menor preço, diretamente através de qualificações subjetivas, promover um amplo estudo formalizando um projeto de privatização. Pelo menos é assim que a gente fica sabendo de outros casos por leituras em jornais e revistas.

Será assim no caso da Copel? Sendo assim, como se pode decidir pela sua venda, privatização, se sequer sabe-se o valor, a relação custo/benefício, pelo menos a aproximação, a estimativa enfim, haverá injeção razoável de recursos do Tesouro do Estado? Afinal, será que não é melhor discutir, após esse estudo, como solução ideal? Afinal, estamos, hoje, muito mais no campo da concepção, da definição filosófica até, do que no caso propriamente dito? Então, como vigilante do interesse popular, do povo, é mais sábio decidir, quando se pode avaliar, se será um bom negócio ou não. Não temos essa avaliação e vamos votar uma lei, aqui, ou um projeto de lei. Não temos essa aproximação. Não temos essa estimativa.

Hoje, nas ruas, várias estimativas são colocadas pela boca do povo: a Copel vale cinco bilhões. A Copel vale dez bilhões. A Copel vale quinze bilhões. Quem sabe, para continuar atendendo ao consumo, será preciso um volume de recursos. A Copel deve ter estudo e pode dizer quanto é, que torna inviável o Estado continuar sendo sócio, dono da empresa. Se ela ficará sucateada, por falta de dinheiro do poder público, para mantê-la competitiva e qualificada, onde estão esses informes? Quem os fez? É isso que precisamos saber. O deputado Beraldin colocou: quem fez esses estudos? Passou pelo crivo de quem?

Doutor Ingo, me compreenda e me entenda, neste momento. Seria poesia pensar de maneira infantil, se houvesse abertura total do capital da Copel e se permitisse que os consumidores pudessem adquirir suas ações no mercado? Se fariam lotes para empresas e lotes para consumidores - simples contribuintes? Não se permitiria um único dono ou cartel de sócios, mas democratizar entre os paranaenses.

Muito poético pensar desta forma, doutor Ingo, afinal, com o lucro, recentemente anunciado, quem tivesse uma ação da Copel, receberia um bom dividendo.

A comunidade tem se manifestado com tanta convicção, em querer saber mais sobre a venda da Copel. Esse interesse não poderia ser canalizado para atrair recursos pela venda de ações?

**O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)**

Deputado, o senhor pode continuar na réplica, porque posso conceder o tempo ao secretário.

**O SR. INGO HÜBERT**

Deputado, pelo que anotei, o senhor me fez nove perguntas. Vou começar responder uma por uma.

Em primeiro lugar, o que a Eletrosul tem no Paraná: apenas linhas de transmissão e algumas subestações, mais nada.

Segundo: o potencial energético do Paraná. Em termos de hidroeletricidade, estima-se que o Estado possa ter, viáveis, mais uns três mil megawatts, aproximadamente.

Digo viáveis, porque não é apenas a viabilidade técnica-econômica, é a ambiental também. Poderíamos pensar, por exemplo, em construir uma hidrelétrica lá em Capanema. Ocorre que estaríamos adentrando no Parque Nacional do Iguaçu e, dificilmente, as ONG's ambientalistas estariam de acordo com isso.

Tirando essas situações polêmicas, pensando assim: rios Tibagi, Ivaí, Piquiri, pequenas centrais hidrelétricas, poderíamos pensar em algo como três mil megawatts - isso daria mais ou menos duas Foz do Areia.

Em termos de termo-eletricidade, Vossa Excelência sabe que temos uma reserva de gás bastante importante, próxima a Pitanga, Mato Rico. Lá poderíamos ter no futuro, também com o futuro gasoduto da Argentina, passando por perto, uma usina da ordem de 400 a 500 megawatts, semelhante a essa que estamos construindo em Araucária. De termo-eletricidade poderíamos pensar em outros dois mil megawatts, mais ou menos. Somando as duas, poderíamos falar em um potencial tranqüilo de cinco mil megawatts, aproximadamente, ou seja, uma outra Copel.

Em termos de avaliação, temos duas empresas que serão contratadas, para o primeiro, são duas avaliações independentes uma sem a outra saber, e que precisam convergir, isso nos dá segurança, nós temos o grupo Bosaulen Amilton que está concorrendo no primeiro grupo; e no serviço B nós temos os consórcios Clawort Benson, banco, factor, projetos e assessoria, Olhoa Canto Rezende Guerra concorrendo com consórcios liderado pelo Dort Bank, Máxima e Azevedo Sodré. Então, essas são empresas de renome internacional que estarão, se ganharem, porque estão num processo licitatório, fazendo as avaliações e a modelagem também.

Quinta pergunta. Injeção de recursos no Estado. O Estado na verdade não precisa cobrir nenhum rombo de caixa, não existe isso; existe uma situação tensa, mas não há o chamado rombo de caixa, dito aí em alguns meios. O que existe é um problema estrutural que o Estado tem herdado de governos passados que é o passivo previdenciário, que com essa injeção da ordem de dois a três milhões, dependendo do que dê o leilão, será aliviado na maior parte de noventa milhões de reais todos os meses, que é o que o Estado paga aos servidores inativos.

Sétima pergunta. Quem fez os estudos que nos indicam a oportunidade de vender agora? Na verdade não há nenhuma empresa externa que fez esses estudos. Esses estudos são basicamente muito simples, são três fatores de cálculos extremamente simples de serem feitos. Primeiro deles é o fato custo do passivo, ou seja, é só ir no banco e ver quanto custa o juro lá, leva para o balanço,

faz uma continha simples e verifica quanto custa o nosso balanço, quanto custa o balanço da Companhia Força e Luz de São Paulo, que é a nossa concorrente direta. Por exemplo, quanto custa um processo de compra de um lote de cem transformadores da Copel e quanto custa a compra do mesmo lote de cem transformadores na Companhia Força e Luz de São Paulo, quanto representa uma base territorial de doze milhões de consumidores comparada com uma base territorial de três milhões de consumidores por consumidor e quanto isso impacta a concorrência, ou seja, quanto custará cada MW da empresa A e quanto custará cada MW da empresa B? É muito fácil de ver que as empresas serão impactadas de tal forma que a empresa maior terá mais poder de competição do que a empresa menor. Isso aliás, é só Vossa Excelência olhar indústrias. quando Vossa Excelência tem uma indústria pequena e uma indústria grande ao lado, qual que tem mais poder de competição? Não há necessidade de grandes estudos para isso.

#### O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Para réplica, deputado Luiz Carlos Martins.

#### O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Para finalizar, gostaria de saber, senhor presidente, se em algum momento o Instituto de Engenharia, o Sindicato dos Engenheiros, dos Economistas, dos Contabilistas, dos Advogados, das Federações Patronais, das Centrais de Trabalhadores, enfim, se em algum momento esse pessoal foi convidado ou até convocado para fazer uma avaliação da Copel. Houve esse chamamento? Eu encerro aí.

#### O SR. INGO HÜBERT

Houve sim, nobre deputado. Eu mesmo estive reunido há duas semanas atrás exatamente com o Instituto de Engenharia, com o conselho de Economistas, com o presidente do Conselho de Economistas, convidei também o presidente da Ordem dos Advogados, da OAB, que não compareceu, convidei o presidente da Circunscrição Regional de Medicina, que infelizmente também não compareceu. Mas tivemos uma avaliação com essas entidades, da mesma maneira como eu tenho feito avaliações com quarenta entidades representativas de toda a sociedade do Paraná nos últimos três meses, a saber, Fiep, Faciap, Associação Comercial já por diversas vezes, as associações, por exemplo, a Ocepar, Federação da Agricultura e outras tantas, que ou estiveram comigo lá na Copel, ou fui visitá-las, exatamente para checar todos esses números, essas informações, essas considerações.

Tudo isso para cumprir o decreto do governo, o 3539, que aliás, especifica essas mesmas entidades que Vossa Excelência menciona, até a Assembléia Legislativa também, à guiza de transparência.

#### O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Senhor presidente, apenas para finalizar, rapidamente a Assembléia aprovou uma lei que 70% da venda da Copel vai para o Fundo Previdenciário. Nós vamos ter que fazer uma mudança nessa lei, na minha opinião, porque a lei diz: - 70%.

Muito obrigado.

#### O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhor secretário da Copel, Ingo Hübert, senhoras e senhores deputados.

Inicialmente eu gostaria de fazer algumas considerações e dizer que eu concordo com o deputado Zuk, que a questão Copel não é uma questão política, não é uma questão de situação, de oposição, de partidos que apóiam o governo, de partidos que são contrários ao governo.

Infelizmente parece que alguns secretários do governo não sabem, não vêem dessa forma, até porque, no dia de hoje, recebi intimidações por parte de um secretário, que dizia que se eu votasse a favor do projeto que proíbe a privatização da Copel, eu receberia retaliações, que as chefias dos núcleos que eu indiquei, na minha cidade de Guarapuava e nas demais cidades, seriam demitidas, que os prefeitos que eu atendo, na Assembléia Legislativa, não receberiam mais um único recurso por parte do governo do Estado.

Primeiro faltando com o respeito, com a minha pessoa e como parlamentar, quero deixar aqui e fiz questão de fazer esta consideração, que eu fui eleito, graças à benevolência do povo de Guarapuava, e da região Centro Oeste do Paraná, que eu represento, pela terceira vez. Eu devo satisfações a este povo que me elegeu e não a um secretário que veio me intimidar, não me respeitou, inclusive eu estava acompanhado do meu filho, isso para mim é imperdoável, como já disse, antes de mais nada pelo desrespeito e não considerando o apoio que eu venho dando ao governo Jaime Lerner, desde que eu entrei na política em 1988.

Mas, secretário Ingo Hübert, tenho uma admiração pessoal por Vossa Excelência, como técnico, e por essa razão, no dia de ontem, eu votei no requerimento que pedia o seu afastamento da Copel. O por que isso? Porque o senhor com a sua competência, tem defendido a privatização mas, na minha avaliação, o fato de estar presidindo uma empresa, e já tive oportunidade de lhe dizer isso, em outra ocasião, que tem ações na Bolsa, e mais, hoje tem ações que foram vendidas inclusive na Bolsa de Nova York, no momento que diz que a empresa daqui a 2 ou 3 anos estará inviabilizada, obviamente, nós estamos correndo o risco de ver essas ações sendo comprometidas e desvalorizadas. Lembro bem quando Vossa Excelência esteve, há 3 anos atrás, em 1998, no gabinete do deputado Valdir Rossoni, líder do governo, na ocasião, antecipava e já nos dizia que dentro de 3 anos se a Copel não fosse privatizada, estaria inviabilizada. Fazem 3 anos, hoje nós estamos em 2001.

Isso me preocupa porque agora, há 15 dias atrás, quando nós víamos o jornal Gazeta do Povo e demais jornais de circulação estadual, nós vimos estampado um lucro de 430 milhões da Copel. Isso graças a sua competência, graças a competência dos técnicos, dos engenheiros que dirigem esta empresa, há muitos anos.

Como Vossa Excelência iniciou hoje o seu pronunciamento dizendo que a mentira tem pressa e a verdade espera, como eu conheço a sua capacidade e a sua competência, também acredito que deve lembrar de um ditado que diz que errar é humano. Por isso vou agora lhe fazer um apelo. Se errar é humano e acredito que o senhor deve concordar com isso, nós teremos que ter algumas precauções e até seguindo sua orientação, aguardando que a verdade seja colocada, dando um tempo e vamos esperar que isso ocorra.

Ouvi o pronunciamento do deputado Cartário e ele citou alguns erros que a história recente política do Paraná mostra que nós cometemos nesta Casa. Por exemplo, a extinção do Badep, que foi feita inclusive no governo Álvaro Dias, a extinção do Fundo de Previdência que foi feita no governo Requião, onde tínhamos há seis anos atrás, um comprometimento na folha com os inativos de 30 milhões, hoje nós estamos aí com 94 milhões, e várias outras vendas de ações da Telepar, enfim, vários erros que a história recente mostrou que nós cometemos.

Agora, o senhor não acha mais prudente aguardarmos, até porque as coisas vêm acontecendo no setor energético com tanta rapidez, e quando o senhor se apresentava o senhor falava que era engenheiro civil, formado pela Universidade Federal do Paraná. Eu também sou engenheiro civil formado pela Universidade Federal, a mesma escola que Vossa Excelência se formou, e eu tenho defendido a seguinte tese, vou à pergunta, senhor presidente, peço um pouquinho de sua consideração. Se é uma questão - e vários deputados que me antecederam lhe fizeram essa pergunta - se é uma questão de dificuldade financeira por parte do governo do Estado, não seria mais prudente, como disse o meu colega de bancada, deputado Marcos Isfer, nós vendermos outros ativos da Copel, como a distribuição, participação que a Copel tem na Sercomtel, tem na Sanepar e mais vinte e poucas outras empresas que se não me engano, a Copel tem participação acionária, nós fazemos o caixa dessa maneira e manernos na mão do Estado, como um instrumento de desenvolvimento que poucos Estados, e falo isso como engenheiro, talvez nenhum Estado da Federação tenha essa vantagem que o Paraná tem, de ter o rio Iguaçu. Não seria mais importante nós mantermos na mão do Estado a geração e a distribuição de energia, visto que Vossa Excelência mesmo disse que no futuro nós teremos apenas 4, 5 grandes empresas geradoras, e se nós olharmos aquela relação de vinte e poucas empresas que foram privatizadas por diversos partidos políticos, 90% delas não são geradoras, são apenas distribuidoras, nós teríamos o grande privilégio, talvez o único Estado de ter a

geração na mão competindo com apenas 3 ou 4 grandes empresas, e o Paraná poderia se dar ao luxo de atrair empresas e dizer: lá no Paraná nós temos energia, nós podemos garantir a energia sem comprar do outro Estado.

Acho que é uma questão estratégica, eu defendendo esta idéia, apresentarei aqui na Casa, estou apresentando junto com o deputado Marcos Isfer um projeto que garante, na mão do Estado, a geração e distribuição, e dando liberdade ao governo, porque como disse, não é questão política, não estou radicalizando, se há dificuldade de caixa o governo faça com a venda de outros ativos, mas não com a geração e distribuição. A minha pergunta é essa: não seria muito mais prudente nós aguardarmos? Como disse, errar é humano e nós não podemos correr esse risco de erro porque não teremos mais capacidade de geração no Estado do Paraná, não fabricaremos mais o rio Iguaçu, se nós somarmos todas as pequenas hidrelétricas que poderão ser construídas ao longo do rio Piquiri, todas elas não chegarão a uma Salto Segredo.

#### O SR. INGO HÜBERT

Deputado Cezar Silvestri, em primeiro lugar, primeira afirmação que Vossa Excelência faz, eu realmente não me recorde de ter dito há 3 anos atrás, de ter sido preciso em relação aos 3 anos. Até porque naquela época nós estávamos entrando, começando a entrar no regime de transição, ou seja, no chamado regime dos contratos iniciais. Contratos iniciais que nos davam na época uma garantia de 5 anos, só que esses contratos iniciais, como bem sabe Vossa Excelência, agora estão terminando, e dentro de 2 anos estaremos começando, daí sim, o regime de competição. Uma situação completamente nova.

Tenho ouvido muitas notícias de que vai haver competição e que isso pode eventualmente desvalorizar as ações da empresa. Essa afirmação não resiste a uma observação muito simples da evolução do valor das ações.

Vossa Excelência seguramente tem acompanhado, está na Internet. As ações ordinárias valorizaram 50%, ordinárias, de dezembro até agora. Nenhum sinal portanto de desvalorização, nem o mais tênue sinal.

Por quê?

Porque o mercado entende que a desestatização da Copel, é uma obviedade, uma coisa que é esperada, uma coisa que vai tirar o gesso da Copel, uma coisa que vai permitir que a Copel se transforme de uma empresa de 6% do mercado, numa empresa de 20% do mercado brasileiro. Coisa que ela não pode fazer hoje, pelo simples fato de ser uma empresa estatal.

Quanto à questão da venda, da distribuição ou da geração, só queria corrigir também uma informação. Em momento algum eu disse que o cenário dos próximos 4 anos, era de 4 empresas geradoras. Eu disse que era de 4 empresas que fariam geração, distribuição e transmissão. Portanto, empresas integradas.

A tendência é claramente essa e o modelo brasileiro prevê isso.

Empresas que farão, portanto, a mesma coisa que a Copel está fazendo hoje, muito maiores que a Copel, muito mais ágeis, privadas, podendo fazer uma série de coisas, que a Copel não poderá fazer nessa altura do tempo.

Por último, em decorrência disso, venda da distribuição. Nós já fizemos um cálculo, evidentemente que se vendessemos só essa parte nós perderíamos toda a mais valia, todo o valor agregado, da sinergia entre geração e distribuição.

Pelos nossos cálculos, isso representa ao Estado do Paraná abrir mão de cerca de 500 milhões de reais, se fizer isso. Ou seja, o Estado terá o mesmo valor da outra situação abatido de 50 milhões de reais e terá uma parte da empresa antes integrada que será vendida na frente de qualquer maneira. Porque vai ser muito difícil sustentar isso na mão do Estado, só que a um preço seguramente menos que hoje, quando a empresa está no seu apogeu.

**O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)**

Próximo inscrito, deputado Caíto Quintana.

**O SR. CAÍTO QUINTANA**

Senhor presidente, presidente da Copel, secretário da Fazenda, vou procurar, doutor Ingo, ser absolutamente ético com Vossa Excelência.

Vossa Excelência está na nossa Casa, não vou fazer como a Vossa Excelência fez uma vez a mim e ao deputado Ângelo Vanhoni, que fomos acompanhar um grupo de pessoas que estavam reivindicando a questão das suas terras por ocasião da construção de uma usina e Vossa Excelência foi embora, fechou a Copel e nos deixou fechados lá dentro.

Mas, aqui é uma Casa democrática, usa-se diferente.

Existem duas coisas que são valiosas hoje no mundo e serão valiosas quanto mais o tempo passar. Isso eu vi ontem à noite, declarações de pessoas da Fundação Getúlio Vargas, energia e água potável. Coisas que o Paraná tem!

Infelizmente, o Paraná já vendeu a água potável e, agora quer vender a energia.

Não vou me deter a responder aqui a questão de algumas colocações que foram feitas de venda da Telepar.

Quando vendeu a Telepar nós já éramos minoritários e quando o senador Roberto Requião mandou uma lei nesta Casa, aliás uma belíssima lei, diga-se de passagem. Não foi vendida uma ação porque exigia que fosse vendida pelo menos por 90% do valor nominal, era para investir na Copel. Porque aumentaria o patrimônio da Copel e, conseqüentemente, aumentaria a participação do Estado pela falta de participação do acionista.

É muito difícil em 5 minutos fazer colocações, mas eu quero fazer uma. “Vossa Excelência, não nos convence”.

Saio daqui mais convicto de que o objetivo da venda da Copel, é única e exclusivamente fluxo de caixa.

Isso, deputado Valdir Rossoni, Vossa Excelência que durante tantos anos foi líder do Governo, foi muito mais prático.

Gostaria que o senhor soubesse que isso aqui é uma Casa pluripartidária, tipo, um internato. Aqui tem Situação e Oposição que se encontram nos corredores, são amigos, conversam e tal. Publicamente, aqui ninguém vai dizer, mas na verdade a base do governo sabe que o governo está vendendo a Copel por exclusiva quebra-de-caixa. Não paga os seus compromissos, está atrasado, os deputados estão pressionando que querem os contratos assinados que não foram pagos ainda, é isso que está apertando, porque essa questão que nós vamos desregular, desregular o quê? A Copel já está aplicando fora. Vossa Excelência diz que não, mas está aqui no jornal: “Balanço da Copel - A Copel já aplicou em Machadinho Energia S/A, Santa Catarina, e na Dona Francisca Energia S/A, Santa Catarina.

Se vai desregular o setor, vai desregular para todo o mundo! Nós somos geradores, minha gente! Nesses Estados que foram vendidas e que está na publicidade do governo, se der de graça, tem lucro. São consumidores! Eles comprem energia! Lembro, desde o tempo em que eu era criança, os postes da C.E. até hoje, cada vento que dá, derruba, porque é de madeira de eucalipto. É deficitária.

Olhem a Celesc de Santa Catarina, que é do partido do governo, está lutando para manter a Celesc que não está bem perto da Copel? Quem é que vai competir conosco? Qual é essa empresa, que é tão falada aqui e que no futuro as grandes empresas... Quais são as grandes empresas? Isso é hipotético! Não se fabrica queda d'água. Não se fabricam rios. Eles terão que aplicar em cima de rios que já existem e a maior riqueza do Estado do Paraná, no futuro vai ser poder chegar a um complexo industrial que queria instalar aqui e dizer - nós podemos colocar uma subestação na frente. A Copel não é empresa comercial para dar lucro. É para servir o povo do Paraná.

Faço duas perguntas.

Sei que meu tempo está esgotado, infelizmente. Detesto esse tipo de reunião, porque, via de regra, quem vem, responde de assuntos variados e pula.

Pergunto mais uma vez. O senhor convence mais deputados da base de apoio se o senhor reconhecer uma coisa. A Copel está sendo vendida por uma questão de estratégia de desregulamentação ou está sendo vendida por necessidade de caixa?

Segundo, quero saber, senhor Ingo, porque, e isso é pertinente, senhor presidente, porque o preço da Copel vai depender das ações que estão aí caucionadas, o empréstimo já antecipou, vai depender da questão Copel-Sercomtel. Por quê? Eu tenho aqui, da Internet.

Por que uma dívida de doze milhões foi paga diretamente, não para a prefeitura e sim para o Banco Fomento com 70 milhões para uma conta no Uruguai? Não sei se isso é verdade ou não, mas está aqui escrito. Onze milhões que não foram tributados e foram remetidos para o Uruguai.

Gostaria que o senhor respondesse.

O SR. INGO HÜBERT

Deputado Caíto Quintana, Vossa Excelência me coloca seis questões que eu anotei.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Olhe, tenho aqui umas cinquenta, mas prefiro que o senhor responda àquelas que eu lhe perguntei.

O SR. INGO HÜBERT

Perfeito. Então vamos tentar responder às seis.

O senhor primeiro fez uma indagação ou afirmação, não sei bem, que o Paraná teria vendido sua água potável. Nem que o Paraná quisesse! O senhor é advogado, que sei, conhece as leis, conhece perfeitamente a Lei n 9433 de 08/01/97, conhece a Lei n 852 de 11/11/38 e sabe tão quanto eu, que mesmo que o Estado quisesse, por alguma razão ou com algum mecanismo, vender a água potável, isso não seria possível. De mais a mais, quem regula a água potável é a União, através da...

O SR. CAÍTO QUINTANA

Não vamos falar em água. Estou falando da Copel!

O Sr. Durval Amaral

Ele ouviu o senhor quieto, o senhor faça o favor de ouvi-lo também.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Fique quieto! O senhor não tem nada a ver com isso! Baixe a bola porque o senhor não tem nada mais que eu, aqui!

O Sr. Durval Amaral

Baixe a bola! você! Ele está falando, então fique quieto!

O SR. CAÍTO QUINTANA

Quem é você para me mandar baixar a bola, Durval?!!! Respeite o seu tamanho. A Mesa pode me corrigir, não o senhor!

O Sr. Durval Amaral

O senhor não tem um milímetro a mais que eu!

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senta! Senta! O seu lugar é sentado!

O Sr. Durval Amaral

Palhaço!

O SR. CAÍTO QUINTANA

Você não tem topete para isso!

(Tumulto no Plenário)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Diante do horário, damos por encerrada a presente Sessão Especial.

Agradecemos a presença do senhor secretário.

Damos oportunidade a 18 deputado questionarem o presidente.

Diante da prorrogação ter sido estabelecida até às 20h00, declaro encerrada a presente sessão.

(Tumulto no Plenário)

Levanta-se a Sessão Especial.